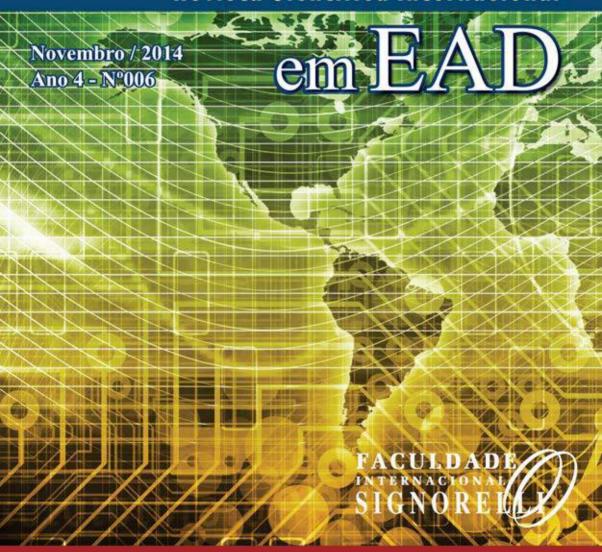
SIGNORELLI FACULDADE INTERNACIONAL

Revista Científica Internacional



Luiz Annunziata

SIGNORELLI DIGITAL REVISTA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA



Copyright© 2016 por Luiz Annunziata (Organizador) Título Original: Revista Científica Internacional 6

Editor

André Figueiredo

Editoração Eletrônica

Ana Paula Cunha

Editorial

Faculdade Internacional Signorelli

Organizador

Luiz Annunziata Neto

NUPEDE

Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Educacional

Projeto Gráfico

Capa/Editoração

Coordenação

Rosane Furtado

Equipe

Carla Salgado

Juliana de Carvalho



PREFÁCIO

Em meio à avalanche de informações disponíveis nas redes mundiais, a divulgação científica pode também servir ao papel que as revistas científicas desempenharam no século XVIII quando se popularizaram: indicar o que havia de mais relevante e interessante em meio ao oceano acadêmico, mas com alto custo e demora nas publicações.

Movimentos importantes em direção à valorização da divulgação científica como parte da atividade acadêmica apresentaram relevância por meio de políticas de incentivo. Em 2012, a nova versão do Currículo Lattes do CNPq passou a incluir a aba de "Popularização da ciência e tecnologia" para que estudantes, pesquisadores e cientistas incluam sua produção em divulgação científica (i.e. livros, artigos, entrevistas, vídeos, blog, páginas em redes sociais etc.). Ainda não se sabe quando e se essa produção terá peso na avaliação e progressão da carreira, mas tudo indica, esperamos, que sim.

A divulgação do conhecimento pelas vias não formais enriquece, tende a democratizar e catalisa o debate científico. A comunidade não deve permanecer fechada em seu mundo de especialistas, é preciso que se posicione e participe na produção e na divulgação do conhecimento como divulgadores ativos, ou mesmo de especialistas sempre disponíveis a colaborar como fontes de informação no desenvolvimento de uma cultura em que a divulgação faça parte da formação dos nossos futuros cientistas e especialistas.

Nessa perspectiva, a Faculdade Internacional Signorelli tem incrementado, a cada ano, sua produção científica no contexto multidisciplinar, não medindo esforços para melhorar a qualidade e o impacto da ciência brasileira na produção e divulgação científica, que, no cenário Institucional, passa a desempenhar um papel coadjuvante, ao invés de mero figurante.

Embora a produção e a divulgação científica não sejam, muitas vezes, vistas como parte das atividades da comunidade acadêmica, no fazer cotidiano do Programa de Pós-graduação da Faculdade Internacional Signorelli esse fazer se faz crescente, desejado e incentivado como atividade necessária e relevante, para que se estabeleça uma ponte definitiva entre ciência e sociedade.

Apresentamos nesse número da **Signorelli Digital – Revista de Produção Científica –** artigos elaborados pelos Orientadores Acadêmicos do Programa de Pós-graduação da Faculdade Internacional Signorelli, a quem agradecemos como atores catalisadores e partícipes na produção e na divulgação do conhecimento.

Luiz Annunziata

Direção da Pós-Graduação e Investigação Científica

SUMÁRIO

Área da Educação
1 - INSERÇÃO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO Júlia Carolina Ramos Coimbra9
2 - TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA: PRATICANDO A INCLUSÃO Thaiza Silva dos Santos30
3 - NEUROPSICOPEDAGOGIA: CARACTERÍSTICAS, INCORPORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EXPERIÊNCIAS Vivian Dias Belem35
4 - A IMPORTÂNCIA DA REDAÇÃO EMPRESARIAL PARA OS PROFISSIONAIS E AS EMPRESAS CONTEMPORÂNEAS. Renato Rodrigues Gonçalves45
5 – O LIVRO NO LIVRO INFANTIL: MECANISMO DE INCENTIVO À LEITURA NO UNIVERSO DA CRIANÇA Ilza Pereira Santos59
Área da Gestão
6 - A IMPORTÂNCIA DO COACHING EMPRESARIAL PARA OS PROFISSIONAIS E AS EMPRESAS Gabrielle de Brito Silva76
7 - A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SEN- SU EM RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PARA PROFIS- SIONAIS E EMPRESAS CONTEMPORÂNEAS Denise Cardoso Garcia Nunes97
8 – CONTABILIDADE GERENCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS Enoque Teixeira Abreu111
1

9 - PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO MEIO COMPLEXO E LEGAL NA ÁREA CONTÁBIL Ângela Maria dos Santos126
Área do Direito
10 - NOVA CONCEPÇÃO JURÍDICA DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL
Carla Holtz Vieira
12 - DOMICÍLIO ELEITORAL. ASPECTOS CRÍTICOS Juvenal Bacellar Neto
Área da Saúde
13 - A AUDITÓRIA E A SUA PERSPECTIVA NA ÁREA DA SAÚDE César Carriço da Silva182
14 - FISIOTERAPIA GERONTOLÓGICA E SUA IMPORTÂNCIA NO CUIDADO AO IDOSO
Aline Peixoto Saraiva192 15 - CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM HOME CARE
Elaine Ramos212

INSERÇÃO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO JÚLIA CAROLINA RAMOS COIMBRA

Especialista Lato Sensu em Educação a Distância. E-mail julia.carolina@signorelli.edu.br

Resumo

O presente estudo tem por objetivo discutir sobre a inserção das mídias no ambiente escolar e seu impacto na melhoria da aprendizagem dos alunos. A partir desse pressuposto, entende-se que a prática docente pode apresentar inovações na qualidade do trabalho desenvolvido no ambiente escolar. O uso pedagógico das mídias na escola, hoje, é compreendido aqui como um mecanismo de transformação da educação como uma pedagogia inovadora. O professor durante muito tempo vem desenvolvendo uma prática isolada e isso está afetando a educação em seus índices negativos de evasão e reprovação. Muitos professores ainda não fazem uso da tecnologia por medo e receio. Essa mudança exige dos profissionais uma reflexão sobre sua postura frente às novas tecnologias.

Palavras-chave: Pedagogia; Tecnologia; Educação.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo discutir la inserción de los medios de comunicación en el entorno escolar y su impacto en la mejora del aprendizaje de los estudiantes. A partir de este punto, se entiende que la práctica de la enseñanza puede presentar innovaciones en la calidad del trabajo en la enseñanza escolar. El uso pedagógico de los medios de comunicación en la escuela hoy se entiende aquí como un motor de transformación de la educación como una pedagogía innovadora. El maestro durante mucho tiempo ha desarrollado una práctica aislada y esto está afectando a la educación en con tasas negativas como la evasión y el fracaso. Muchos maestros ni siquiera hacen uso de la tecnología

por miedo y/o temor. Este cambio requiere que los profesionales hagan una reflexión sobre su actitud hacia las nuevas tecnologías.

Palabras-clave: Pedagogía; Tecnología; Educación.

Introdução

Vivemos atualmente em uma sociedade cada vez mais dependente da tecnologia como agente facilitador na vida das pessoas em seu cotidiano. A escola também está inserida na sociedade, sendo assim, ela se torna o mecanismo em que a tecnologia pode ser diferenciada em seus aspectos reflexivos. Entretanto, é a instituição social onde há a maior concentração de resistência ao uso da inovação tecnológica em sala de aula; tal quadro pode ser devido à falta de conhecimento de alguns profissionais ou, em muitos casos, medo.

Ainda observamos que os modelos de educação vigentes estão focados no ensino, em como o professor deve desenvolver suas aulas e seus conteúdos e não na aprendizagem do aluno. Por esse motivo, a escola precisa refletir a respeito de seus objetivos, para que possa ofertar uma educação com respaldo da tecnologia, a fim de garantir a aprendizagem significativa do aluno.

Para a inserção das mídias na educação, é necessária, por parte dos professores, coordenadores e gestão, uma nova postura, uma abertura para a integração das mídias no contexto educacional, pois ela entra na escola como instrumento de auxílio à prática do professor, para melhorar ainda mais o trabalho com os alunos.

Contudo, essa inserção ainda encontra alguns obstáculos frente ao medo do professor diante dos avanços tecnológicos; nem sempre o professor consegue pedir ajuda a alguém e, muitas vezes, pode considerar uma ofensa um aluno querer "ensinar" a ele, já que isso compete ao professor. De acordo com Moran (2009), ainda existe um descompasso entre a inovação tecnológica e o domínio por parte do professor desses instrumentos. O autor acredita que os professores têm medo de revelar aos alunos suas dificuldades, por essa razão, qualquer questionamento em sala de aula sobre a utilização desses recursos pode ser tida como uma ofensa.

A tecnologia já faz parte do ambiente escolar. O aluno está receptivo a ela, cabe ao professor aprender como introduzir pedagogicamente esses recursos em sua prática pedagógica, pois a escola precisa se aproximar da realidade em que o aluno está inserido e a aula do professor tem de ser dinâmica, propiciando novas práticas com o uso da tecnolo-

gia em sala de aula. É necessário que o professor conheça os benefícios proporcionados para aprendizagem quando são inseridos os recursos tecnológicos durante as aulas.

Autores como: Duque (2010); Moran (2009), Demo (2007), Almeida (2003), Neto (1999), citam a necessidade de integrar a tecnologia no contexto educacional para garantir a aprendizagem significativa dos alunos. O estudo se propõe a discutir sobre as dificuldades encontradas pelo professor em relação ao manuseio e à compreensão da tecnologia como instrumento facilitador da aprendizagem, bem como refletir sobre os motivos que levam a resistência do professor frente à tecnologia, isto é, a tecnofobia, e construir uma proposta de formação do professor para o uso da tecnologia em sala de aula, para que este faça uso da tecnologia não como um instrumento mecânico, e sim com intencionalidade pedagógica.

Desenvolvimento

Neste artigo, abordamos a importância da inserção das mídias no currículo educacional, já que na sociedade do conhecimento e da tecnologia, torna-se necessário repensar o papel da escola, mais especificamente as questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem. O ensino organizado de forma fragmentada, que privilegia a memorização de definições e fatos, bem como as soluções padronizadas, não atende às exigências deste novo paradigma. O momento requer uma nova forma de pensar e agir para lidar com a rapidez e a abrangência de informações e com o dinamismo do conhecimento. Evidencia-se uma nova organização de tempo e espaço e uma grande diversidade de situações que exigem um posicionamento crítico e reflexivo do indivíduo para fazer suas escolhas e definir suas prioridades.

Além disso, há o elemento inusitado com o qual deparamos nas várias situações do cotidiano, demandando o desenvolvimento de estratégias criativas e de novas aprendizagens. Nessa perspectiva, a melhor forma de ensinar é aquela que propicia aos alunos o desenvolvimento de competências para lidar com as características da sociedade atual, que enfatiza a autonomia do aluno para a busca de novas compreensões, por meio da produção de ideias e de ações criativas e colaborativas. O

envolvimento do aluno no processo de aprendizagem é fundamental. Para isso, a escola deve propiciar ao aluno encontrar sentido e funcionalidade naquilo que constitui o foco dos estudos em cada situação da sala de aula. De igual maneira, propiciar a observação e a interpretação dos aspectos da natureza, sociais e humanos, instigando a curiosidade do aluno para compreender as relações entre os fatores que podem intervir nos fenômenos e no desenvolvimento humano.

Essa forma contextualizada de aprender permite ao aluno relacionar aspectos presentes da vida pessoal, social e cultural, mobilizando as competências cognitivas e emocionais já adquiridas para novas possibilidades de reconstrução do conhecimento. Uma abordagem de educação que propicia o processo de reconstrução do conhecimento para a compreensão da realidade no sentido de resolver sua problemática trata o conhecimento em sua unicidade, por meio de inter-relações entre ideias, conceitos, teorias e crenças, sem dicotomizar as áreas de conhecimento entre si nem tampouco valorizar uma determinada área em detrimento de outra. Nesse aspecto, o currículo por áreas evidencia as especificidades de cada área e, ao mesmo tempo, explicita a necessidade de integrá-las com vistas a compreender e transformar uma realidade.

A compreensão da realidade é fundamental para que o aluno possa participar como protagonista da história, anunciando novos caminhos para exercer sua cidadania. Isso evidencia a necessidade de trabalhar com o desenvolvimento de competências e habilidades, as quais se desenvolvem por meio de ações e de vários níveis de reflexão que congregam conceitos e estratégias, incluindo dinâmicas de trabalho que privilegiam a resolução de problemas emergentes no contexto ou o desenvolvimento de projetos. "As competências são construídas somente no confronto com verdadeiros obstáculos, em um processo de projeto ou resolução de problemas". Sob esse enfoque, o papel da tecnologia pode ser um aliado extremamente importante, justamente porque demanda novas formas de interpretar e representar o conhecimento.

Embora a tecnologia seja um elemento da cultura bastante expressivo, ela precisa ser devidamente compreendida em termos das implicações do seu uso no processo de ensino e aprendizagem. Essa compreensão permite ao professor integrá-la à prática pedagógica. No entanto, muitas vezes, essa integração é vista de forma equivocada, e a tecnologia

acaba sendo incorporada por meio de uma disciplina direcionada apenas para instrumentalizar sua utilização, ou ainda, de forma agregada a uma determinada área curricular. Diferentemente dessa perspectiva, ressaltamos a importância de a tecnologia ser incorporada à sala de aula, à escola, à vida e à sociedade, tendo em vista a construção de uma cidadania democrática, participativa e responsável.

Mas para isso é fundamental que o professor, independentemente da sua área de atuação, possa conhecer as potencialidades e as limitações pedagógicas envolvidas nas diferentes tecnologias, seja o vídeo, a Internet, o computador, entre outras. Importa que cada uma delas trazem suas próprias especificidades, que podem ser complementadas entre si ou com outros recursos não tecnológicos. Por sua vez, uma determinada tecnologia configura-se por uma multiplicidade de recursos distintos, os quais devem ser considerados para que seu uso seja significativo para os envolvidos e pertinentes ao contexto. O uso da Internet na escola pode exemplificar a multiplicidade de recursos que podem ser utilizados em situações de aprendizagem.

Os sites de busca são recursos bastante utilizados, que podem facilitar e incentivar o aluno na pesquisa de informações e dados. Mais um recurso da Internet, que também vem sendo explorado educacionalmente, são as ferramentas de comunicação, como: correio eletrônico, fórum de discussão e chats. Esses novos meios de comunicação viabilizam o estabelecimento de conexões entre pessoas de diferentes lugares, idades e profissões. A troca de ideias e experiências com pessoas de diversos contextos amplia a visão do aluno para o fornecimento de novas referências para sua reflexão. Além desses recursos, existe a possibilidade de o aluno usar a Internet como meio de representação do conhecimento.

Os recursos pedagógicos da Internet, a pesquisa, a comunicação e a representação podem perfeitamente ser utilizadas de forma articulada. O importante é o professor conhecer as especificidades de cada um dos recursos para orientar-se na criação de ambientes que possam enriquecer o processo de aprendizagem do aluno. Igualmente, essa visão deve orientar a articulação entre as diferentes tecnologias e as áreas curriculares. A possibilidade de o aluno ter diferentes representações do conhecimento, a aplicação de conceitos e estratégias conhecidas formal ou

intuitivamente e de utilizar diferentes formas de linguagens e estruturas de pensamento redimensiona o papel da escola, de alunos, professores e gestores também.

Com essa argumentação, surgem alguns questionamentos. Como o professor pode desenvolver uma prática pedagógica integradora abordando os conteúdos curriculares, as competências, as habilidades e as diferentes tecnologias disponíveis nas escolas? Com base em observações práticas, o trabalho com projetos potencializa a articulação entre as áreas de conhecimento de forma integrada com as diferentes tecnologias. No projeto fica em evidência uma atividade que rompe com as barreiras disciplinares, expande suas fronteiras e caminha em direção a uma postura interdisciplinar, com o objetivo de compreender e transformar a realidade a favor da melhoria da qualidade de vida pessoal, grupal e global. No paradigma educacional, que enfatiza o processo de construção e reconstrução do conhecimento por meio das interações e dos diversos níveis de reflexão, o trabalho por projetos caracteriza-se pela flexibilidade de planejamento.

Segundo Perrenoud, essas atividades carregam uma dinâmica própria. Essa dinâmica é constituída pela elaboração, execução, análise, reformulação e por novas elaborações do projeto. São momentos de um contínuo vivenciado pelos autores e executores do projeto também. A elaboração de um projeto feita em parceria entre alunos e professores é uma organização aberta, que articula informações conhecidas, baseadas nas experiências do passado e do presente, com as antecipações de outros aspectos que surgirão durante sua execução. Essas antecipações representam algumas certezas e dúvidas sobre conceitos e estratégias envolvidos no projeto.

Ao colocar o projeto em ação, ficam em evidência questões, por meio de feedbacks, comparações, reflexões e de novas relações que fazem emergir das certezas novas dúvidas e das dúvidas algumas certezas. São as certezas temporárias e as dúvidas provisórias. A ocorrência desse movimento promove a abertura para outras perguntas, despertando o interesse do aluno para novas investigações. Esse aspecto é fundamental no processo de reconstrução do conhecimento e no desenvolvimento da autonomia. O trabalho por projetos viabiliza a relação entre os saberes

das diversas áreas de conhecimento, das relações com o cotidiano e do uso de diferentes meios tecnológicos ou não.

Visando a aprendizagem, pode-se dizer que o trabalho por projetos tem um caráter extremamente importante, porque possibilita ao aluno a recontextualização de conceitos e estratégias, além do estabelecimento de relações significativas entre conhecimentos. Podemos dizer que o trabalho por projetos enfatiza a abrangência de relações entre as várias áreas de conhecimento e o desenvolvimento criativo, para lidar com os aspectos inusitados que emergem das relações. O trabalho por projetos não é solitário, ele exige uma postura colaborativa entre as pessoas envolvidas também. O projeto nada mais é que um trabalho de grupo, de formação de um time, em que as pessoas, cada qual com seus talentos, se relacionam em direção a um alvo em comum.

Ter uma visão abrangente do trabalho em equipe é fundamental para tratarmos a complexidade dos problemas existentes ao nosso redor e os desafios impostos pelos avanços tecnológicos. Nessa perspectiva, o entendimento para uma prática inovadora, baseada em trabalho por projetos, deve ter por prioridade o ensino e a aprendizagem de forma interdependente. Essa visão é extremamente importante para o professor, que atua no contexto do sistema da escola, para compatibilizar sua intenção pedagógica com os interesses e as necessidades dos alunos. Entretanto, a escola não pode perder de vista a qualidade de um projeto. Sendo assim, cabe ao professor ter uma postura de observação e de análise sobre as necessidades conceituais que surgem no desenvolvimento de um projeto.

Para que isso seja possível, é necessário o professor desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitam o aprendizado, tanto no sentido da abrangência como no sentido do aprofundamento de conceitos. O sentido da abrangência é representado pelo trabalho por projetos, no qual as diversas áreas curriculares e as tecnologias se articulam e o sentido do aprofundamento se refere às particularidades de uma área, a qual pode emergir do próprio projeto em ação. Ambos os sentidos – abrangência e aprofundamento – devem estar inter-relacionados e em constante movimento, com vistas a propiciar a compreensão da atividade pelo aluno e a possibilidade de desenvolver outros níveis de relações.

A articulação de saberes explora uma nova postura do professor, o comprometimento e o desejo pela busca, pelo aprender a aprender e pelo desenvolvimento de competências, as quais poderão favorecer a reconstrução da sua prática pedagógica. Porém, não se pode esquecer que o professor foi preparado para ensinar com base no paradigma da sociedade industrial, em que os princípios educacionais eram voltados para a reprodução e segmentação do conhecimento. Sendo assim, não basta que o professor tenha apenas acesso às propostas e às concepções educacionais inovadoras. É preciso dar oportunidade a esse profissional para que ele reconstrua a sua prática pedagógica, voltada para a articulação das áreas de conhecimento e da tecnologia.

Considerações

Não podemos pensar que apenas introduzir a tecnologia e as mídias na escola será a solução para problemas de aprendizagem, de evasão ou de repetência. O que se deve ressaltar é que a educação precisa de mais uma estratégia para aplicar na busca pela melhoria, e essa qualidade vai além da visão de integrar o aluno ao contexto social em que ele vive.

Está nítido que não dá mais para o professor não fazer uso das tecnologias em sala de aula, porque essa realidade já está presente na vida do aluno e também na vida do professor.

A escola precisa traçar projetos que abram espaço para o uso da tecnologia, mas esse espaço não deve servir apenas para o manuseio técnico dos instrumentos, ele deve ser introduzido pedagogicamente para atingir o objetivo de construir conhecimento e promover uma aprendizagem significativa e eficaz.

Muitos professores sofrem por estarem inseguros no uso dessas tecnologias. Tais inseguranças foram alimentadas durante muito tempo e fazem parte de formações escolares e acadêmicas sem estrutura para introduzir a temática tecnologia na educação. Sendo assim, detectada essa dificuldade nos professores, faz-se necessário que ela seja resolvida por meio de várias estratégias, que podem ser empregadas na formação desses educadores para superação dessas questões e otimização da qualidade de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.E.B. de. Educação à distância na Internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. In: **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 29, n. 2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

ASSMANN, H. (org.). Redes digitais e metamorfose do aprender. Petrópolis: Vozes, 2005.

DEMO, P. Alfabetizações: desafios da nova mídia. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 15, p. 543-564, out./dez. 2007.

DIZARD, W. P. **A nova mídia**: a comunicação de massa na área da informação. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

DUQUE, A. P. O. **Roteirização de conteúdos informacionais para cursos a distância**: um estudos à luz da Ciência da Informação. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UFF/IACS/IBICT. Niterói/RJ. Orientador: Rosali Fernadez de Souza.

DUQUE, A. P. O. **Modelagem de cursos à distância via Internet, à luz da Ciência da Informação. 2001.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFRJ/ECO-MCT/IBICT. Rio de Janeiro. Orientador: Maria de Nazaré Freitas Pereira.

FIGUEIREDO, N. M. de. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ciência da Informação**. Brasília/DF, 21 (3): 186-191 set./dez. 1992.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 4 ed. Papirus, 2009, p. 101-111.

MORAN, J. M. **Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias**: transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual. Disponível em:< http://www.eca.usp.br/prof/moran/uber.htm.> Acesso em: 21 set. 2010.

NETO, A. R. V. Atitudes de consumidores frente a novas tecnologias (tecnofobia). Dissertação de Mestrado. Campinas/SP. PUC-Campinas, 1999. 128 PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**: repesando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOUSA, S.; VEIGA-NETO, A.R. Adoção de novas tecnologias por professores e alunos e suas interferências nas estratégias da instituição. In: **XII Encontro de Iniciação à Pesquisa da Unifor**, 2006. Fortaleza. Anais do mundo Unifor 2006. Fortaleza: Unifor, 2006. v.1 p. 1-2.

_____. Dificuldades e atitudes frente à adoção de novas tecnologias por professores alunos e suas interferências nas estratégias da instituição. In: **XII Encontro de Iniciação à Pesquisa da Unifor**, 2006. Fortaleza. Resumos do XII Encontro de Iniciação à Pesquisa da Unifor. Fortaleza: Unifor, 2006. v.1 p. 272-272.

SILVA, A. C. Internet para educadores. 1 ed. PROEM: São Paulo, 2001.

_____. Sintonia MEC: pergunte ao aluno. In: **Revista TV Escola.** Maio/junho 2010. p. 24.

VALENTE, J. A. (org.). **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas/SP: UNICAMP/NIED.

TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA: PRATICANDO A INCLUSÃO

Thaiza Silva dos Santos

Especialista *Lato Sensu* em Psicopedagogia. E-mail: tsisan@yahoo.com.br

Resumo

Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um prejuízo do desenvolvimento neurológico, que possui três características essenciais: dificuldade na socialização, comportamento repetitivo e restritivo e dificuldade na comunicação, podendo manifestar-se isoladamente ou em conjunto. Esta pesquisa tem por objetivo destacar as perspectivas históricas, teóricas e políticas do TEA, ressaltando a importância dos diagnósticos e intervenções, focando principalmente no conceito de inclusão desses indivíduos. O estudo caracteriza-se como revisão de literatura, por meio eletrônico, onde foram acessados 30 artigos, e por meio de leitura de livros, verificando que o tema autismo é desafiador, que a família necessita estar engajada neste processo e que a sociedade precisa praticar a inclusão.

Palavras-chave: Transtorno Autístico; Intervenções; Família; Inclusão.

Abstract

Disorder Autistic Spectrum (ASD) is a neurodevelopmental injury, which has three essential characteristics: difficulty in socializing, repetitive and restrictive behavior and communication difficulties, may present alone or together. This research aims to highlight the historical perspectives, theoretical and political TEA, highlighting the importance of diagnoses and interventions, focusing mainly on the concept of inclusion of these individuals. The study is characterized as literature review, through electronics which were accessed 30 articles and through read-

ing books, checking that autism issue is challenging, the family needs to be engaged in this process and that society needs to practice inclusion.

Keywords: Autistic Disorder; Interventions; Family; Inclusion.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é assim chamado pelo Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (5ª edição ou DSM-V), feito pela Associação Americana de Psiquiatria, tem como objetivo definir como são realizados os diagnósticos de transtornos mentais.

O TEA é considerado como desordens no desenvolvimento cerebral, que pode acontecer antes, durante ou após o nascimento do indivíduo, sendo uma condição permanente, que é caracterizada, principalmente, por comportamentos repetitivos/ estereotipados e dificuldade na interação social/comunicação. Apesar de os indivíduos com TEA compartilharem dessas características e dificuldades, estas acontecem em níveis e intensidades distintas, podendo existir desde o nascimento, sendo notórios ou mais sutis, mas tornando-se mais intensos ao longo de seu crescimento.

De acordo com as Organizações das Nações Unidas (ONU), estima-se que 1% da população possui o Transtorno do Espectro Autista, que equivale a 70 milhões de pessoas no mundo (ONU, 2015).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1 a 2 milhões de brasileiros possuem o TEA, estima-se que 120 a 200 mil são menores de cinco anos e que 400 a 600 mil possuem menos de vinte anos (IBGE, 2000).

Com a incidência do autismo crescendo cada vez mais, e com o intuito de conscientizar a população sobre a complexidade dessa síndrome, objetivando, principalmente, menos preconceito e mais respeito, foi criado pela ONU, desde 2008, o "Dia Mundial de Conscientização do Autismo", em inglês: "Word Autism Awareness Day", que é comemorado todo dia 2 de abril. A cor azul foi a escolhida para o TEA, devido a ter uma incidência muito maior em meninos do que em meninas: 4 para 1.

O TEA é uma síndrome que vai muito além de toda sua complexidade, pois está longe de ser estabelecido com precisão. Não existem mecanismos que possam medi-lo, isso quer dizer que as inúmeras pesquisas realizadas estão longe de obterem a cura, mas elas são de grande valia para ajudar a entender sobre o Transtorno do Espectro Autista.

Com isso, o objetivo principal deste artigo é proporcionar uma maior compreensão sobre o TEA, mostrando um pouco da história, dos comportamentos dos autistas, os diagnósticos, as intervenções e, principalmente, focar na inclusão desses indivíduos.

Revisão Bibliográfica

O TEA afeta especificamente três áreas no indivíduo: a da comunicação, a social e a comportamental. E esses sintomas estão presentes desde a infância, limitando o desenvolvimento da pessoa (APA, 2014).

De acordo com Pereira (2009), o termo autismo foi introduzido na literatura por Eugen Bleuler no ano de 1911, onde ele classificava pessoas que apresentavam problemas na interação social e comunicação.

Segundo Schmidt (2013), as primeiras obras literárias sobre o autismo foram publicadas pelos psiquiatras Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944).

Leo Kanner (1943), estudando casos de 11 crianças, chegou à conclusão de que aquelas que não tinham capacidade de relacionamento com o outro seriam consideradas autistas, sendo esta a sua primeira tentativa de definição para o tema.

Hans Asperger (1944), como cita Stelzer (2012), realizou estudos parecidos com Leo Kanner (1943), ele popularizou os casos de crianças que tinham comportamentos autistas e as que possuíam um grande comprometimento na comunicação e na interação social.

Mas foi na década de 1960, com a Medical Research Council's Developmental Psychology Unit que surgiram importantes pesquisas para maior entendimento sobre o tema (Baron- Cohen, 1990, p. 4).

No ano de 1952, a Associação Americana de Psiquiatria (APA), lançou a primeira versão do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais).

De acordo com Gauderer (1993), o autismo é definido como:

Uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave durante toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Acomete cerca de cinco entre cada dez mil nascidos, e é quatro vezes mais comum entre meninos que meninas. É encontrada em todo mundo e em família de qualquer configuração racial, étnica e social. [...] Os sintomas [...] incluem: 1. Distúrbio no ritmo de aparecimento de habilidades físicas, sociais e linguísticas;

- 2. Reações anormais às sensações. As funções ou áreas mais afetadas são: visão, audição, tato, dor, equilíbrio, olfato, gustação e maneira de manter o corpo;
- 3. Fala e linguagem ausentes ou atrasadas. Certas áreas específicas do pensar presentes ou não. Ritmo imaturo da fala, restrita compreensão de ideias. Uso de palavras sem associação com o significado.
- 4. Relacionamento anormal com objetos, eventos e pessoas.

Respostas não apropriadas a adultos ou crianças. Objetos e brinquedos não usados de maneira devida. [...] A pessoa portadora de autismo tem uma expectativa de vida normal. Uma reavaliação periódica é necessária para que possam ocorrer ajustes necessários quanto às suas necessidades, pois os sintomas mudam e alguns podem até desaparecer com a idade. (GAUDERER, 1993, p. 3-4).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define o autismo como:

Um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigorosa, e três vezes maior se considerar casos correlatos, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento (Apud MANTOAN, 1997, p. 13).

Alguns indivíduos com TEA podem encontrar muitas dificuldades ao longo da vida, desde atividades de casa, como atividades escolares. Alguns levarão uma vida relativamente normal, enquanto outros precisarão ser acompanhados constantemente em atendimentos especializados em unidades escolares e clínicas.

O Problema Investigado

Os primeiros a verificarem que há algo de errado com os filhos são os pais e é neste momento que se dá início a busca por acompanhamento, sendo um período de falta de certezas, que antecede o processo do diagnóstico.

Schulman (2002) ressalta que quando o diagnóstico é fechado, é fundamental direcionar os pais aos recursos úteis, auxiliando-os na possibilidade de que algo pode ser feito pelos seus filhos.

O problema observado é que muitos pais pensam que o indivíduo autista pode acabar interferindo no ciclo familiar, pois ele não é capaz de corresponder às suas expectativas ou de seus membros familiares. E é neste momento que acaba acontecendo a primeira exclusão, a familiar, muitos até negam o diagnóstico, dando início a não aceitação. Mas como incluir um autista em uma sociedade se os próprios pais não aceitam sua condição?

É papel dos pais entenderem as necessidades de seus filhos e aceitarem as suas diferenças, procurando sempre auxílio em relação a essa condição. Quanto mais cedo o indivíduo for diagnosticado e acompanhado, maiores serão as possibilidades de ele se desenvolver.

Schwartzaman e Araújo (2011) ressaltam que na maioria das vezes as crianças são encaminhadas à avaliação de forma tardia. Por volta dos 17 meses os pais percebem algo diferente nos filhos, mas, em média, por volta dos 4 anos de idade é que os diagnósticos começam a ser fechados.

Ressaltar a importância do diagnóstico e da intervenção precoce por meio de acompanhamentos terapêuticos por parte dos pais é fundamental, pois funciona como um luto, pois é a partir desse momento que a visão do filho perfeito será distanciada, possibilitando a aceitação e a busca de um desenvolvimento mais autônomo, de acordo com os limites de cada autista, possibilitando a sua inclusão na sociedade.

Metodologia

O presente artigo tem por objetivo transmitir informações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), priorizando a história, a política, os diagnósticos/intervenções e a inclusão. Diante do proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, com intuito de fornecer maiores esclarecimentos sobre o tema, como base nos avanços das pesquisas científicas.

O Transtorno do Espectro Autista tem sido pesquisado por diversos autores, porém é fundamental a verificação dos avanços e o aprofundamento do tema. A pesquisa foi feita por meios de consultas em livros, revistas eletrônicas e artigos publicados em sites. Foram utilizados os seguintes descritores: Transtorno do Espectro Autista, Autismo, Inclusão do Autista, Diagnósticos para Autismo, Políticas para Transtorno do Espectro Autista, Lei para Transtorno de Espectro Autista e Intervenções Precoces TEA. Foram verificados 30 artigos e 3 livros, em um período de 2 meses.

Busca e Análise de Resultados

Logo após o diagnóstico e da comunicação aos pais e aceitação destes, dá-se início ao tratamento adequado com uma equipe multidisciplinar, médica e pedagógica.

O acompanhamento é essencial, é um processo global e dinâmico, que é direcionado para a parte física, psicológica e social do indivíduo com TEA, possibilitando seu desenvolvimento mais autônomo possível, integrando-o ao ambiente em que vive (Batista, 2012, p. 3).

No ano de 2013, o Ministério da Saúde Brasileiro em parceria com o Sistema único de Saúde (SUS), deram origem a uma cartilha chamada de "Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo", em que o principal objetivo é dar orientações às equipes multidisciplinares, para o cuidado com a saúde do indivíduo com TEA e de sua família (Ministério da Saúde, 2013).

O TEA não possui cura, o tratamento tem por objetivo amenizar os déficits do desenvolvimento, sendo que cada indivíduo possui um nível de desenvolvimento distinto do outro.

Alguns tratamentos observados que funcionam bem com os autistas são: psicoterapia, musicoterapia e equoterapia. É necessário verificar a necessidade de cada caso, sendo essencial o acompanhamento com médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, fonoaudiólogos e psicopedagogos.

Alguns métodos posem ser aplicados ao indivíduo com TEA, são eles:

- ABA (Análise Comportamental Aplicada), que vem da terapia comportamental, apropriada para reduzir os comportamentos inapropriados e aumentar aqueles desejados por meio de recompensas.
- Teacch (Tratamento e Educação para Autista e Crianças com Limitações Relacionadas à Comunicação), um método comportamental, que é aplicado na parte pedagógica e possui cuidados na parte da estrutura e organização visual.
- PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras), um método que é de comunicação alternativa para aqueles que não conseguem falar, então, eles apontam para figuras, formando assim a conversação.

Outro tipo de acompanhamento essencial ao autista é o AEE (Atendimento Educacional Especializado), instituído pelo decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é gratuito aos estudantes com TEA e deve ser oferecido de forma transversal a todos os níveis, modalidades e etapas, preferencialmente na rede regular de ensino, onde acontece a inclusão escolar.

De acordo com o decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

 I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

- II garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Observa-se que os acompanhamentos são muitos e são fundamentais para que o indivíduo com TEA possa se desenvolver, para que suas limitações sejam diminuídas, possibilitando, dessa forma, sua inclusão. A palavra inclusão remete à diversidade da sociedade e ao respeito pelos diferentes. Abordar a inclusão é desafiador. Tratando-se de inclusão, é preciso pensar além da esfera do indivíduo com TEA e avançar na discussão da relação que a sociedade estabelece com o que é diferente.

Discussões de Resultados

O indivíduo com TEA, como observado, precisa e tem direito a acompanhamentos para que possa atingir suas potencialidades e ser incluído da melhor maneira possível. A palavra inclusão é o foco desta pesquisa.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o governo brasileiro criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (BRASIL, 2012), em que o indivíduo com TEA é considerado deficiente legalmente e onde é abordada a sua inclusão.

A luta sobre os direitos à pessoa com TEA é constante e este acordo foi um ganho desta, que é marcada por movimentos sociais e científicos, em que estão engajadas entidades e associações de pais, que buscam preservar a integridade e a igualdade para os indivíduos com TEA.

De acordo com a Lei nº 12.764, no final de 2012:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do

Espectro Autista:

 I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II – a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III – a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - (VETADO);

V – o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da <u>Lei nº 8.069</u>, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI – a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII – o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como de pais e responsáveis;

VIII – o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.764, no final de 2012:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

 I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) o atendimento multiprofissional;
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e assistência social.

Garantir que o direito à inclusão seja concreto é uma luta que precisa de muitos esforços dos educadores/médicos/terapeutas aos familiares e da sociedade ao governo. É necessário aceitar a diversidade humana e valorizá-la, este é, com certeza, o primeiro passo para uma sociedade livre de preconceitos – uma sociedade inclusiva.

Considerações

A inclusão social das pessoas com TEA deve começar em casa. Elas possuem o direito de ser acolhidas pela família, que deve ser instrumentalizada e instruída para defender os seus direitos, possibilitando o seu pleno desenvolvimento.

Os pais, quando recebem o diagnóstico de TEA, precisam buscar informações sobre como agir com seus filhos. Foi observado que quanto mais cedo ocorrer a intervenção, maiores serão as chances de atingir suas capacidades mentais e físicas.

O tratamento adequado é de fundamental relevância, pois o TEA é para toda a vida, e o resultado de cada qual dependerá do comprometimento de cada indivíduo. Apesar da demonstração de algumas possibilidades de atendimentos, não existem métodos únicos para todos os autistas, pois cada um possui sua singularidade, dependendo também dos fatores de idade cronológica e de gêneros.

A CDPD (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência) informa que o papel da família é crucial para o desenvolvimento das pessoas autistas e pode ser determinante para que haja os enfrentamentos das barreiras que são colocadas pela sociedade.

Nenhum direito pode ser vetado pelo fato de a pessoa ser autista. Crianças, jovens e adultos possuem os mesmos direitos e dignidade que as pessoas que são ditas como normais. Mas, se necessário, precisam ser garantidas adaptações e apoios para o exercício desses direitos.

Apoio e orientação aos pais são fundamentais para que eles possam desempenhar o papel de defender esses direitos e de promover o desenvolvimento das pessoas com autismo de maneira inclusiva.

É notório ressaltar que muitas são as vivências de exclusão que as famílias passam como os indivíduos com TEA, além das alterações na conjugalidade, dinâmica familiar, na vida profissional e no cotidiano de maneira geral.

A família, a sociedade e o estado precisam caminhar unidos, combatendo todas as formas de preconceitos e discriminação, construindo um mundo mais inclusivo que permita às pessoas com Transtorno do Espectro Autista demonstrar todo seu potencial.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, E. Pensadores Visuais. **Doenças do cérebro Autismo.** Revista: Mente e cérebro. 2 ed. São Paulo: Duetto, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSUMPÇÃO *et al.* Escala de avaliação de traços autísticos. In: **Arquivos de Neuropsiquiatria**, v 57, n. 1, 1999, p. 23-29. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/anp/v57n1/1531.pdf> Acesso em: 17 ago. 2016.

ARAÚJO, C. A. de; SCHWARTZMAN, J. S. **Transtorno do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

BARON, C. S. **Autismo**: uma alteração cognitiva específica de "cegueira mental". Revista Portuguesa de Pedagogia. 1990.

BATISTA, C. A. M. Deficiência, autismo e psicanálise. A peste. **Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia. Revista Ciência Psicológica**, v. 4, n. 2, 2012.

BENENZON, R. O. **O** autismo, a família, a instituição e a musicoterapia. Rio de Janeiro: Enelivros, 1987.

CAPELLARI, L. M. Educação e comunicação do autista e asperger. In: **Centro de Referência em distúrbios de aprendizagem**. 2010. p. 1-21. Disponível em: http://www.crda.com.br/tccdoc/49.pdf> Acesso em: 17 ago. 2016.

CARVALHEIRA, G.; VERGANI, N.; BRUNONI, D. Genética do autismo. In: **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v 26, n. 4, 2004. p. 270-273. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbp/v26n4/a12v26n4.pdf Acesso em: 18 ago. 2016.

CAVALCANTI, A.; ROCHA, P. **Autismo**: construções e desconstruções. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007.

CID – 10: Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamentos da CID10. Organização Mundial da Saúde, Genebra Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 2000.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. In: **Jornal de Pediatria**. v. 80, n. 2, 2004. p. 83-94. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n-2Sa10.pdf>

GARCIA, M.; LAMPREIA, C. Limites e possibilidades da identificação de risco de autismo no primeiro ano de vida. **Psicologia**: reflexão e crítica. 2011. Acesso em: 18 agosto 2016.

GAUDERER, E. Christian. Autismo. [S.I]: Atheneu, 1993.

GUPTA, A. R.; STATE, M. W. Autismo: genética. In: **Revista Brasileira de Psiquiatria**. v. 28, n. 1, 2006. p. 29-38. Disponível em: http://www.chromoscitogenetica.com.br/files/Autismo.pdf Acesso em: 18 agosto 2016.

IBGE. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/
pesquisas.php>

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. São Paulo: **Rev. Bras. Psiquiatr.** 2006.

LAMPREIA, C. A perspectiva desenvolvimentista para a intervenção precoce no autismo. **Estudos Psicol**. São Paulo. 2007.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

NAZEER, A. Psychopharmacology of autistic spectrum disorders in children

and adolescents. Pediatr Clin North Am, 2011.

OLSON, D.; TORRANCE, N. e colaboradores. **Educação e desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das

Pessoas com Deficiência, 2015. Disponível https:https:https://nacoesunidas.org/especialistas-em-direitos-humanos-da-onu-pedem-fim-da-discrimina-cao-contra-pessoas-com-autismo/0">https://nacoesunidas.org/especialistas-em-direitos-humanos-da-onu-pedem-fim-da-discrimina-cao-contra-pessoas-com-autismo/0> Acesso em: 17 ago. 2016.

PEETERS, T. **Autismo**: entendimento teórico e intervenção educacional. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1998.

PLANALTO. **Decreto do AEE**. Disponível em: <<u>http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm</u>> Acesso em: 17 ago. 2016.

PLANALTO. **Lei nº 12.764.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Lei nº 12.764 no final de 2012> Acesso em: 17 ago. 2016.

PEREIRA, M. C. L. **Pais de alunos autistas**: relatos de expectativas, experiências e concepções em inclusão escolar. Brasília: UCB, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica de Brasília, 2009.

SCHMITD, C. **Autismo, educação e transdisciplinariedade.** São Paulo: Papirus. 2014.

SCHULMAN, C. Bridging the process between diagnosis and treatment. In: GABRIELS, R.; HILLS, D. Autism - From research to individualized practice. London: Jessica Kingsley Publishers, 2002.

SCHWARSTZMAN, J. S.; Araujo C. A. (ed.). **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

SCHWARSTZMAN, J. S. Assunpção, F.B. Jr. e Colaboradores. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memnon Edições Científicas Ltda., 1995.

STELZER, F. **Uma pequena história do autismo**. São Leopoldo: Pandorga, 2012.

VADASZ, E. C. D. **Autismo você sabe o que é?** AMA (Associação de Amigos do Autista).

NEUROPSICOPEDAGOGIA: CARACTERÍSTICAS, INCORPORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EXPERIÊNCIAS

Vivian Dias Belem

Especialista *Lato Sensu* em Gestão de Recursos Humanos. E-mail: vivianbelem1@gmail.com

Resumo

Este artigo tem o foco de estudar as características da neuropsicopedagogia, da aprendizagem humana, seus distúrbios, processos normais e anormais de aprendizagem e o funcionamento cognitivo do sistema nervoso central. A neuropsicopedagogia possui o intuito de aprimorar e capacitar frente à compreensão do cérebro e seus processos neurocognitivos, verificando aspectos fisiológicos, socioculturais e psicológicos envolvidos no processo de aprendizagem. Os conhecimentos atuais acerca do neurodesenvolvimento e o funcionamento do complexo cérebro-mente interessam à sociedade como um todo. A neurociência habilita o profissional a motivar, ensinar e avaliar o indivíduo em um formato compatível com o funcionamento cerebral. A aprendizagem deve ser olhada como a atividade de indivíduos ou grupos humanos, que mediante a incorporação de informações e o desenvolvimento de experiências promovem modificações estáveis na personalidade e na dinâmica grupal.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia. Aprendizagem. Psicologia. Pedagogia.

Abstract

This article has the focus to study the characteristics of neuropsychology, human learning, its disorders, normal and abnormal processes of learning, and cognitive functioning of the central nervous system. Neuropsychology has the order to improve and empower front of the understanding of the brain and their neurocognitive processes, checking physiological, cultural and psychological aspects involved in the learning process. Current knowledge about brain development and functioning of the brain-mind complex interest to society as a whole neuroscience enables the professional to motivate, teach and evaluate the individual in a format compatible with brain function. Learning should be regarded as the activity of individuals or communities that by incorporating information and development experiences that promote stable changes in personality and group dynamics.

Keywords: Neuropsychology. Learning. Psychology. Pedagogy.

Introdução

Apresentamos no artigo considerações sobre possíveis contribuições da neuropsicopedagogia, tanto para a área clínica quanto institucional. Por meio dela podemos compreender os processos de aprendizado e de solução de problemas, dentre outras atividades cognitivas.

A neuropsicopedagogia tem sua base na psicopedagogia, além das atribuições do psicopedagogo, que engloba estudar as características da aprendizagem humana, os processos de ensino e a origem das alterações na aprendizagem.

Os neuropsicopedagogos possuem um conhecimento mais bem estruturado sobre a função cerebral, entendendo a forma como esse cérebro recebe, seleciona, transforma, memoriza, arquiva, processa e elabora todas as sensações captadas pelos diversos elementos sensores para, a partir desse entendimento, adaptar as metodologias e técnicas educacionais a todas as pessoas e, principalmente, àquelas com características cognitivas e emocionais diferenciadas. A partir desses saberes, os neuropsicopedagogos poderão desempenhar funções como rever aspectos do desenvolvimento humano e enumerar fatores que afetam negativa e positivamente o desenvolvimento neuropsicológico; reconhecer aspectos envolvidos nos processos de memória e atenção relativos à aprendizagem; compreender os problemas referentes ao Déficit de Atenção e Hiperatividade, aos transtornos de aprendizagem, para que se realizem encaminhamentos pedagógicos pertinentes a cada caso, e relacionar memória e desenvolvimento destacando recursos que favorecem a aprendizagem.

Com a neuropsicopedagogia, a intervenção psicopedagógica adquire um sentido específico, que é atuar na correção e prevenção do fracasso escolar e também no enriquecimento, tanto do ensino quanto da aprendizagem.

A aprendizagem humana está relacionada com a experiência humana, e o que ocorre nas agências de aprendizagem é um sistema predeterminado antes de avaliar o outro, desconsiderando a individualidade do sujeito. Com a prática da neuropsicopedagogia, é possível identificar características individuais no processo de ensino e aprendizagem, con-

siderando a individualidade de cada um, tornando esse processo rico e construtivo.

Revisão Bibliográfica

A especialização em neuropsicopedagogia é voltada para ampliar o conhecimento do profissional acerca das dificuldades de aprendizagem. Segundo Fernanda Garcia Perez, "a neurociência permite investigar as funções do cérebro: linguagem, atenção, memória de curto prazo, memória de longo prazo, condutas motoras, funções executivas, cognição, além dos aspectos emocionais. Ela fornece dados objetivos e formula hipóteses sobre o funcionamento cognitivo, atuando como auxiliar na tomada de decisões, fornecendo dados que contribuam para as escolhas de tratamento", afirma ela.

Em entrevista para a ABPP (Associação Brasileira de Psicopedagogia), por meio de Racy e Vieira (s.d.), o Dr. Marco Tomanick Mercadante contextualiza a neuropsicopedagogia com as seguintes palavras:

Um campo do conhecimento que procura reunir os avanços advindos das neurociências com a psicopedagogia. Assim, o profissional com essa perspectiva deve ter conhecimento amplo das bases neurobiológicas do aprendizado, do comportamento e das emoções, e dominar os elementos clássicos da psicopedagogia. Além disso, uma coerência epistemológica, que garanta uma adequada articulação dessas áreas e dispare conhecimento é fundamental para a atuação na área.

Segundo Krug (2011 apud Rodrigues 1996, p. 40) o conceito de neuropsicopedagogia se dá por meio das seguintes palavras:

Abordagem neurológica de distúrbios e de incapacidades de aprendizagem. A neuropsicopedagogia é de grande utilidade para o psicopedagogo clínico, pois possibilita o diagnóstico de processos anormais na estrutura, na organização e no funcionamento do sistema nervoso central, por meio de testes de avaliação neuropsicológica, aplicáveis a indivíduos portadores de problemas de aprendizagem.

A neuropsicopedagogia vem sido estudada em todo o território brasileiro. Em estados do Sul, já é possível encontrá-la como disciplina de Universidades. Forner (2009, p. 71-72) faz a seguinte referência:

No nível I, a disciplina Estudos Neuropsicopedagógicos chama a atenção por enfatizar aspectos que contemplam as ideias do estudo. Eis a sua ementa: Estudo do desenvolvimento humano na perspectiva da genética e da neuropsicopedagogia, aproximando estes saberes com foco nas bases biológicas da aprendizagem, na busca de melhores formas de ensinar e de aprender. Os objetivos da disciplina convertem para a real necessidade de os futuros professores reconhecerem as dificuldades de aprendizagem de seus alunos, bem como as possíveis alternativas de trabalho. Isto é, terem subsídios para o planejamento que atenda às demandas que surgem nas salas de aula. A disciplina se propõe a fazer com que os estudantes de pedagogia conheçam o funcionamento neural, o desenvolvimento neuropsicológico, desde a concepção até a morte, destacando a neuroplasticidade, bem como as bases biológicas e influência do uso de drogas pelos pais de crianças, bases neurológicas da entrada, processamento e saída da visão, audição, tato, movimento e atenção. A partir desses conhecimentos, enfim, busca contribuir para que os professores possam realizar as intervenções, considerando aspectos do desenvolvimento normal e das dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, a neuropsicopedagogia se apresenta como um novo campo do saber, contribuindo ao processo de ensino e aprendizagem e possíveis causas de dificuldades de aprendizagem.

Problema Investigado

O curso de Especialização em Neuropsicopedagogia em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*, surgiu da necessidade de abordar a interdisciplinaridade encontrada no campo neurológico, psicológico e pedagógico.

Essa especialização é voltada para profissionais que almejam uma capacitação em práticas educacionais e de saúde que visem potencializar o processo ensino-aprendizagem, proporcionando importantes elementos para profissionais que trabalham na área da aprendizagem e com portadores de necessidades especiais. O profissional poderá atuar em instituições de ensino formal e na área de saúde, com indivíduos que apresentem deficiência intelectual, transtornos de desenvolvimento, entre outras características.

O diferencial de um profissional da área da neuropsicopedagogia é que ele possui conhecimento a respeito das regiões cerebrais e é capaz de avaliar qual área é responsável por determinadas funções com foco na aprendizagem e, por meio dessa avaliação, propõe quais intervenções podem vir a ser aplicadas.

A missão do curso de Neuropsicopedagogia é a de aprimorar e capacitar profissionais da frente à compreensão do cérebro e seus processos neurocognitivos, verificando aspectos fisiológicos, socioculturais e psicológicos envolvidos no processo de aprendizagem. O profissional terá recursos para elaborar estratégias de atuação, atuando de forma eficiente na condução de práticas específicas.

O curso de Neuropsicopedagogia tem como objetivo oferecer novos conhecimentos e habilidades, a fim de capacitar profissionais da área de educação e saúde para que estejam aptos a lidar com diferentes públicos e suas especificidades no que se refere à aprendizagem, potencializando o processo de ensino-aprendizagem.

Essa especialização apresenta competências como:

- Identificar meios de intervenção em processos neuropsicopedagógicos;
- Auxiliar na identificação diagnóstica, mediante sintomas e queixas;
- Elaborar pareceres para de encaminhamento para neurologistas, pediatras, psiquiatras, psicólogos, entre outros.

Metodologia

Quanto às metodologia utilizadas, os métodos aplicados basearam-se em pesquisas bibliográficas a respeito do tema abordado, sendo considerada uma pesquisa qualitativa acerca da temática proposta. Foram utilizados os seguintes critérios para inclusão na pesquisa: livros, artigos, periódicos, dissertações e teses.

Busca e Análise dos Resultados

Não há a possibilidade de um profissional produzir falando ou escrevendo produzir conhecimento, é preciso entender que conhecimento não é transmissão. A informação é um constructo primário que se torna conhecimento, logo, cada indivíduo possui uma forma diferente de produzir conhecimento.

A questão é que os profissionais que atuam com aprendizagem não estão preparados para atuar com diversidade e individualidade nesse processo. O cérebro não é um depósito de memórias, e estudos acerca do cérebro avançam em uma crescente ao longo das décadas.

A inserção da neuropsicopedagogia contribui para o avanço da neurociência e de estudos cognitivos devido à possibilidade de compreensão da inteligência, da memória e do desenvolvimento humano.

O processo de aprendizagem possui um processo complexo, pois existem diversas variáveis que implicam no desenvolvimento e na construção da aprendizagem do ser humano. A área das neurociências busca analisar os processos cognitivos e compreender suas potencialidades de forma que possa atuar de maneira preventiva ou corretiva.

O cérebro recebe as informações e precisa organizá-las para determinar o que ainda não entende, compreende, para que assim possa reproduzir a informação com autonomia. É responsabilidade da neuropsicopedagogia mapear como o indivíduo se desenvolve, para que, dessa forma, seja possível compreender como se dá o conhecimento e o processo de aprendizagem.

Discussão dos Resultados

A neuroeducação, apesar de ser considerada nova, já vem sendo estudada pela junção de conhecimentos da psicologia, pedagogia e neurociência. Dessa forma, é utilizado o conceito "Aprender é modificar comportamentos".

O diferencial da neuropsicopedagogia é o estudo do Sistema Nervoso, que agrega conhecimento nas diferentes abordagens de aprendizagem, fazendo com que o profissional tenha um olhar diferenciado no contexto clínico e institucional, encarando o indivíduo como um ser global. Esse profissional se especializa para atuar com a neuroeducação, trazendo uma abordagem diferente do que é aprendizagem, que deixa de ser a aquisição de conhecimentos e nos mostra que "aprender é modificar comportamentos".

No Brasil, a neuropsicopedagogia está em alta. Traços imprescindíveis dos indivíduos já são avaliados em salas de aula. Partindo dos saberes do aluno, é possível perceber que o ele precisa aprender e demonstrar aprendizagem: ele precisa aprender o que ele já sabe.

É importante desmitificar a ideia de que a pessoa não aprende porque não quer, e de que aprendizagem não ocorre para alguns indivíduos. É preciso desconstruir o conhecimento, para que seja analisado como o indivíduo aprende e qual a melhor forma de se aprender. Neste sentido, o neuropsicopedagogo tem como objetivo encontrar possibilidades de aprendizagem, para assim verificar como a pessoa aprende, entende e compreende.

O cérebro em condições de ensino e aprendizagem precisa ter claro do que se trata o assunto, de forma a ativar suas redes cognitivas e, assim, interagir com o que está sendo aprendido, dialogando com o processo de ensino.

Considerações

No momento em que os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem tomarem consciência de que por meio das compreensões associadas às áreas do conhecimento esse processo terá significado, entenderão os caminhos possíveis que levam à aprendizagem e compreenderão que o que está sendo ensinado poderá ter significado

para o outro. Observando o que pode ser melhorado no indivíduo e avaliando as suas potencialidades, poderão construir um planejamento para o outro de forma especializada.

O especialista em neuropsicopedagogia atuará em diferentes contextos sociais e compreenderá o processo cognitivo do sujeito, suas dificuldades, que podem implicar na aprendizagem. Dessa forma, estará capacitado, tanto na área institucional quanto clínica, para ampliar e auxiliar o sujeito a ampliar seus conhecimentos acerca da aprendizagem e possíveis implicações, verificando diferentes contextos, tendo como ponto de apoio as neurociências, a psicologia e a pedagogia, sendo considerado um campo investigativo, atuando de forma multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. M. *et al.* **Neuropsicologia hoje**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Estatuto da associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP)**. São Paulo. Disponível em: http://www.abpprs.com.br/cms/files/estatuto.pdf> Acesso em: 05 set. 2015.

BARONE, L. M. C. *et al.* **Psicopedagogia**: teorias da aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CARMO, J. S dos. **Fundamentos psicológicos da educação**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

COQUEREL, P. R. S. **Neuropsicologia**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação**: como o cérebro aprende. Minas Gerais: Artmed, 2011.

FERREIRA, M. G. R. **Neuropsicologia e aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

MARINHO, H. R. B. *et al.* **Pedagogia do movimento**: universo lúdico e psicomotricidade. Curitiba: InterSaberes, 2012.

METRING, R. **Neuropsicologia e aprendizagem**: fundamentos necessários para planejamento do ensino. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

MIOTTO, E. C. *et al.* **Neuropsicologia e as Interfaces com as neurociências**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RELVAS, M. P. Neurociência na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

A IMPORTÂNCIA DA REDAÇÃO EMPRESARIAL PARA OS PROFISSIONAIS E AS EMPRESAS CONTEMPORÂNEAS

Renato Rodrigues Gonçalves Especialista *Lato Sensu* em Educação a Distância. E-mail: rerogon@yahoo.com.br

Resumo

A elaboração deste trabalho tem como objetivo ressaltar a importância de um curso de pós-graduação com ênfase na formação de profissionais capazes de produzir informação voltada para o ambiente corporativo. Tem também, o intuito de atender à necessidade da Faculdade Înternacional Signorelli de estar sempre se atualizando em busca de novas oportunidades, visando oferecer um ensino moderno e inovador, voltado para a difusão do conhecimento acadêmico e, neste caso, de forma mais específica, atender às necessidades impostas pelo mercado de trabalho. Entende-se como essencial para a formação do indivíduo, seja na área do conhecimento acadêmico ou profissional, o entendimento dos fatores inerentes às suas atividades, sejam elas de pesquisa ou de execução de tarefas. No caso do curso de pós-graduação em redação empresarial contemporânea, além da formação acadêmica oferecida, com conhecimentos da língua portuguesa em nível de pós-graduação, pretende-se oferecer um curso que dará ao profissional de qualquer área, por meio de um embasamento técnico e teórico, condições para atuar de forma dinâmica e efetiva no combate a um dos maiores problemas enfrentados pelas empresas, que é, na maioria das vezes, a falta de uma comunicação eficaz, voltada tanto para o ambiente interno como externo.

Palavras-chave: Conhecimento. Comunicação. Mercado de Trabalho. Profissional.

Resumen

La preparación de este artículo se destaca la importancia de un curso de postgrado con énfasis en la formación de profesionales capaces de producir información orientada al entorno corporativo. También cuenta, con el fin de satisfacer las necesidades de la Escuela Internacional Signorelli de estar siempre actualizado en busca de nuevas oportunidades con el fin de ofrecer una enseñanza moderna e innovadora, centrada en la difusión del conocimiento académico y en este caso, más específicamente, conocer los requisitos impuestos por el mercado de trabajo. Se entiende como esencial para la formación del individuo, ya sea en el área de conocimiento académico o profesional, la comprensión de los factores inherentes a sus actividades, ya sea de investigación o tarea de ejecución. En el caso del curso diploma de posgrado en negocios escritura contemporánea, además de la oferta académica, con el conocimiento de la lengua portuguesa en el tercer ciclo, tenemos la intención de ofrecer un curso que le dará al profesional de cualquier área, a través de una base técnica y las condiciones teóricas para trabajar de una forma dinámica y eficaz para combatir uno de los mayores problemas que enfrentan las empresas, que es la mayor parte del tiempo, la falta de comunicación efectiva, orientada tanto para el ambiente interno y el externo.

Palabras-clave: Conocimiento. Comunicación. Mercado de Trabajo. Profesional.

Introdução

Nas relações interpessoais, é fundamental que se procure estabelecer um canal eficiente entre os interlocutores, capaz de possibilitar a perfeita interação entre os sujeitos e garantir a efetividade da comunicação. Um dos grandes problemas observados no ambiente corporativo, que é responsável por inúmeros transtornos dentro das Instituições, sejam elas quais forem, é a comunicação. Qualquer que seja o país, o idioma ou o ramo de atuação da empresa, a comunicação malfeita ou insuficiente é capaz de gerar prejuízos de tempo e até financeiros.

Ao longo do tempo, vários estudiosos têm se preocupado em estudar e esclarecer a relação entre língua, linguagem e discurso e suas diversas articulações. Dentre eles, destacam-se Ferdinand Saussure, considerado o pai da linguística, Mikhail M. Bakhtin, Michael Halliday, Luiz Antônio Marcuschi, Patrick Charaudeau, Ingedore Villaça Kock, Marcos Bagno, entre outros. Apesar dos diferentes caminhos seguidos por eles, todos procuraram e ainda procuram estabelecer conceitos que tratem da importância desses três elementos da comunicação dentro do universo das relações humanas. Segundo Charadeau (2004):

É a linguagem que permite ao homem pensar e agir. Pois não há ação sem pensamento, nem pensamento sem linguagem. É também a linguagem que permite ao homem viver em sociedade. Sem a linguagem ele não saberia como entrar em contato com os outros, como estabelecer vínculos psicológicos e sociais com esse outro que é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente. Da mesma forma, ele não saberia como constituir comunidades de indivíduos em torno de um "desejo de viver juntos". A linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem (p. 7).

Ainda sobre os aspectos referentes à concepção de língua, temos também a questão dos signos linguísticos, tão importantes na organização e apreensão dos conhecimentos sobre o mundo. Sobre isso, Saussure (2006, p. 130) afirmou:

(...) nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. (...) Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessaria-

mente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua.

Em obra póstuma, datada de 1916, chamada *Course de Linguistique Generale*, verifica-se que Saussure havia iniciado alguns estudos científicos sobre a língua. Nesses estudos, começou a focalizar e definir as estruturas que compõem a linguagem, a partir da ideia de que se tratava de unidades formadoras da língua. Concomitantemente a esse fato, Saussure também afirmava que, por meio da língua, seria possível o estudo do discurso, classificando este como ocupante de uma instância diferenciada.

A Linguística Textual e o processo comunicativo

Nesse sentido, é por meio da linguística textual que se busca compreender essas instâncias, língua, linguagem e discurso, estudando suas particularidades e como elas influenciam a maneira do ser humano se comunicar. Segundo Fiorin (2014), a linguagem é a capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio de signos. Dentro desse aspecto, podemos definir a comunicação humana como um processo que envolve a troca de informações entre os sujeitos, utilizando, para isso, sistemas simbólicos que envolvem uma infinidade de formas e maneiras de efetivar essa comunicação. Quando duas pessoas conversam frente a frente, por meio da fala ou de gestos com as mãos, quando interagem com outras pessoas por meio da escrita ou utilizando mensagens enviadas pela internet, vê-se efetivado o processo comunicativo por meio da troca informacional.

Sabemos que a língua é um sistema social, a linguagem é o uso das palavras, sejam elas articuladas ou escritas, como meio de expressão de comunicação entre pessoas, e que o discurso nada mais é do que a exposição metódica de um assunto, por meio do uso da língua em um contexto específico, ou seja, a relação entre os usos da língua e os fatores extralinguísticos presentes no momento em que esse uso ocorre.

Quando observamos a existência de fatores externos, como causa e efeito do processo comunicativo, verificamos como o correto uso correto da língua, nesse caso, significa atender às especificidades impostas por tais fatores, seja na forma de expressão verbal, não verbal ou

mediada, possibilita e contribui para o atendimento das necessidades impostas por esses fatores no desenvolvimento de todo processo comunicativo. Sabemos que comunicação é uma palavra que apresenta um sentido bastante amplo e, como tal, permite um grande número de possibilidades em vários segmentos. Com o advento de novas tecnologias voltadas à comunicação e a melhoria dos métodos já existentes, surgem, a todo momento, novas alternativas que a tornam ainda mais dinâmica, impactando, de forma especial, a comunicação dentro do ambiente empresarial.

A Comunicação Empresarial ou Corporativa ou Organizacional.

Quando nos referimos ao ambiente onde abordaremos a questão da comunicação e, mais especificamente, a produção de textos, faz-se necessário dirimir quaisquer dúvidas relativas à nomenclatura utilizada. Podemos encontrar em diversos textos termos como comunicação empresarial, ou comunicação corporativa, ou, ainda, comunicação organizacional. É necessário esclarecer que estas expressões, na realidade, são sinônimas e se referem ao conjunto de informações que circulam por todas as divisões de uma Instituição. Como são expressões sinônimas, optaremos por usar o termo "comunicação empresarial", a fim de continuarmos a abordagem e o desenvolvimento do tema.

De acordo com Matos (2004), "Comunicação Empresarial é o conjunto de procedimentos e técnicas destinados à troca de informações, difusão de ideias e orientações sobre situações, objetivos, metas e procedimentos entre o público interno e externo de uma organização". Então, vejamos, é no ambiente empresarial que podemos observar o quanto a comunicação assume um grau de importância cada vez maior. Como falamos anteriormente, é nesse campo que se faz mais necessário o uso correto da língua. Nesse sentido, podemos constatar como a comunicação está diretamente relacionada à gestão estratégica de uma empresa, ao seu planejamento e à sua administração, e esses aspectos passam por uma comunicação clara, coerente e objetiva, construídas a partir de uma redação bem feita e que atenda a requisitos básicos, necessários ao cumprimento de tais exigências.

É por meio de um texto bem construído, elaborado com intenções bem definidas, a partir da identificação e do conhecimento das especificidades dos diversos públicos com os quais se relaciona, garantin-

do e reforçando a imagem desejada pela empresa e buscando atender as demandas impostas pelos diversos fatores internos e externos que compõem o ambiente em que ela se insere, que será possível obter os resultados esperados para garantir a qualidade do texto produzido. Para o efetivo sucesso do processo comunicativo textual, deve-se partir de um ponto de fundamental importância: garantir que o objetivo final do texto seja alcançado com o menor esforço possível, por parte do leitor, na decodificação da mensagem. É a partir dessa necessidade que, na redação empresarial, o texto precisa apresentar quatro características essenciais. A Concisão, que permite ao texto a sua objetividade, ir direto ao ponto, ao cerne da questão. A Correção, ou seja, o uso de uma linguagem formal e em cumprimento da norma padrão da língua. A Clareza, que garante a exatidão nas informações, respeitando o encadeamento lógico entre as ideias, ou seja, a Coerência, principalmente entre as relações temporais, espaciais e de causa e efeito. Por fim, outra característica que deve apresentar o texto empresarial é a Eficácia, como já abordamos anteriormente, que se refere a garantir que o receptor compreenda a mensagem de imediato e com o menor esforço possível, tornando seu texto um diferencial, entre outros fatores, para a obtenção de um ambiente empresarial ou corporativo favorável ao bom desempenho da Instituição.

Sendo assim, ao se emitir uma mensagem, não é necessário fazer uso de uma linguagem estritamente técnica para se comunicar com um cidadão que não possua habilidades linguísticas condizentes com esse discurso. Da mesma forma, a mensagem dirigida àqueles que possuem conhecimento aprofundado do tema não deve estar apoiada em discursos. Na visão de Andrade (2011, p. 51),

Para entender e analisar adequadamente um texto (falado ou escrito), precisamos identificar os componentes que fazem parte da situação comunicativa: falante – ouvinte/escritor – leitor. Também é preciso considerar as condições de produção de cada texto. São essas condições que possibilitam uma atividade interacional (ação social estabelecida entre os indivíduos) e são distintas em cada modalidade.

Justificativa

A criação do curso de Redação Empresarial Contemporânea se justifica, a partir da ampla conscientização de que a capacidade de comunicar, por meio de produções textuais eficazes, pode ser um diferencial para o mercado, como ferramenta decisiva na conclusão de negócios e no fechamento de contratos, nas relações internas entre os membros que compõem uma Instituição e aqueles com os quais ela se relaciona.

Uma formação acadêmica com embasamento técnico e teórico para aplicação prática voltada ao mercado de trabalho atende às expectativas quando nos leva a perceber que ao nos relacionarmos por meio da linguagem, seja no nosso cotidiano, no meio acadêmico e, principalmente, no meio empresarial, estamos, na verdade, buscando estabelecer relações interpessoais, que vão nos ajudar a construir nossa identidade social e definir o nosso posicionamento em relação ao outro. Segundo Mafei (2011), "A Comunicação Corporativa tem um papel fundamental no cumprimento das metas financeiras e de imagem de uma Empresa".

Quando produzimos um discurso estamos, de certa forma, estabelecendo as condições para que a intencionalidade incutida nele e que serviu de ponto de partida para tal discurso, seja compreendida e aceita pelo receptor, que por meio da sua capacidade cognitiva dará o retorno desejado, retorno este que será plenamente positivo, quanto mais efetiva for a capacidade de comunicação entre os sujeitos.

Nas relações interpessoais, que ocorrem em diferentes contextos situacionais, é imperativo que a vontade de estabelecer uma comunicação clara e objetiva seja compartilhada entre os sujeitos, embora nem sempre compartilhem da mesma intencionalidade. No entanto, para que essa efetividade comunicativa seja alcançada, é necessário que se cumpram algumas premissas relativas às formas de como essa comunicação será efetivada e em qual ambiente ocorrerá.

Ao se buscar a efetivação de uma comunicação, podemos fazer de duas formas primárias e distintas: por meio da fala ou da escrita. No Curso de Redação Empresarial, tratamos da forma escrita de comunicação e, mais especificamente, da escrita voltada e utilizada no ambiente corporativo. Afinal, sabemos que a comunicação serve, em última análise, como ponto de partida para o estabelecimento de qualquer tipo de

relação, seja pessoal ou profissional e, nesse aspecto, é dentro do âmbito profissional, onde a competência comunicativa pode representar a diferença entre sucesso e fracasso, que pretendemos desenvolver o estudo de algumas formas de aplicação dos principais aspectos linguísticos utilizados na comunicação escrita.

Dentro do ambiente empresarial, sabemos que o texto é bom quando ele é eficaz, ou seja, quando alcança os resultados planejados, obtendo a resposta desejada, de forma rápida e correta. Sabemos, porém, que para obter a melhor resposta e produzir os efeitos esperados, o texto deve ser persuasivo e convincente, estar escrito de forma organizada, com as ideias expressas de forma clara, objetiva e coerente, atendendo às especificidades do contexto em que está inserido, sem, no entanto, abrir mão da correta aplicação das normas gramaticais da língua, que irão garantir a formalidade da comunicação.

Além disso, é importante observar que as especificidades, as quais o produtor do texto deve estar atento ou "antenado", é com o Universo da Web, que traz um diferencial àqueles que conseguem lidar de forma positiva com esse ambiente. Segundo Mafei (2011):

A era Google trouxe uma transformação sem precedentes a todas as áreas que se dedicam à comunicação, mas passou a exigir dos profissionais uma capacidade adicional de discernir o que importa e tem sentido para o trabalho que realizam, tanto em conteúdo como em ferramentas (p. 72).

No contexto atual, onde as informações são trocadas constantemente e em alta velocidade, e quase toda a tecnologia de comunicação e informação digital acontece por meio de mensagens escritas, os e-mails, torpedos, SMS, posts na pasta de correspondência do Facebook, Twitter, blogs, sites, Skipe e até os modernos aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, transmitem conversas por escrito. Atualmente, pouco se fala e muito se escreve. Dessa forma, constata a jornalista Arlete Salvador (2015, p. 14): "Na era da comunicação digital e virtual, nunca escrevemos tanto". Por esse motivo, é de suma importância que aqueles que atuam redigindo textos e documentos empresariais conheçam as ferramentas disponíveis, capazes de incrementar essa comunicação, utilizando, para isso, uma linguagem clara e objetiva e possibilitando,

assim, uma maior interação com esse público, detentor de muita informação e, ao mesmo tempo, ávido por coisas novas. Além disso, essa evolução comunicativa corresponde à própria evolução humana enquanto sociedade, e todo profissional deve estar capacitado para acompanhá-la e, mais do que isso, ter condições de atuar de forma decisiva dentro desse contexto.

Assim sendo, ao se colocar de forma objetiva diante dos problemas causados pela comunicação ineficiente, o profissional preocupado em se comunicar bem, de forma eficaz e atento aos conceitos apresentados aqui, assume e reconhece que a ação de se comunicar, seja por meio da fala e, principalmente, da escrita, é essencial para se conseguir transmitir o que realmente se deseja, provocando as transformações necessárias no campo profissional onde atua.

Objetivos

Objetivo Geral

Este artigo tem como objetivo principal, apresentar o curso de Pós-Graduação em Redação Empresarial Contemporânea como instrumento educacional capaz de oferecer conhecimento e consequente capacitação, por meio de uma formação acadêmica com embasamento técnico e teórico para todos os estudantes graduados que atuem em qualquer atividade empresarial, buscando o aperfeiçoamento na produção textual voltada ao atendimento das demandas inerentes ao ambiente corporativo, dominando os impactos das tecnologias da comunicação, em especial da língua escrita, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Objetivos Específicos

Instrumentalizar ou capacitar o estudante para que este esteja apto a:

- Ler, analisar e produzir textos, observando o padrão culto da língua, aproveitando todos os meios disponíveis para a efetivação da comunicação;
- Demonstrar a necessidade de uma comunicação clara e objetiva, por meio de textos coerentes e coesos;

- Conhecer e tornar a produção do texto uma ferramenta eficaz no combate à falta de efetividade comunicativa dentro do ambiente corporativo; e
- Utilizar os meios eletrônicos como ferramenta para produção e divulgação das mensagens.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise crítica de diversos livros, de autores conceituados, artigos científicos, dissertações, teses e material disponibilizado na internet.

Por meio desse tipo de pesquisa, esperamos ter condições de desenvolver uma produção textual, a partir de um processo analítico dedutivo do material pesquisado, apresentando um processo totalmente independente e tendo como vantagem desse tipo de pesquisa a possibilidade de absorver uma grande quantidade de material, aumentando o nível de possibilidades no desenvolvimento do trabalho.

Disciplinas e Ementas

Para o desenvolvimento do estudante, o curso apresenta as seguintes disciplinas:

Linguística Textual

A disciplina de Linguística Textual é um ramo da Linguística que estuda o texto em suas várias concepções, a gramatical, de base semiótica, semântica, pragmática, de base discursiva, comunicativa, cognitivista e sociocognitiva-interacional.

Ementa

O estudo da linguagem, da língua e da linguística por meio de uma visão histórica e conceitual. Descrição de signo linguístico dentro da estrutura da língua. Estabelecimento de relações entre linguística e gramática. A reflexão sobre o uso da língua na sociedade.

Unidade I – Introdução à Linguística

Unidade II – O Signo Linguístico na Estrutura da Língua

Unidade III - Linguística e Gramática

Unidade IV – A Língua na Sociedade

Sociolinguística

A sociolinguística é uma disciplina da linguística que estuda os aspectos resultantes da relação entre a língua e a sociedade, concentrando-se, em especial, na variabilidade social da língua. É o estudo descritivo do efeito de qualquer e todos os aspectos da sociedade, incluindo as normas culturais, as expectativas e o contexto, na maneira como a linguagem é usada, e os efeitos do uso da linguagem na sociedade.

Ementa

O estudo da sociolinguística como uma nova maneira de ler o mundo. A análise da etnografia da comunicação como herança da antropologia cultural. Uma reflexão sobre redes sociais e identidade. O estudo da sociolinguística interacional.

Unidade I – A Sociolinguística: Uma Nova Maneira de Ler o Mundo

Unidade II – A Herança da Antropologia Cultural 1: A Etnografia da Comunicação

Unidade III – A Herança da Antropologia Cultural 2: Redes Sociais e Identidade

Unidade IV – A Sociolinguística Interacional

Análise Discursiva

A disciplina análise discursiva ou análise do discurso é um dos ramos da linguística e tem como um dos seus pontos mais importantes o estudo da interação entre os seres humanos por meio da criação de sentidos, por meio do que chamamos de construção textual.

Ementa

A análise do signo e o estabelecimento de relações entre o sentido da língua e o sentido do discurso. O estudo dos princípios de organização do discurso. O levantamento e aprofundamento de questões sobre a semântica e a sintaxe do discurso.

Unidade I – O Signo entre o Sentido da Língua e o Sentido do Discurso

Unidade II - Princípios de Organização do Discurso

Unidade III - A Semântica do Discurso

Unidade IV - A Sintaxe do Discurso

Produção Textual Empresarial

A disciplina de produção textual empresarial dedica-se à apresentação de conceitos teóricos e técnicos, voltados para a produção de textos e de forma mais específica, àqueles voltados ao ambiente empresarial.

Ementa

O estudo das características do moderno texto empresarial. A descrição das técnicas de organização textual. A definição de intencionalidade e coerência textual e o estabelecimento de relações entre elas. A compreensão do conceito e da superestrutura de alguns textos empresariais.

Unidade I – A Comunicação Escrita nas Empresas

Unidade II - Técnicas de Organização Textual

Unidade III - Intencionalidade e Coerência Textual

Unidade IV – O Conceito e a Superestrutura de Alguns Textos Administrativos e Empresariais

Considerações

Após a realização dessa pesquisa, em que foi possível confrontar uma grande quantidade de material disponível, ficou claro que as questões relacionadas ao estudo da língua, suas especificidades e sua aplicabilidade, suscitam em um grande número de pesquisadores, estudiosos e professores, de maneira geral, certa inquietação positiva em relação à amplitude alcançada pela capacidade humana de produzir conhecimento e traduzi-lo por meio de produção textual.

Igualmente, foi a partir da constatação de que a linguística e suas ramificações têm promovido um grande desenvolvimento no estudo da produção textual e da conscientização de que a capacidade de comunicar passa pela produção de textos claros e objetivos é que se verificou a necessidade de se criar um curso que, ao direcionar o olhar para a produção de textos dentro do ambiente corporativo, oferecesse uma formação acadêmica que primasse por um embasamento técnico e teórico cuja aplicação prática fosse voltada para o mercado de trabalho.

Tendo em vista essa qualificação, optou-se por estudos na área da linguística textual, em que se analisa o texto em suas várias concepções: a sociolinguística, cujo foco principal são os aspectos resultantes da relação entre a língua e a sociedade; a análise do discurso, que aborda, entre outros aspectos, a interação entre os seres humanos por meio da criação de sentidos e do que chamamos de construção textual; e, por fim, a produção textual empresarial, em que são apresentados conceitos teóricos e técnicos, voltados mais especificamente para o ambiente empresarial.

Dessa forma, com a conclusão deste estudo, fica a expectativa de ter contribuído para a criação e o desenvolvimento de um curso em que se promova a capacitação de alunos com as mais variadas graduações, apresentando-lhes ferramentas que lhes deem condições para que eles possam atuar em um mercado que busca profissionais cada vez mais bem preparados e capazes de se comunicar de maneira eficaz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. C. V. de O. Língua: modalidade oral/escrita. In: **UNI-VERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 50-67, v. 11.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA PEARSON. **Linguística I**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

BORTONI-Ricardo, S. M. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. **Saussure**: a invenção da linguística. São Paulo: Contexto, 2013.

FIORIN, J. L. (org). Linguística? O que é isso? São Paulo: Contexto, 2013.

LUZIARI, K. **Comunicação empresarial eficaz**: como falar e escrever bem (livro eletrônico). 2 ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

MAFEI, M.; CECATO, V. Comunicação corporativa. São Paulo: Contexto, 2011.

MATOS, G. de. **Comunicação sem complicação**: como simplificar a prática da comunicação nas empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo. 2 ed. rev. e ampl. Barueri/SP: Manole, 2009.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechedaye. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, S. C. P. **Redigindo textos empresariais na era digital** (livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2012.

O LIVRO NO LIVRO INFANTIL: MECANISMO DE INCENTIVO À LEITURA NO UNIVERSO DA CRIANÇA

Ilza Pereira Santos

Especialista Lato Sensu em Educação a Distância. E-mail: ilzaps@yahoo.com.br

Ah! Tu, livro despretensioso, que, na sombra de uma prateleira, uma criança livremente descobriu, pelo qual se encantou, e, sem figuras, sem extravagâncias, esqueceu as horas, os companheiros, a merenda... tu, sim, és um livro infantil, e o teu prestígio será, na verdade, imortal.

Cecília Meireles

Resumo

O presente artigo ressalta o significado da representação do livro, como imagem, no livro infantil. Relata um breve histórico do livro infantil, a partir de revisão de literatura, arranjada cronologicamente com o objetivo de documentar a evolução do livro produzido para a criança, tanto em conteúdo quanto em ilustração. A partir da indicação de dez títulos de livros infantis, escolhidos aleatoriamente, com base em critérios como consagração na História do Livro Infantil, nacional e internacional, desenvolveu-se a análise qualitativa da pesquisa, incluindo revisão de literatura sobre a importância da imagem, da imagem no livro infantil e da representação do livro, como imagem, no livro infantil, dando suporte à noção de que a imagem do livro no livro infantil é um mecanismo de incentivo à leitura no universo da criança.

Palavras-chave: Livro Infantil. Livro e Leitura. Imagem no Livro Infantil.

Abstract

The mean of the child's book's being do represent and showed like an image, that is about a quick historic child's book, the literature review and made during the time, the aim was document the book's evolution made for child. As in subject as in illustration. With ten titles of child's book choosen without sequence based is subjects like consagration in the child's book's history, national and international, it was de developed the search's quality analised, incluing review of literature about the important image and the representation in the child's book. It gave support to notion that this image of the child's book is a mecanism to excit reading the child in the world.

Keywords: Child's Book. Book and Reading. Image in the Child's Book.

Introdução

"O livro no livro infantil: mecanismos de incentivo à leitura no universo da criança" objetiva ressaltar o significado da representação do livro, como imagem, no livro infantil. Nesta pesquisa, foi entendido como livro infantil, o "livro de criança", aquele que é destinado para a criança de 0 a 12 anos – com muita ilustração "para a infância (3 a 6 anos)", para ser lido por ela ou para ela; e aquele destinado "para a meninice (de 7 a 12 anos)", com mais texto e menos ilustração (SALEM, 1970, p. 60). Quando uma criança abre um livro e depara com a imagem de um livro, ali representado – ou até mesmo de uma biblioteca – ela, certamente, estará sendo alvo de um processo de divulgação do livro, que não está restrito ao texto. Aquela criança será, desde então, estimulada a folhear o livro que, nas circunstâncias, é objeto e personagem.

A representação do livro no livro, em especial, no livro infantil, configura-se como mecanismo de incentivo à leitura, pois a criança, ao ler um livro, tende a transportar para o seu imaginário as histórias que lê e as imagens que vê, sendo duplamente estimulada. Nesse caso, ela interpretará o livro como parte de seu universo, assimilando desde pequena a importância do livro no cotidiano das pessoas. Despertar na criança, desde cedo, o hábito da leitura é o papel fundamental do educador – incluindo-se nesse conjunto os bibliotecários, perante sua função de selecionar itens adequados aos leitores das bibliotecas que desenvolvem. Nos processos de desenvolvimento de coleções voltadas para o leitor infantil, selecionar livros em que ele está representado pode ser o "segredo" para o sucesso na implementação de políticas de leitura.

A história do livro infantil é pouco estudada no âmbito da biblioteconomia e a literatura disponível consagra opiniões controversas, que mantém a dúvida sobre quais foram as fontes originais que desencadearam a evolução e o estado da arte do livro dedicado à infância. "A existência de uma literatura infantil específica e conscientemente destinada a crianças é recente" (SANDRONI, 1987, p. 20). Ainda assim, é possível traçar o desenvolvimento da produção literária para crianças, a partir de efemérides (memorial diário), ao longo dos séculos.

Histórias contadas por meio de desenhos deixaram vestígios desde a pré-história, nas pinturas rupestres, que documentam rituais de caça, consideradas precursoras das histórias em quadrinhos; e na antiguidade, nas pinturas das paredes de grandes pirâmides do Egito ou nas imagens mitológicas esculpidas nas cerâmicas gregas (ALVES, 2001, p. 3).

No Brasil, a literatura infantil apareceu tardiamente – inexistente no Brasil-Colônia, ganhou luzes com a vinda da Família Real portuguesa e com a transformação do Brasil em sede da Coroa, em 1808, mas sofreu larga influência da literatura europeia, ao longo do século XIX, quando o francês era "o idioma comum nas casas de fazenda brasileiras" (SAN-DRONI, 1987, p. 27-28). A insipiente instrução e as muitas restrições dos tempos coloniais inviabilizaram a circulação de livros, principalmente infantis (MEIRELES, 1979, p. 34). Desse modo, a identificação dos autores fundadores da literatura infantil, no Brasil, remonta ao fim do século XIX e início do XX; segundo Salem (1970, p. 65-78), destacam-se nesse grupo, os precursores Alberto Figueiredo (1894), Olavo Bilac (1899), Coelho Neto (1911), Arnaldo de Oliveira Barreto (1915). Os pioneiros Thales Castanho de Andrade (1917), Gustavo Barroso (1920), Monteiro Lobato (1921), Joaquim Osório Duque-Estrada (192-?) e Manuel José Gondim da Fonseca (1926). Desde aquela época, o livro infantil tinha a aparência de qualquer livro destinado a qualquer público. O fato de a literatura ser destinada ao público infantil não implicava forma específica de livro.

Desde o aparecimento do primeiro livro infantil ilustrado, Little Pretty Pocket Book, de John Newberry, publicado em 1744, na Inglaterra (SANDRONI, 1987, p. 25), o livro infantil assumiu múltiplas feições. Para alguns autores, o bom livro para crianças é aquele que releva suas características psíquicas e responde a suas exigências intelectuais e espirituais, mesmo que a obra não tenha sido escrita, especialmente, para a criança, como Robinson Crusoé (AMARAL, 1983, p.13) Desse modo, "o livro infantil é caracterizado por três requisitos básicos: simplicidade, clareza e fantasia" (SANCHEZ, 1983, p. 19). Esses valores resultam da associação de outros que, ao longo de séculos, preponderavam como mensagens sublineares em histórias destinadas a adultos e crianças. Essas características podem ser acrescidas pelas quatro categorias em que Soares (apud CORRÊA, 1997, f. 21) classifica o livro infantil: informativo, sentimental, ficção e poesia. A evolução do livro infantil, no Brasil, é marcada pela evolução da indústria gráfica. Quando a Weiszflog Irmãos Editores, de São Paulo, encarregou Arnaldo de Oliveira Barreto da organização de uma biblioteca infantil que se iniciaria com O Patinho Feio,

de Andersen, em 1915, não se tinha a expectativa do caráter revolucionário que a coleção assumiria, sobretudo, por seu aspecto gráfico, marcado por ilustrações coloridas de Francisco Richter, impressas com alta qualidade de resolução e acabamento primoroso (SANDRONI, 1987, p. 33). Se a literatura infantil é um recurso de disseminação de valores morais, guardando estreita relação com a educação formal, com "o intuito declarado de *instruir divertindo*" (SANDRONI, 1987, p. 20), assumindo inquestionável função pedagógica, o livro infantil, por meio dos recursos artísticos e gráficos de que se utiliza é, certamente, um mecanismo de difusão daqueles valores.

A imagem, "como elemento a mais para reforçar a história e a atração que o livro pode exercer sobre os pequenos leitores" (LAJOLO, 1985, p. 13), tem papel indiscutível como mecanismo de incentivo à leitura no universo da criança.

Nesse contexto, é fascinante e fácil constatar a inclusão reiterada de imagens do livro e da biblioteca nas ilustrações de livros infantis; basta folhear um livro, escolhido a esmo, na estante de livros infantis de boas livrarias. Isso leva à ponderação de que essas representações não ocorrem por acaso. Há evidente interesse de promover a leitura por meio do discurso da imagem – um discurso explícito ou sugestivo, que dá "aos meninos oportunidade de recriar, imaginar, ir além do próprio desenho" (CUNHA,1986, p. 61).

Se a imagem no livro infantil é um atrativo, se o objetivo do "discurso gráfico" é "provocar a atenção da criança para o livro" (Khéde, 1986, p. 83), essa provocação vai mais longe: estimula a busca por outros e mais livros. Desse modo, a imagem, no livro infantil é, também, informação.

Para demonstrar a ocorrência significativa de imagens do livro, no livro infantil, foi necessário identificar livros, autores e ilustradores em um universo vastíssimo.

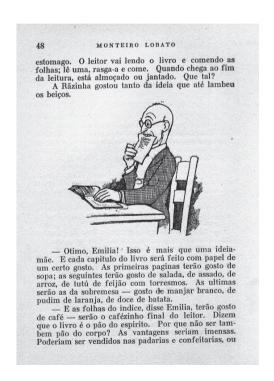
O processo de identificação foi iniciado com a busca de livros com imagens de livros nos setores de livros infantis das livrarias e nas bibliotecas visitadas. Constatou-se, então, que a imagem do livro no livro infantil é comum. Para demonstrar com objetividade esta ocorrência, optou-se pela escolha aleatória das obras, pela simples ocorrência da

imagem do livro e, a partir de dez critérios, no âmbito do livro infantil: clássico da literatura brasileira; clássico da literatura universal; autor nacional cultuado, no momento; autor internacional cultuado, no momento; ilustrador nacional cultuado, no momento; ilustrador internacional cultuado, no momento; autor nacional que é ilustrador; autor internacional que é ilustrador; edição de luxo; livro-brinquedo. A escolha do clássico da literatura brasileira, sem qualquer dúvida, concentrou-se no nome de Monteiro Lobato, apontado na história do livro infantil como um de seus pioneiros, além de ser interpretado por Sandroni (1988, p. 24), como um autor fiel à ideia de "fazer livros em que as crianças quisessem morar dentro". Sua importância é tanta, que a data de seu nascimento, 18 de abril, é consagrada como o Dia Nacional do Livro Infantil. O clássico da literatura universal, também, sem qualquer dúvida, concentrou-se no nome de Hans Christian Andersen, um dos mais consagrados e queridos autores, em todo o mundo. Sua importância é tanta, que a data de seu nascimento, 2 de abril, é consagrada como o Dia Internacional do Livro Infantil. Ruth Rocha foi escolhida para representar a modalidade "autor nacional cultuado, no momento", devido à sua contribuição e ao reconhecimento de sua obra. Seus livros estão entre os mais procurados, por crianças e adultos nas livrarias. Como "autor internacional cultuado, no momento" foi escolhida a dupla de autores, consagrada pela produção em parceria das aventuras da "Bruxa Onilda", Enrique Larreula e Roser Capdevila. A obra, traduzida em muitas línguas, tem levado alegrias a crianças de todo o mundo. O "ilustrador nacional cultuado, no momento" é Ziraldo, pelo reconhecido talento ao expressar com imagens uma linguagem compreendida pela criança. Para "ilustrador internacional cultuado, no momento" foi escolhida a dupla de ilustradores Audrey e Don Wood, que se consagrou pela riqueza de detalhes no acabamento e na beleza de suas ilustrações. Marcelo Xavier foi o escolhido como "autor nacional que é ilustrador" – em sua obra, a mensagem está na ilustração; o texto é complemento de formas alternativas de imagem. Como "autor internacional que é ilustrador" foi escolhida Babette Cole - sua obra é muito procurada pelas ilustrações e pela inovação na abordagem de temas polêmicos (homossexualismo, gravidez), de uma forma suave e adequada para crianças. A obra de Colin Thompson foi selecionada para representar a "edição de luxo" – seus livros em capa dura, com edição bem cuidada, muito ilustrada, parecem promover, deliberadamente, o livro, que aparece representado em

quase todos os cenários. A inclusão de um "livro-brinquedo" deveu-se à necessidade de incluir uma obra que fosse muito específica para crianças não alfabetizadas; além de constituir uma forma alternativa de livro para crianças, bem diferente do livro tradicional. Para ressaltar essa característica, foi eleito, como exemplo, um livro de pano.

As dez obras escolhidas para ratificar a ocorrência do livro no livro infantil foram arranjadas sob a forma de verbetes. Desse modo, documentam a ocorrência do livro no livro infantil:

1. LOBATO, M. **A reforma da natureza e o espanto das gentes**. Ilustrações de Belmonte e J. U. Campos. São Paulo: Brasiliense, 1944.



2. ANDERSEN, H. C. **A rainha da neve e outras histórias bonitas.** 6 ed. Adaptação de Virgínia Lefèvre. São Paulo: Editora do Brasil, [19--].



3. ROCHA, R. **Atrás da porta**. Ilustrado por Elisabeth Teixeira. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.



4. LARREULA, E.; CAPDEVILA, R. **As memórias da Bruxa Onilda**. Ilustrações de E. Larreula e R. Capdevila. 10 ed. São Paulo: Scipione, 2001.



5. ZIRALDO. **O menino maluquinho**. Ilustrações do autor. 70 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2001.



6. WOOD, A. **A palavra feia de Alberto**. Ilustrações de Audrey e Don Wood. Tradução de Gisela Maria Padovan. São Paulo: Ática, 1994.



O mágico jardineiro ficou logo sabendo que Alberto tinha pegado uma palavra feia e precisava ser curado. Puxou a tampa de sua escrivaninha e abriu uma gaveta repleta de palavras que estalavam e cintilavam.

Algumas vezes precisamos de palavras muito fortes
 explicou – para mostrar como estamos nos sentindo.
 Use estas aqui e talvez você não tenha mais problemas.

7 XAVIER, Marcelo. **Asa de papel**. Texto e ilustrações: Marcelo Xavier. Fotografia: Gustavo Campos. Belo Horizonte: Formato, 1993.

ou quando quiserem fazer você de bobo



8. COLE, B. A. Ilustrações de Babette Cole. Tradução de Lenice Bueno da Silva. São Paulo: Ática, 2001.



9. THOMPSON, C. **Como viver para sempre**. Ilustrações de Colin Thompson. Tradução de Gilda de Aquino. São Paulo: BRINQUE-BOOK, 1997.



10. CARVALHO, I. **Quem faz**. Ilustração: João Pedro Veiga. Rio de Janeiro: Os Livros do MACO, [199-?].



Considerações

O livro é elemento fundamental no extraordinário universo da criança – essa é, pelo menos, a mensagem explicitada na imagem que complementa o texto no livro infantil. Ilustradores de renome e de significativa produção em livros infantis parecem partir do pressuposto de que se uma criança for bem orientada e incentivada desde cedo a ler, será ótima leitora. Essa perspectiva está evidenciada na regularidade com que se verifica a representação de livros, como imagem, em livros infantis. Essa regularidade deveria, portanto, ser considerada nos processos de seleção para o desenvolvimento de coleções destinadas à criança. No entanto, os profissionais envolvidos com esta função, embora manifestem conhecimento sobre literatura infantil, desconhecem os artistas plásticos envolvidos com a ilustração de livros infantis.

Se o leitor perguntar a um professor quantos escritores ele conhece, vai ouvir (com um pouco de sorte) uma lista de nomes, antigos e atuais. Se perguntar sobre artistas plásticos a lista vai murchar completamente. Essa falta de informação sobre imagens, claro, não contribui para o exame e a avaliação das ilustrações de um livro [...]. É importante notar que um mesmo texto dado para 10 ilus-

tradores terá sempre 10 soluções diferentes (AZEVEDO, 1988, p. 105-108).

O desconhecimento sobre o ilustrador do livro infantil não é, no entanto, um "privilégio" do professor ou do bibliotecário. A literatura técnica enfatiza esse desconhecimento como consequência do número reduzido de ilustradores especializados.

Como fazem falta mais ilustradores, que saibam de criança... Claro que há o Eliardo França, o Gian Calvi, a Sandra Abdalla, o Cafeeiro, o Luís Carlos Brito, o Walter Ono... Mas, cadê os outros? Cadê mais, cadê os bons desenhistas, que só trabalham para adultos? Por que não são chamados, para irem aprendendo a entrar no universo visual da criança [... assumindo] papel de ilustrador e [... a] função de ampliador de Referências? E cadê espaço pros novos talentos, com seus traços jovens e irrequietos a propor novos e instigantes caminhos? (ABRAMOVICH, 1983, p. 61).

É verdade que, nos últimos dez anos, o número de artistas dedicados à ilustração de livros infantis cresceu consideravelmente. No entanto, esses artistas, ainda, continuam desconhecidos pelos profissionais que tratam com livros e crianças. Em paralelo, a qualidade das ilustrações e a ocorrência da representação do livro no livro infantil são inquestionáveis. Os profissionais que lidam com os processos de seleção de livros infantis, como bibliotecários e professores, precisam buscar informações que os mantenham atualizados sobre aquela qualidade e o significado daquela representação, para transformá-los em critérios de seleção e aquisição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **O** estranho mundo que se mostra às crianças. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1983.

ALVES, J. M. História em quadrinhos e educação infantil. **Psicologia**: ciência e profissão, Brasília, DF, ano 21, v. 3, p. 2-8, 2001.

AMARAL, M. L. **Criança é criança**: literatura infantil e seus problemas. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

ANDERSEN, H. C. **A rainha da neve e outras histórias bonitas**. Adaptação de Virgínia Lefèvre. São Paulo: Editora do Brasil, [19--].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: Referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

NBR 6024 : numeração progressiva das seções de um docu- mento. Rio de Janeiro, 1989.
. NBR 6027 : sumário. Rio de Janeiro, 1989.
NBR 6028 : Resumos. Rio de Janeiro, 1990.
. NBR 6033: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.
NBR 10520 : informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
. NBR 14724 : informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, R. Texto e imagem: diálogos e linguagens dentro do livro. In: SERRA, E. D'A. (org.). **30 anos de literatura para crianças e jovens**: algumas leituras. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1988. p.105-108.

BLUEPRINT. In: CANTERO, F. **Dicionário técnico da indústria gráfica**: inglês-português. 2 ed. São Paulo: Nossa Senhora da Penha, 1983. p. 36.

BRANDÃO, A. L. A literatura infantil dos anos 80. In: SERRA, E. D'A. (org.). **30 anos de literatura para crianças e jovens**: algumas leituras. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1988. p. 47-58.

BRASIL!: A Bright Blend of Colours. Rio de Janeiro: Ática, 1995. Mostra de ilustradores brasileiros, Feira de Bolonha, 1995.

CARVALHO, I. **Quem faz?** Ilustração: João Pedro Veiga. Rio de Janeiro: Os livros do MACO, [199-?].

CÓDIGO de catalogação anglo americano. 2 ed. São Paulo: FEBAB, 1983-1985.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo-europeias ao Brasil Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

COLE, B. **Amoreco**. Tradução de Lenice Bueno da Silva. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Official Babette Cole Website**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<u>www.babette-cole.com</u>> Acesso em: 15 mar. 2003.

COLIN, T. Author & Illustrator. [S.l.]: Café Max Studios, 2003. Disponível em: http://www.colinthompson.com/index.html Acesso em: 15 mar. 2003

CORRÊA, C. N. S. N. **O livro infantil e o bibliotecário como mediador de leitura**. 1997. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, M. A. A. **Literatura infantil**: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Ática, 1986.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: Delta, 1973. 15 v.

KHÉDE, S. S. **Personagens da literatura infanto-juvenil**. São Paulo: Ática, 1986.

KISHMOTO, T. M. Brinquedo e brincadeira: usos e significações dentro de contextos culturais. In: SANTOS, S. M. P. dos (org.). **Brinquedoteca**: o lúdico em diferentes contextos. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. p. 23-49

LAJOLO, M. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

LARREULA, E.; CAPDEVILA, R. **As memórias da Bruxa Onilda**. 10 ed. São Paulo: Scipione, 2001.

LEFÈVRE, V. Quem escreveu estes contos. In: ANDERSEN, H. C. A rainha da neve e outras histórias bonitas. Adaptação de Virgínia Lefèvre. São Paulo: Editora do Brasil, [19--?]. p. [6].

LINS, G. Livro infantil?: projeto gráfico, metodologia, subjetividade. São Paulo: Rosari, 2002.

LOBATO, M. **A reforma da natureza e o espanto das gentes**. Ilustrações de Belmonte e J. U. Campos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1944.

MEIRELES, C. **Problemas da literatura infantil**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1979.

O QUE há de bom para ler: clássicos e ficção estrangeira entre os grandes lançamentos de final de ano. **Veja**, São Paulo, 24 dez. 1997. Disponível em: http://veja.abril.com.br/241297/p_120.html Acesso em: 10 mar. 2003.

PEREIRA, M. E. M. **Literatura Infantojuvenil**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

RAMOS, F. B. **Mergulhos de leitura**: a compreensão leitora da literatura infantil. Caxias do Sul/RS: Educs, 2015.

RAQUEL, A. A caixinha de surpresas no futebol e nos livros infantis. In: SALÃO DO LIVRO DE MINAS GERAIS, 3 ed., 2002, Belo Horizonte; ENCONTRO DE LITERATURA. **3º Salão do Livro de Minas Gerais & Encontro de Literatura**. Belo Horizonte: Salão do Livro, 2002. Disponível em: <http://www.salaodolivro.com.br/novidades/ideias/16032002 ana raquel.htm> Acesso em: 14 mar. 2003.

ROCHA, R. **Atrás da porta**. Ilustrado por Elisabeth Teixeira. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997. p. 22-23.

SALEM, N. **História da literatura infantil**. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

SANCHEZ, M. Pequeno tratado da literatura infantil e infanto-juvenil. Goiânia: Imery, 1983.

SANDRONI, L. **De Lobato a Bojunga**: as reinações renovadas. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

_____. De Lobato à década de 1970. In: SERRA, E. D'A. (org.). **30 anos de literatura para crianças e jovens**: algumas leituras. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1988. p. 11-26.

THE STORY of Don Wood. In: THE AUDREY Wood Club House. [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: http://www.audreywood.com/mac_site/ don stuff/don bio/don bio.htm> Acesso em: 15 mar. 2003.

TECIDO & criatividade. **Jornal Appai Educar**, [S.l.], n. 7, [200-?]. Disponível em: http://www.appai.org.br/Jornal Educar/educar n7/arte_educacao/tecido_principal.htm>. Acesso em: 15 mar. 2002. THOMPSON, C. **Como viver para sempre**. Tradução de Gilda de Aquino. São Paulo: BRINQUE-BOOK, 1997.

XAVIER, M. **Asa de papel**. Fotografia de Gustavo Campos. Belo Horizonte: Formato, 1993.

WOOD, A. **A palavra feia de Alberto**. Ilustrações de Audrey e Don Wood; tradução de Gisela Maria Padovan. São Paulo: Ática, 1994.

ZIRALDO. **O menino maluquinho**. Ilustrações do autor. 70 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2001.

A IMPORTÂNCIA DO COACHING EMPRESARIAL PARA OS PROFISSIONAIS E AS EMPRESAS

Gabrielle de Brito Silva Especialista MBA em Gestão de RH. E-mail: gabybrito74@gmail.com

Resumo

Atualmente, o coaching é uma ferramenta que desperta a curiosidade nos profissionais de várias áreas porque há uma necessidade grande de eles se prepararem adequadamente para enfrentar os entraves do mercado de trabalho. Para o colaborador, o coaching ensina a fazer uma autoanálise e entender melhor suas principais dificuldades. Dessa forma, ele aprende a valorizar suas qualidades, evitar situações indesejáveis e alcançar objetivos próprios bem determinados, intervindo de modo positivo na sua carreira. Isso ocorre também do ponto de vista do relacionamento interpessoal, pois muitas pessoas não se dão conta de como seu comportamento afeta os outros. A partir do momento que o indivíduo passa a entender que suas relações com os colegas influenciam na sua carreira, ele melhora sua postura em relação a eles e o trabalho flui melhor. No caso das organizações, a expectativa é a do coaching ser um processo facilitador para que o profissional, normalmente alguém em posição de poder e liderança, adquira habilidades, amplie competências e conquiste as metas e os resultados esperados pela empresa.

Palavras-chave: Coaching. Autoanálise. Importância. Profissional. Empresas.

Abstract

Today, coaching is a tool that arouses curiosity in professionals from different areas because there is a great need for them to adequately prepare to face labor market barriers. For the employee, the Coaching teaches to make a self-analysis and better understand their main

difficulties. In this way he learns to appreciate his qualities, avoid undesirable situations and achieve well-defined goals themselves, intervening in a positive way in your career. This is also the point of view of interpersonal relationships, since many people do not realize how their behavior affects others. From the moment that the individual begins to understand that his relations with colleagues influence their career, it improves your attitude towards them and the work flows better. In the case of organizations, the expectation is to be a facilitator of coaching process for the professional, usually someone in power and leadership position to acquire skills, expand skills and conquer your goals and the results expected by the company.

Keywords: Coaching. Self Analysis. Importance. Professional. Enterprise.

Introdução

Com a evolução do mercado de trabalho e o aumento da competitividade, os profissionais procuram aperfeiçoar-se não só tecnicamente, mas em termos comportamentais, porque as empresas valorizam aqueles que conseguem se autocontrolar e manter um bom relacionamento com os colegas.

As competências profissionais constroem-se principalmente durante o dia a dia do trabalhador, de acordo com as situações de trabalho. Nessa vivência, é importante descrever a competência relacionando a um conjunto delimitado de problemas e de tarefas a ser enfrentado. Dois tipos de competências são essenciais para as empresas: as competências técnicas, que são inerentes às atividades técnicas, e as competências comportamentais definidas pelas atitudes e comportamentos do profissional. Segundo Chiavenato (2010, p. 220):

As capacidades são um conjunto de habilidades e aprendizado coletivo o qual assegura a execução de atividades por meio de processos organizacionais e a gestão do conhecimento é a capacidade determinada pela organização para efeitos de obtenção de vantagem competitiva.

De acordo com o contexto de desenvolvimento dessas aptidões, surgiu o Coaching Empresarial, que se define como um processo de desenvolvimento de competências e de reflexão, tendo por objetivo unir diversas ferramentas para formar equipes de alta performance, assessorando os executivos por meio de um profissional totalmente preparado a desenvolver suas competências definidas como "um conjunto de recursos e capacidades colocados em ação nas situações práticas do trabalho: saber (conhecimento), saber-fazer (habilidades) e saber ser/agir (atitudes)", MIRANDA,(2006).

Para Dutra (2004), a competência define-se pelo termo popularmente conhecido pela sigla CHAVE, que se refere aos fatores Vontade e Expressão, agregados aos Conhecimentos, às Habilidades e às Atitudes inerentes aos processos interiores do indivíduo ao contribuir para as suas tarefas e, por consequência, geram valor para as empresas.

A relação entre pessoa e trabalho é estimulada a partir das necessidades da organização, que precisa propiciar um espaço desafiador, onde

o colaborador, por meio da sua capacidade de liderar, atua em busca de melhorias no trabalho. Mas para que isso ocorra, é necessário estimular a vontade e a expressão da inteligência, que visam à eficiência no sistema de Gestão de Pessoas.

Essas competências podem ser individuais, por equipes ou mesmo organizacionais. Nesse contexto, o Coaching Empresarial vem como ferramenta essencial para que o alinhamento de esforços das competências humanas possa gerar e sustentar as competências organizacionais necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos da organização.

Assim, a gestão de pessoas por competências busca que o desempenho em termos de comportamentos decorrentes do CHAVE, esteja alinhado à missão, à visão e aos valores da organização, fazendo do Coaching Empresarial um meio valioso de desenvolvimento para as instituições.

Nesse modelo de gestão atual, os profissionais são treinados para vencer situações difíceis e de alta pressão por resultados, e são capacitados para alcançar o sucesso, independentemente das condições do ambiente de trabalho. Assim, o Coaching Empresarial tornou-se ferramenta de extrema relevância para o sucesso, tanto dos colaboradores quanto das organizações.

A gestão de pessoas dentro de uma organização procura gerenciar e orientar as relações humanas no trabalho e, com esse intuito, possui diversas atribuições, todas voltadas para a relevância do fator humano, visto ser este o maior capital das organizações. O Coaching Empresarial surge para orientar e aperfeiçoar os colaboradores das empresas de forma que tenham condições de produzir com qualidade e trazer bons resultados por consequência do aprendizado advindo dessa ferramenta.

As empresas da atualidade além de focarem na obtenção de resultados, preocupam-se com os seres humanos que as compõem, e o Coaching Empresarial cria condições para que o ambiente e as relações de trabalho sejam melhores, ampliando a produtividade. Se o ser humano é o centro das organizações, ele deve estar motivado e satisfeito com seu trabalho. (BALCEIRO, 2013).

Revisão Bibliográfica

O referencial teórico é onde se busca a base de sustentação para as ideias propostas neste artigo. De acordo com Lacatos e Marconi (2010), o referencial teórico possibilita verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados. Portanto, o referencial teórico deve conter um apanhado do que existe de mais atual na abordagem do tema escolhido, mesmo que as teorias atuais não façam parte de suas escolhas.

Os assuntos aqui relacionados ao tema estão interligados e são apresentados em duas partes, onde primeiramente é abordado "O coaching como alavanca para o sucesso na carreira dos profissionais", dando ênfase à oportunidade que esta ferramenta cria para que os colaboradores possam avaliar-se e evoluir profissionalmente, para alcançar êxito nas suas tarefas e também propiciar um melhor ambiente de trabalho.

Na segunda seção, o foco é "A contribuição do Coaching no progresso das empresas", enfatizando a importância do coaching para qualificação profissional e desenvolvimento de competências que influenciam diretamente no resultado do trabalho diário em equipe e no crescimento das empresas.

Para dar prosseguimento ao estudo do tema escolhido, é necessário o conhecimento de alguns conceitos:

Coaching é proveniente da palavra coche, do inglês medieval, surgiu em meados do século IV e, atualmente, remete à palavra conduzir, porque este é um processo que "transporta" ideias, conhecimentos e habilidades, sendo responsável em treinar e ajudar pessoas a ter entusiasmo no cumprimento de seus objetivos e se empenhar em alcançá-los. Contudo, ele é mais que um treinamento, porque existe o acompanhamento até o alcance de resultados esperados.

O coaching é um relacionamento no qual uma pessoa se compromete a apoiar a outra para atingir um determinado resultado, seja ele de adquirir compromisso e/ou produzir uma mudança específica. Não significa apenas um compromisso com os resultados, mas sim com a pessoa como um todo, seu desenvolvimento e sua realização (PORSHÈ; NIEDERER, 2002).

Coach tem como origem a palavra proveniente do inglês que significa "treinador", ou seja, pessoa que trabalha o indivíduo utilizando o coaching como ferramenta para assegurar que o seu cliente possa aprender sobre si mesmo e focar em melhorias para desenvolver-se, tornando-se um melhor profissional. Já o coachee é aquele que vai passar pelo processo de aprendizagem e aperfeiçoamento em busca de melhorias, tanto pessoais quanto profissionais.

Por meio do coaching, tanto o coach quanto o coachee adquirem novas competências, que causam mudanças significativas que irão refletir na vida pessoal e profissional do indivíduo e, por consequência, favorecendo as empresas.

O estudo está baseado em autores renomados como: Chiavenato, Dutra, Ferreira, Fischer que, por meio de suas teorias, criam um embasamento para o entendimento de conceitos que estão diretamente ligados ao mundo corporativo e explicam como o Coaching Empresarial é uma ferramenta relevante no desenvolvimento dos profissionais e, por consequência, das empresas.

Problema Investigado

Apesar da gestão de pessoas estar em constante inovação, baseando-se atualmente nas competências dos profissionais das organizações, ainda existem vários problemas decorrentes de relacionamento interpessoal, tanto entre colegas de trabalho quanto subordinados e gestores.

Percebe-se que várias situações de desacordo ocorrem também em função da falta de preparo dos indivíduos em relação a si próprios, ou seja, alguns profissionais não se autoavaliam, o que dificulta reconhecerem suas fraquezas e criarem uma tentativa de melhoria pessoal.

Sabe-se, portanto, que um dos principais motivos dos desligamentos das empresas ocorre por conta de problemas comportamentais. Mesmo vivendo na era da Gestão por Competências, em que a administração das empresas baseia-se nas aptidões dos colaboradores, 26% dos profissionais não se adequam ao ambiente de trabalho por causa de suas atitudes (HALF, 2014).

Ainda existe por parte das empresas a falta de reconhecimento em habilidades específicas, supostamente negligenciadas por falta de conhecimento destas.

Outro ponto delicado é a relação entre subordinados e gestores, envolvendo possíveis retaliações ao se expressar opiniões contrárias.

A falta do reconhecimento profissional e do valor humano dos colaboradores por parte dos gestores e das empresas também é um problema muito comum dos dias atuais.

Comunicação ineficaz entre supervisores e equipe, englobando ausência de *feedback*, com foco na melhoria dos profissionais, também se destaca como problema preponderante.

Dentro desse contexto de problematização, os principais questionamentos que motivaram a elaboração deste artigo foram:

O que as empresas podem fazer para melhorar essa situação? Qual é a importância do Coaching Empresarial para o desenvolvimento dos profissionais e das empresas?

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo define-se por meio de pesquisa documental, bibliográfica e levantamento de dados. Material proveniente de livros, sites e artigos.

De acordo com Vergara (2007), a pesquisa bibliográfica consiste no "estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral". Propiciando o conhecimento de uma variedade de fenômenos, que no contexto de qualquer pesquisa de teor científico, faz-se necessário para que haja a compreensão da importância do uso do método científico e o seu desenvolvimento.

Ao definir o método científico, é determinada a facilidade na orientação do trabalho. Segundo Gil (2000, p. 31) "método científico pode ser entendido como o caminho para se chegar à verdade em ciência ou como o conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento".

No campo científico, é importante perceber com clareza que é difícil conhecer toda a verdade relativa ao objeto pesquisado, mas existe a busca pelo conhecimento e posterior aprendizado e aprofundamento do tema escolhido.

Busca, Análise e Resultados

O coaching como alavanca para o sucesso na carreira dos profissionais.

O ambiente corporativo exige pessoas competentes e que estejam prontas para se adaptar a qualquer situação. É importante que o executivo se prepare para as mudanças que possam ser necessárias durante sua trajetória profissional.

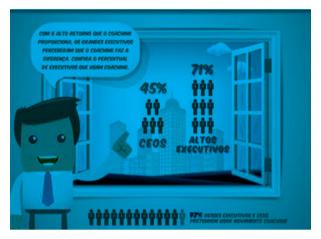
O primeiro passo para alcançar metas, como a sensação de **bem-estar no trabalho** e no ambiente familiar, é o indivíduo realizar uma autoavaliação, tanto na vida pessoal como na profissional, porque se conhecendo melhor, o colaborador pode investir nos seus pontos fortes e buscar a evolução nos pontos a melhorar. Assim, é possível sentir-se seguro o suficiente para tomar decisões importantes.

A partir disso, vale apostar nas próprias escolhas e habilidades, focando na potencialização das competências individuais. É com essa ideologia que os colaboradores das empresas buscam reciclar-se e aprender novas lições para estarem aptos a evoluir nos cargos.

Estes são os motivos que levam os profissionais a escolherem o coaching como ferramenta no desenvolvimento profissional, pois se trata de um processo que utiliza meios, técnicas e métodos eficazes. Algumas pesquisas comprovam a veracidade da eficiência do processo de coaching e como ele aperfeiçoa as competências de executivos, times e equipes por todo mundo.

O infográfico a seguir apresenta informações atualizadas do cenário do **coaching** no Brasil e no mundo. Esses dados comprovam o crescimento do mercado do **coaching** nos últimos anos, e os números atestam que a demanda nas empresas e fora delas está crescendo exponencialmente.

Para os executivos, o coaching faz a diferença e traz resultados de sucesso:



Fonte: Sociedade Brasileira de Coaching.

Esse infográfico comprova o estudo do Dr. Brian Underhill, que detectou que o **coaching** está presente nos maiores níveis das organizações. Observa-se que 45% dos "CEOs" e 71% do grupo de executivos *seniors* de categoria superior relataram que tiveram experiência com **coaching**. Além disso, 92% dos executivos e Ceos que já utilizaram o coach pretendem usar esse serviço novamente, tendo em vista os resultados positivos que essa ferramenta trouxe para seu desenvolvimento no trabalho.

O coaching traz melhorias pessoais para esses profissionais, em diversos pontos, de acordo com o infográfico a seguir:



Fonte: Sociedade Brasileira de Coaching.

Nesse estudo, abordaremos alguns aspectos retratados nessa pesquisa. Um dos desafios dos profissionais é desenvolver e utilizar instrumentos de gestão que lhes garantam certo nível de competitividade, e o coaching os auxilia nessa busca, porque desenvolve as competências importantes para o desempenho de suas atividades. Dentre elas, as competências comportamentais que são, segundo de Resende (2000):

Todas aquelas que possibilitam maior probabilidade de obtenção de sucesso na execução de determinadas atividades, podem ser inerentes às características de personalidade de um indivíduo, ou obtidas no convívio social, bem como podem ser obtidas e aprimoradas através de treinamentos e autodesenvolvimento.

Do momento em que a pessoa faz uma autoanálise, ela descobre seus pontos fortes e também os pontos a melhorar de sua personalidade, produzindo o autoconhecimento essencial na sua evolução. Conforme Ferreira (2006 p. 30):

O autoconhecimento é importante, na medida em que a forma de interação das lideranças com suas equipes e as expectativas que se têm delas tem forte influência sobre desempenho de seus integrantes. Este é o chamado efeito Pigmaleão, que descreve que nossas suposições a respeito de outras pessoas determinam em alto grau a maneira como nos comportamos em relação a elas. Em contrapartida, nosso comportamento em relação a elas influencia a maneira como elas se comportam em relação a nós.

Assim, o indivíduo pode direcionar o conhecimento que adquiriu sobre si mesmo em benefício próprio, transformando positivamente o relacionamento dele com os colegas de trabalho.

O conhecimento adquirido no coaching também pode ser utilizado com foco no autocontrole necessário para enfrentar os momentos de conflitos no trabalho, melhorando ainda mais os aspectos que influenciam no relacionamento interpessoal dentro desse ambiente.

A importância do estabelecimento das relações entre todos que compõem uma organização é explicitada pela Teoria das Relações Humanas, conforme Chiavenato (2004, p. 133):

As relações humanas são os contatos consciente estabelecidos entre os indivíduos e grupos, entre os empregados e seus colegas, entre os subordinados e seus chefes, entre os elementos de um e outro departamento. Saber lidar com pessoas, individualmente ou em grupos, passou a ser um dos maiores problemas da empresa, a fim de se obter o maior rendimento, dentro do máximo de satisfação e do mínimo de desgaste.

De acordo com a pesquisa mencionada, 78% dos colaboradores que passaram pelo processo de coaching melhoraram a sua autoestima.

Em psicologia, autoestima significa "a avaliação subjetiva que uma pessoa faz de si mesma como sendo intrinsecamente positiva ou negativa em algum grau" (SEDIKIES & GREGA, 2003).

Ela é um dos processos intrínsecos que mais influencia no desempenho humano e, por consequência, na vida, porque demonstra o quanto a pessoa gosta verdadeiramente dela mesma. O reflexo desse julgamento é importante, pois a autoestima afeta crucialmente todos os aspectos

da existência das pessoas e determina a postura que cada um terá em relação aos fatos do cotidiano e do trabalho.

Um colaborador com a autoestima elevada é capaz de responder positivamente às demandas do trabalho, sendo proativo, comportando-se de forma socialmente habilidosa e desenvolvendo quesitos necessários para torná-lo um indivíduo mais apto a enfrentar os obstáculos e desafios, sendo um potencial indicador de sucesso no ambiente organizacional.

Quando ocorre a melhoria da autoestima do profissional, aumenta a tendência de sua motivação, o que comprova os dados desta pesquisa, onde 80% dos trabalhadores sentiram-se mais motivados após passarem por um processo de Coaching Empresarial.

Segundo Sobral e Peci (2008), dentro do âmbito organizacional, a motivação poder ser definida como a predisposição individual para exercer esforços que busquem o alcance de metas e objetivos. Isso significa que, quanto mais motivado o trabalhador estiver, maior será o seu empenho e o seu interesse em alcançar metas e objetivos traçados pela empresa, por consequência, ampliando sua produtividade.

Em seus estudos, Chiavenato (2015) ressalta que, para compreendermos o comportamento humano, fruto da motivação, primeiramente precisaremos conhecer os fatores que a provocam e dinamizam. Cada indivíduo possui suas próprias necessidades, que são compreendidas como desejos, vontades, aspirações, objetivos pessoais ou motivos. "As necessidades humanas ou motivos são forças internas que impulsionam e influenciam cada pessoa determinando seus pensamentos e direcionando o seu comportamento diante da vida" (CHIAVENATO, p. 277). Essas necessidades são as condicionantes internas da motivação.

O coaching é uma ferramenta de valorização desse colaborador que se considera não apenas "um número no crachá", mas uma pessoa que possui necessidades e desejos como todas as outras e, se estas necessidades forem atendidas, sua motivação aumenta de forma a melhorar seu empenho no trabalho.

A contribuição do coaching no progresso das empresas.

Na atual conjuntura, cada vez mais as empresas percebem a grande importância do fator humano no ambiente organizacional. Nesse âmbito, as pessoas são vistas como essência das organizações, visto que suas habilidades, quando usadas adequadamente, servem para benefício e crescimento das empresas, daí a necessidade de utilizar mecanismos como o Coaching Empresarial, ferramenta que propicia uma melhor qualidade de vida no trabalho.

Observamos que as pessoas passam grande parte do seu tempo trabalhando e as organizações dependem delas para poderem funcionar e alcançar seus objetivos. De um lado, o trabalho consome considerável tempo de vida e de empenho dos indivíduos que dele dependem para sua sobrevivência e satisfação pessoal. De outro lado, as organizações dependem direta e inevitavelmente dos seus colaboradores para operar, produzir seus bens e serviços, atender seus clientes e atingir seus objetivos globais e estratégicos (CHIAVENATO, 2004).

Partindo do princípio que as empresas focam sua administração baseada na gestão por competências. Mas o que é gestão por competências?

Esse modelo baseia-se na busca da identificação e no mapeamento das competências humanas ou profissionais essenciais ao sucesso das organizações, definindo o que é necessário para atingir as metas e os objetivos destas. Assim, as empresas, para atingirem suas necessidades em prol do sucesso, buscam encontrar e empregar adequadamente os talentos dos seus colaboradores nas suas tarefas, adotando o coaching como ferramenta de desenvolvimento e capacitação deles.

A gestão por competências é um modelo que usa o conceito de competência para orientar diversos modelos organizacionais, em especial aqueles voltados à gestão de pessoas. Valendo-se de diferentes estratégias e instrumentos, visa identificar, desenvolver e mobilizar competências necessárias à consecução dos objetivos organizacionais.

Reforçando o conceito, para Chiavenato (2015, p. 7):

(...) a gestão por competências: um programa sistematizado e desenvolvido no sentido de definir perfis profissionais que proporcionem maior produtividade e adequação ao negócio, identificando os pontos de excelência e os pontos de carência, suprindo lacunas e agregando conhecimento, tendo por base certos critérios objetivamente mensuráveis. Na verdade, a gestão por competências procura substituir o tradicional levantamento de necessidades e carências de treinamento por uma visão das necessidades futuras do negócio e de como as pessoas poderão agregar valor à empresa. Isso representa uma colossal mudança na abordagem: a troca da visão do presente ou do passado pela visão do futuro e a correção das carências atuais pela preparação do destino da organização.

Essa nova visão de como gerir os talentos dentro de uma organização traz um novo conceito em relação aos colaboradores de uma empresa, onde estes são vistos como pessoas ativas, talentosas e conscientes de sua capacidade de adquirir conhecimentos, que, por sua busca pela renovação contínua, tornam-se articuladores inteligentes que impulsionam as empresas rumo ao sucesso.

Os integrantes das empresas são percebidos como parceiros que, tendo em vista suas necessidades preenchidas, tendem a se comprometer com as metas e objetivos ali propostos, criando um sentimento de reciprocidade entre organização e colaboradores.

O trabalho em equipe é cada vez mais valorizado por conta do reconhecimento do ser humano como aquele que é responsável pelo crescimento das instituições, em detrimento do foco restrito nos lucros, sendo as necessidades motivacionais atreladas a vários fatores intrínsecos ou extrínsecos, fazendo com que as organizações compreendam que, além dos salários, outros critérios se fazem necessários para que o trabalhador satisfaça suas necessidades.

Assim, as empresas investem nas capacitações que podem aprimorar o conhecimento das pessoas, levando em conta que:

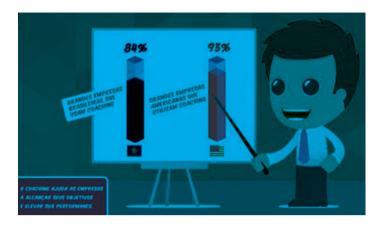
[...] O conhecimento é mutável e dinâmico e a sua obsolescência é cada vez mais rápida. O prazo de validade do conhecimento é cada vez menor. A economia do conhecimento exige um aprendizado contínuo e ininterrupto para desenvolver qualificações cada vez mais amplas e complexas. As organizações estão aumentando seu compromisso com a educação e a aprendizagem para gerir o conhecimento (CHIAVENATO, 2010, p. 613).

Dentre essas capacitações, o Coaching Empresarial surge como ferramenta estratégica ao desenvolvimento das empresas, porque oferece o dinamismo que o mundo dos negócios precisa para evoluir, baseandose nas pessoas como principal pilar.

O coaching traz consigo a promoção de crescimento, a mudança e o desenvolvimento nos indivíduos, nos grupos e, por consequência, nas próprias organizações. Uma vez que os benefícios gerados para os colaboradores refletem diretamente nos resultados das empresas, mostrando-se um processo eficaz, estas valorizam e aderem à utilização do coaching.

Em busca de um melhor entendimento sobre o processo de coaching, este estudo apresenta, a seguir, infográficos com elementos atualizados desse cenário no Brasil e no mundo, com dados que comprovam o crescimento desse mercado nos últimos anos, e números que atestam que a demanda nas empresas e fora delas está crescendo exponencialmente.

Existe a tendência de crescimento da utilização do coaching vista nos EUA e também no Brasil, onde as principais organizações já o estão usando para ampliar os resultados.



Fonte: Sociedade Brasileira de Coaching.

Conforme o estudo *Executive Coaching in Latin America*, de 2010, realizado por iniciativa da *Latin American Human Resource Partnership* (LAHRP), que pesquisou 182 empresas de 16 países latino-americanos, sendo 39 do Brasil, constatou-se que 84% já utilizam o **coaching.**

As empresas precisam estar preparadas para crescer em um mercado cada dia mais competitivo, portanto, procuram buscar dia a dia melhorar seus processos. Contudo, é quase impossível vencer todas essas barreiras se o principal que sustenta essas organizações, as pessoas, forem esquecidas. Para atingir bons resultados com pessoas, é preciso atrair e investir no desenvolvimento pessoal para, assim, adquirir o perfil desejado para a organização, o que é comprovado pelo crescimento do número de empresas que aderem ao coaching.



Fonte: Sociedade Brasileira de Coaching.

O infográfico mostra que em sete anos o coaching expandiu-se de forma significativa no mercado de trabalho. Em 2004, o cenário do mercado de coaching tinha um bilhão de profissionais, já em 2011, este passou a contar com cinco bilhões, aumentando em cinco vezes.

Esse cenário do mercado de **coaching** no Brasil e no mundo evidencia que essa ferramenta, de fato, está sendo usada e funciona, tanto para as empresas quanto para os profissionais.

Considerações

Com a mudança de perfil da sociedade por conta da globalização, as organizações em meio ao aumento da concorrência e a intensificação das exigências de seus consumidores, começaram a reformular seus modelos de gestão. Se antes valorizava-se a máquina e o colaborador era visto apenas como simples mão de obra, hoje eles são vistos como a possibilidade de criar vantagem competitiva baseada nas suas competências.

O Coaching Empresarial é importante para esse processo, pois vem como alternativa de desenvolvimento dessas capacitações por ser uma ferramenta que ajuda tanto aos colaboradores quanto as empresas. Por um lado, estão os profissionais, que, com o auxílio do coaching, progridem como seres humanos, controlando seus impulsos negativos e usando seus pontos positivos no trabalho, e por outro lado, estão as organizações, que, com o desenvolvimento das fraquezas e potencializações das virtudes de seus colaboradores, conseguem focar nas suas metas e objetivos, atingindo excelentes níveis de crescimento.

Dentro dessas organizações, o capital humano vem sendo cada vez mais valorizado e, com isso, elas estão mais conscientes de que é primordial proporcionar apoio para seus profissionais poderem desenvolver aptidões novas e melhorarem as que já possuem. Para os profissionais, isso é receber oportunidades de progredir na carreira e para as empresas, agregar valor ao seu capital humano, visando mais produtividade e menos desperdício.

Assim, o coach empresarial tem um papel de extrema relevância para as organizações, porque auxilia na valorização e qualificação do capital intelectual humano; essa importância estende-se igualmente para os profissionais, porque quanto mais o indivíduo se aperfeiçoa, surgem mais mecanismos que motivam e potencializam o desempenho destes. Por conseguinte, o retorno para as organizações tem sido o aumento da competitividade e da produtividade, possibilitando maior estabilidade no mercado e controle de suas estratégias. Isso quer dizer que, apesar de os interesses entre ambas as partes (empresas e colaboradores) serem diferentes, o coach empresarial é uma das ferramentas que faz com que um complemente o outro, melhorando, assim, a relação entre eles.

REFERÊNCIAS

BALCEIRO, R. F. P. A gestão por competências nas organizações virtuais.

CARBONE, P. P. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 7 ed. Rio de janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 5 ed. Barueri: Manole, 2015.

COACHING, Sociedade Brasileira. Disponível em: https://www.sbco-aching.com.br/blog/business-coaching/coaching-e-o-processo-mais-u-tilizado-no-brasil-para-melhorar-o-ambiente-profissional-aponta-pes-quisa/> Acesso em: 06 jul. 2016.

DUTRA, J. S. (org.). **Gestão por competências**: um modelo avançado para gerenciamento de pessoas. São Paulo: Editora Gente, 2001.

_____. Competências, conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na

Empresa moderna. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FERREIRA, A. **Fatores de motivação no trabalho**: o que pensam os líderes.

FISCHER, A. L. O conceito de modelo de gestão de pessoas – Modismo e realidade em gestão de recursos humanos nas empresas brasileiras. In: Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Instituto de Ciências Humanas e Sociais**, 2006. Disponível em:

http://bdtd.ufrrj.br/tde_arquivos/11/TDE-2006-10-09T095004Z-77/Publico/2006-Andre Ferreira.pdf Acesso em: 20 jan. 2016.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. de. Fundamentos de metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIRANDA, S. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf Acesso em: 16 out. 2015.

PORCHÉ, G.; NIERDER, J. **Coaching**: o apoio que faz as pessoas brilharem. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PRAHALAD, C. K., HAMEL, G. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**, v. 68, n. 3, p. 79-91, mai./jun. 1990.

RESENDE, E. **O livro das competências** – Desenvolvimento das competências: a melhor autoajuda para pessoas, organizações e sociedade. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2000.

Sedikides, C.; Gregg. A. P. (2003). **Portraits of the self**. M. A. Hogg; J. Cooper (Eds.). Sage handbook of social psychology (p. 110-138). Londres: Sage Publications.

SIQUEIRA, W. **A Teoria X e a Teoria Y de Douglas McGregor**. Disponível em http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/a-teoria-x-e-a-teoria-y-de-douglas mcgregor/51506/ Acesso em: 02 fev. 2016.

SOBRAL, F; PECI, A. **Teoria e Prática no Contexto Brasileiro**. São Paulo: Prentice-Hall, 2008.

VERGARA, S.; CARVALHO JR., D. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, v. 1, 1995.

ZAMBONINI, G; FREITAS, M. L. **Processo de gestão de pessoal CEUNSP**. Faculdade de Tecnologia em Recursos Humanos. 2010. Dis-

ponível em: https://glaucozambonini.files.wordpress.com/2011/03/apostila - de -pgp.pdf> Acesso em: 24 jul. 2016.

A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO*SENSU EM RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PARA OS PROFISSIONAIS E EMPRESAS CONTEMPORÂNEAS

Denise Cardoso Garcia Nunes Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais. E-mail: denisecgnunes@gmail.com

Resumo

A responsabilidade social empresarial é um tema contemporâneo do mundo globalizado e tem provocado calorosos debates sobre o papel que as empresas devem assumir perante a sociedade, se tão somente o de maximização de lucro e criação de riqueza ou algo mais amplo, como a sustentabilidade planetária. É nesse contexto que se destaca a importância da responsabilidade social como estratégia competitiva empresarial e a formação de profissionais habilitados para tal tarefa. Este artigo tem como proposta apresentar um ensaio teórico sobre o entendimento histórico da responsabilidade social empresarial, sua utilização como estratégia empresarial e o balanço social como instrumento básico de comunicação e transparência, com o intuito de justificar a importância da implementação do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Responsabilidade Social Empresarial na Faculdade Internacional Signorelli, que tem como finalidade oferecer um ensino atual, inovador e voltado para a difusão do conhecimento acadêmico, buscando atender as necessidades do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial. Estratégia Empresarial. Balanço Social.

Abstract

Corporate social responsibility is a contemporary theme of the globalized world and has provoked heated debate about the role that companies should take in society, if only the maximization of profit and wealth creation or something wider, as planetary sustainability. It is in this context that highlights the importance of social responsibility as a competitive business strategy and training of skilled professionals for this task. This article aims to present a theoretical essay on the historical understanding of corporate social responsibility, its use as a business strategy and the social balance as their primary means of communication and transparency, in order to justify the importance of the implementation of the Post-Course graduation courses in Corporate Social Responsibility in Signorelli International school which aims to provide a current teaching, innovative and focused on the dissemination of academic knowledge seeking to meet the needs of the labor market.

Keywords: Corporate Social Responsibility. Corporate Strategy. Social Report.

Introdução

No mundo empresarial globalizado de hoje, as empresas estão se defrontando com a necessidade de incorporar a responsabilidade social aos seus objetivos de lucro. A responsabilidade social das empresas já ultrapassou o estágio de mera tendência para se transformar em estratégia corporativa. Nesse sentido, a responsabilidade social empresarial torna-se relevante como sobrevivência das empresas no mundo contemporâneo, e não como mera capitalizadora de recursos financeiros de obras sociais filantrópicas. É nesse sentido que o pensamento de Aristóteles se faz tão atual:

Distribuir dinheiro é algo fácil e quase todos os homens têm este poder. Porém, decidir a quem dar, quanto, quando, para que objetivo e como, não está dentro do poder de muitos e nem tampouco é tarefa fácil (ARIS-TÓTELES 384-322 a.C. apud NUNES, 2009).

No Brasil, somente a partir dos anos 1980 que pequena parcela das empresas passou a intensificar o discurso em relação às questões sociais e ambientais, realizando também ações socialmente responsáveis de forma mais efetiva.

Esse movimento ganhou um forte impulso nos anos 1990, por meio da ação de entidades da sociedade civil organizada, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas com a questão, principalmente após a realização da ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro). O evento, que ficou conhecido como ECO-92 ou Rio-92, fez um balanço tanto dos problemas existentes quanto dos progressos realizados, e elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões socioambientais.

Em 2012, foi realizado, novamente na cidade do Rio de Janeiro, O RIO+20, marco da passagem dos 20 anos do RIO-92. Seu nome oficial foi Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Estabeleceu-se mais uma vez uma nova agenda de desenvolvimentos sustentável a ser cumprida nas próximas décadas e renovou-se o compromisso governamental, político e social com o desenvolvimento sustentável e a diminuição das desigualdades.

O RIO+20 é considerado o maior evento já realizado pelas Nações Unidas, uma vez que contou com a participação de quase duzentos países dispostos a reavaliar constantemente a forma com que os recursos naturais do planeta estão sendo utilizados. Além dos países participantes, grandes empresas nacionais e multinacionais fizeram parte do RIO+20.

É fato que para nossa sobrevivência enquanto espécie humana, seremos obrigados a nos desenvolver de forma sustentável, e as empresas deverão fazer o mesmo, por iniciativa própria ou por exigência legal. Com isso, as empresas precisam buscar novas formas de diferenciação e a responsabilidade social tem sido uma delas.

O termo "Responsabilidade Social" vem se estruturando, pois nem sempre significa a mesma coisa para todos. Para alguns, representa a ideia de responsabilidade ou obrigação legal, enquanto para outros, indica um comportamento responsável no sentido ético; há os que o assumem com um sentido de "socialmente consciente"; para outros, ainda, o significado do termo equipara-se a uma contribuição caridosa. E, atualmente, alguns poucos o veem como uma espécie de dever, impondo aos administradores das empresas, padrões mais altos de comportamento que aqueles impostos aos cidadãos.

Os conceitos de responsabilidade social que atualmente são mais aceitos pontuam que os interesses da organização estejam alinhados não apenas com o retorno aos seus acionistas, mas também em prol de toda a sociedade. Como pode ser observado no conceito a seguir:

A responsabilidade social está diretamente relacionada com as intensas mudanças que estão ocorrendo no mundo e que envolvem as empresas seja como atores fundamentais e responsáveis pelos acontecimentos ou como agentes afetados pelas ocorrências no âmbito sócio cultural e ambiental (DIAS, 2012).

O conceito de responsabilidade social, como obrigação das empresas, não apenas direcionado aos acionistas, mas também à sociedade como contribuição para a formação desta com valores éticos superando os valores econômicos é afirmado por Passos (2013):

É uma prática até certo ponto revolucionária, pois coloca em questão a relação entre o capital e o trabalho, preconizando uma alteração em sua essência. Propõe que seres humanos ocupem lugar de destaque nessa relação, aquele que vem sendo concedido ao lucro e ao capital nas práticas e teorias tradicionais.

É nesse contexto que se destaca a importância da responsabilidade social como estratégia competitiva empresarial e formação de profissionais habilitados para tal tarefa. Sendo assim, é de vital importância a implementação do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Responsabilidade Social Empresarial na Faculdade Internacional Signorelli, que tem como finalidade oferecer um ensino atual, inovador e voltado para a difusão do conhecimento acadêmico, buscando atender as necessidades do mercado de trabalho.

Vale ressaltar, que são as empresas socialmente responsáveis que estão aptas para manter a sustentabilidade em longo prazo dos seus negócios, por estarem adaptadas com os atuais conceitos, anseios e dificuldades da sociedade e do mundo empresarial atual. Segundo, Melo Neto e Froes (2001):

A consciência social dos empresários começou a despertar quando eles próprios perceberam que os problemas sociais atrapalham o desenvolvimento dos seus negócios pelo baixo poder aquisitivo da população, sistema educacional deficiente, violência etc.

A adoção de um comportamento que ultrapassa exigências legais agrega valor à imagem da empresa, aumentando o vínculo que os consumidores estabelecem com ela. Uma das ferramentas mais utilizadas para divulgar e mensurar o impacto da atuação da responsabilidade social empresarial é o balanço social. Este artigo tem como um dos objetivos fazer uma breve abordagem do histórico da responsabilidade social e deste documento tão relevante para R.S.E. (Responsabilidade Social Empresarial).

Histórico da Responsabilidade Social Empresarial

Devido à globalização econômica, as empresas têm assumido atitudes dinâmicas e competitivas para sobreviverem. Fatores como qualidade e preço, que garantiam o sucesso empresarial há pouco tempo, não funcionam mais. Atualmente, fatores como responsabilidade social e ambiental são garantias, não apenas de sucesso empresarial, mas de sustentabilidade.

Atuando nesse cenário, os gestores das empresas percebem que a responsabilidade social empresarial só traz vantagens para as empresas e para toda a sociedade, gerando um relacionamento sustentável para ambas. O relacionamento entre as empresas e a sociedade baseia-se em um contrato social que evolui conforme as mudanças e transformações sociais e as consequentes expectativas da sociedade. Nesse contrato, a sociedade legitima a existência da empresa, reconhecendo suas atividades, seus direitos, suas obrigações e seus limites legais para sua atuação.

As transformações que ocorreram no século XXI, impactaram o contrato social entre a sociedade e as empresas. Essas transformações quebraram padrões estabelecidos e levaram as empresas a questionar seu posicionamento em relação à prática de R.S. (Responsabilidade Social), tornando indispensável uma mudança de postura para se conquistar a sustentabilidade empresarial nesse novo cenário.

As dúvidas permeiam em distinguir quais são efetivamente as responsabilidades das empresas para com a sociedade e qual o limite da ação empresarial sobre esta.

A R.S. foi desenvolvida, como teoria, na década de 1950, baseando-se na ideia de que os negócios são centros vitais de poder e decisão e que a atuação das empresas impacta a vida dos cidadãos em muitos pontos. Discutia-se quais as responsabilidades com a sociedade que se espera dos "homens de negócios" e das empresas, que deveriam compreender melhor seu impacto social. Já nesta abordagem do conceito, valorizava-se a importância do desempenho social e ético como prática a ser incorporada à gestão de negócios por meio de avaliação feita por auditorias.

Na década de 1960, vários trabalhos sobre o tema foram publicados e as discussões em torno do conceito de responsabilidade social começaram a propagar-se. Nesse período, predominou a visão de que a responsabilidade das empresas ia além da responsabilidade de maximizar lucros e também a necessidade de uma postura pública perante os recursos econômicos e humanos da sociedade e a vontade de ver esses recursos empregados para fins sociais e ambientais mais amplos e não simplesmente para os interesses privados dos indivíduos.

A partir dos anos 1970, a R.S.E. passou a fazer parte do debate público dos problemas sociais como a pobreza, o desemprego, a diversidade, o desenvolvimento, o crescimento econômico, a distribuição de renda, a poluição, entre outros. Em consequência disso, houve nova mudança no contrato social entre as empresas e a sociedade, o que causou o envolvimento dessas organizações com os movimentos ambientais, preocupação com a segurança do trabalho e regulamentação governamental.

Na década de 1980, com a retomada da ideologia liberal, o conceito de R.S.E. sofreu transformações, revestindo-se de argumentos a favor do mercado.

O mercado passou a ser o principal responsável pela regulação e fiscalização das atividades empresariais, impedindo abusos por parte das companhias. Vê-se que os novos requisitos desse mercado, juntamente com a mudança de mentalidade dos consumidores, foram fatores decisivos na ascensão dos debates sobre R.S.E. nessa década. Ocorreu também, nessa década, o nascimento da corrente denominada *Business & Society*, dado o fato da revolução decorrente das novas tecnologias da informação e da globalização, fatores que acabaram por transformar organizações locais em corporações transnacionais. Para os pensadores dessa corrente, a empresa e a sociedade formam uma rede de interesses e relações permeadas por disputas de poder, por acordos contratuais e pela busca da legitimidade.

Na década de 1990, o movimento de valorização da R.S.E. ganhou forte impulso, por meio da ação de entidades não governamentais, institutos de pesquisa e empresas que começaram a trabalhar com a questão. Nessa época, surgiram pesquisas no intuito de aperfeiçoar métodos e modelos de desempenho social corporativo, criados nas décadas anteriores. A partir dessas iniciativas, muitas organizações passaram a

realizar, todos os anos, a divulgação do seu balanço social. É possível verificar que, na década de 1990, muitos conceitos e abordagens sobre desempenho social corporativo se consolidaram e forneceram subsídios marcantes para a construção do conceito, como também o caráter estratégico atrelou-se ainda mais ao enfoque social das organizações do momento.

Foi a partir do ano 2000 que se identificaram muitas das relações da R.S.E. com outros temas, como ética empresarial, sustentabilidade, gestão de *stakeholders* e cidadania corporativa. Também pela mudança de valor e consciência que a sociedade passou a ter, o entendimento e relevância de temas sociais passaram a ser maiores e, com isso, as empresas buscaram uma melhor percepção da comunidade acerca de sua atuação social. Houve um aumento da relação entre estratégia, ética e responsabilidade social. Considerando as ações de R.S.E., algumas empresas já vêm atuando de forma coerente com os seus valores culturais organizacionais. Outras, no entanto, ainda se preocupam em criar uma imagem estratégica que não representa os valores e a cultura da organização.

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários,
prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento e
estratégico de suas atividades, buscando atender as demandas de todos,
não apenas dos acionistas ou proprietários. Nessa abordagem, as empresas não deixariam de incluir o lucro como objetivo, porém, em vez de
priorizar a maximização de lucros de curto prazo, as organizações deveriam buscar lucros de longo prazo, obedecer às leis e regulamentações,
considerar o impacto não mercadológico de suas decisões e procurar
maneiras de melhorar a sociedade por uma atuação orientada para a
responsabilidade social empresarial.

Com imagem reforçada, e dependendo dos resultados dos projetos sociais por ela financiados, a empresa torna-se mais conhecida e vende mais. Com uma imagem empresarial fortalecida, sujeita a poucos riscos, a empresa canaliza sua busca da competitividade para fatores como preço, qualidade, marca, serviços e tecnologia.

Seus produtos, serviços e, sobretudo, sua marca ganha maior visibilidade, aceitação e potencialidade. Clientes tornam-se orgulhosos de

comprar produtos de uma empresa com elevada responsabilidade social. Fornecedores sentem-se motivados em trabalhar como parceiros de uma empresa dessa natureza. O governo e a sociedade civil tornam-se parceiros dessa empresa em seus empreendimentos sociais. Os concorrentes reconhecem o ganho de valor dessa empresa. Os funcionários orgulham-se e sentem-se motivados em trabalhar nessa empresa. Atualmente, reter bons profissionais em uma empresa requer suprir valores que vão muito além de uma boa remuneração ou uma oportunidade de galgar bons cargos na instituição, como nos pontua Kotler (2010):

Uma pesquisa realizada pela MCKinsey & Company de 1997 revelou que 58% dos executivos classificavam os valores e a cultura de marca como a principal motivação para os empregados. Em comparação, os avanços na carreira e o crescimento ficaram com 39%, enquanto a remuneração diferenciada ficou com 29%. Isso prova uma coisa: bons valores atraem bons profissionais.

Balanço Social

Na década de 1970, uma companhia alemã foi a primeira empresa a produzir uma espécie de relatório sobre suas atividades sociais. Contudo, o que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais, no seu sentido pleno, aconteceu na França. A empresa Singer fez o, assim chamado, primeiro balanço social da história das empresas.

A influência dessa mudança de mentalidade empresarial já pôde ser notada aqui no Brasil, na "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas", publicada em 1965. Contudo, somente a partir da década de 1990 é que algumas empresas, muito poucas, passaram a levar a sério essa questão e a divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários.

Segundo Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, sociólogo brasileiro ativista dos Direitos Humanos no Brasil, realizar o balanço social significa uma grande contribuição para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

No Brasil, já existem várias entidades cujo principal objetivo é difundir o conceito de ética e responsabilidade social entre o empresariado brasileiro, como: o Instituto Ethos. Criado em 1998 é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), ganhou visibilidade internacional após a elaboração de um conjunto de indicadores que orientam as empresas a incorporarem a responsabilidade social em suas atividades.

Outra entidade importante é o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade – o movimento foi formado por um conjunto de empresas, entidades governamentais e não governamentais, em 2004, com o objetivo de conscientizar e mobilizar a sociedade no desenvolvimento de debates e ações em torno dos Oito Objetivos do Milênio.

O Índice de Empresas Sustentáveis da Bovespa – a Bolsa Brasileira de Mercadorias Bovespa, na época Bolsa Valores de São Paulo – elaborou, com outras entidades ligadas ao setor empresarial e financeiro, participação do Ministério do Meio Ambiente e colaboração da Fundação Getúlio Vargas, em uma iniciativa pioneira na América Latina, o índice de ações que fosse um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial).

O COEP (Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida), desdobramento do "Movimento pela Ética na Política" e da campanha da "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida", que tinha o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, na época presidente do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) como um dos mais engajados militantes. Por meio do IBASE, Betinho lançou ampla campanha nacional chamando empresas públicas e privadas para o compromisso no combate à fome e à elaboração do balanço social, no padrão sugerido pelo IBASE.

Problema Investigado

A criação do curso de Pós-Graduação em Responsabilidade Social Empresarial se justifica a partir da ampla necessidade das empresas atuais terem como estratégia competitiva gestores com formação acadêmica que lhes permitam desenvolver habilidades de formular, implementar e avaliar sua atuação como agentes de mudança, bem como apropriarem-se de uma visão inovadora e sustentável frente aos desafios

da gestão empresarial, tendo como sustentabilidade dessa estratégia a Responsabilidade Social Empresarial.

A Pós-Graduação de Responsabilidade Social Empresarial foi estruturada para oferecer aos estudantes a oportunidade de aprofundar conceitos e práticas de gestão sustentável nas principais áreas organizacionais de empresas públicas ou privadas.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e descritiva desenvolvida a partir da análise crítica de diversos livros, de autores conceituados, artigos científicos, dissertações, teses e de material disponibilizado na internet.

De acordo com Vergara (2008), a pesquisa bibliográfica consiste no "estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral". Propiciando o conhecimento de uma variedade de fenômenos que no contexto de qualquer pesquisa de teor científico, faz-se necessário para que haja a compreensão da importância do uso do método científico e o seu desenvolvimento.

Considerações

Para sobreviverem em um cenário extremamente competitivo, as empresas atuais precisam ter como estratégia competitiva gestores com formação acadêmica que lhes permitam desenvolver uma visão inovadora e sustentável frente aos desafios da gestão empresarial tendo como sustentabilidade dessa estratégia a responsabilidade social empresarial.

Tem-se, a partir do artigo exposto, uma justificativa para a criação do curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Responsabilidade Social Empresarial devido à sua importância na formação de profissionais, com as mais variadas graduações, para que sejam mais habilitados e capacitados para atuarem no mercado empresarial, com valores éticos e sustentáveis, que gerem fontes de vantagem competitiva sustentável, tanto para empresa quanto para a sociedade.

Dessa forma, com a criação do curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Responsabilidade Social Empresarial, este artigo apresenta à Facul-

dade Signorelli, a possibilidade de cumprir o seu papel como empresa socialmente responsável, ao contribuir com a sociedade e empresas na formação de profissionais com valores que gerem, não apenas vantagem competitiva empresarial, mas também sustentabilidade planetária.

REFERÊNCIAS

BOWE N.; Howard R. **Responsabilidades sociais do homem de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

DIAS, R. **Responsabilidade social**: fundamentos e gestão. São Paulo: Atlas, 2012.

KOTLER, P. **Marketing 3.0**: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Kotler, P.; Kartajaya, H.; Setiawan, I. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. 9 reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. Administração de marketing. Kotler P.; Keller, K. L. Tradução de Sônia Midori Yamamoto. Revisão técnica: Edson Crescitelli. 14 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MELO N.; Francisco P. de; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

_____. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

_____. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NUNES, D. C. G. **Qual a importância do trabalho voluntário para sustentabilidade de organizações não-governamentais?** Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais. Rio do Janeiro: FGV, 2009.

PASSOS, E. Ética nas organizações. 1 ed. 9 reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

PERSEGUINI, A. S. dos. **Responsabilidade social**. Alayde dos Santos Perseguini (org.). Coleção Bibliografia Universitária Pearson. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

TENÓRIO, F. G. (org). **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VERGARA, S.; CARVALHO JR., D. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, v. 1, 1995.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Ashoka. Disponível em: < http://www.ashoka.org/home/index.cfm>

Associação Brasileira de ONG (Abong). Disponível em: < http://www.abong.org.br>

Balanço Social — IBASE. Disponível em: < http://www.balancosocial.org.br

COEP. Disponível em: < http://www.coepbrasil.org.br>

Empresa & Comunidade. Disponível em: < http://www.empresa-comunidade.org.br

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Disponível em: http://www.fase.org.br

Ford Foundation. Disponível em: < http://www.fordfound.org>

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Disponível em: http://www.gife.org.br

Instituto Ethos. http://www.ethos.org.br

CONTABILIDADE GERENCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Enoque Teixeira Abreu

Especialista *Lato Sensu* em Educação a Distância. E-mail: ministroenoque@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa mostra ao micro e pequeno empresário que com uma contabilidade bem elaborada será mais fácil controlar e tomar decisões nas empresas e, com isso, diminuir seu índice de mortalidade. Por meio da pesquisa elaborada, observa-se a necessidade de ter acesso a informações úteis que possibilitem ao gestor administrar seu negócio de maneira eficiente. Para ilustrar o tema proposto, serão feitas algumas reflexões sobre a história da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas. As constantes mudanças e os aumentos na competitividade são cada vez mais necessários, tendo em vista uma política especializada de gestão. Faz-se necessário que o pequeno empresário tenha conhecimento, e, por meio da utilização da contabilidade gerencial como instrumento de apoio na gestão dos seus negócios, forneça condições para que sua empresa torne-se mais competitiva no mercado de trabalho, com o uso de todas as ferramentas disponíveis, gerando informações úteis para a gestão dos negócios, fator crucial para a permanência da empresa no mercado.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Gestão de Negócios. Micro e Pequena Empresa.

Abstract

This research shows the micro and small business owner with an elaborate accounting will be easier to control and make decisions in companies and thereby reduce the same mortality rate. Through elaborate research points out the need to have access to useful information to enable the manager to manage their business efficiently. To illustrate the theme, will be made some reflections on the history of management accounting in micro and small businesses. The constant changes and increases in competitiveness between them are increasingly necessary in view of a specialized management policy. It is necessary that the small business owner is aware of, and through the use of management accounting as a support tool in the management of its business, provide conditions for your company to become more competitive in the labor market, with the use of all tools available, generating useful information for business management, a crucial factor for the permanence of the company in the market.

Keywords: Management Accounting. Business Management. Small and Medium Enterprises.

Introdução

O artigo discorre sobre a importância da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas, com as funções específicas de gestão, decisão, mensuração e informação, que servem de ferramenta na tomada de decisão. A ideia deste trabalho teve origem quando percebemos que os micro e pequenos empresários são obrigados a desistir de seus negócios, devido a não utilização da contabilidade, que é a base de sustentação para a tomada de decisão. A intenção é mostrar de uma forma resumida, por meio de revisões bibliográficas em livros, leis, redes interligadas e uma breve análise, a contabilidade gerencial, definindo o que é micro e pequena empresa, e listar a importância básica da contabilidade nas micro e pequenas empresas. O presente artigo discorre da seguinte forma: histórico da contabilidade gerencial, conceito de contabilidade, conceito de empresa, definições de microempresa e empresa de pequeno porte e contabilidade em geral.

Evolução Histórica da Contabilidade

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, desde 4.000 a.C. ela é uma ciência social aplicada, a ação humana é quem modifica o fenômeno patrimonial. A contabilidade tem como finalidade registrar, coletar, resumir, informar e interpretar dados que afetam a situação patrimonial, financeira e econômica das entidades. Existem diversos registros de que as civilizações antigas já possuíam um esboço de técnicas contábeis, porém não sabemos quem inventou a contabilidade. Ela surgiu pela necessidade de registros do comércio. E sua evolução é constante, tornando-se um importante instrumento para a sociedade, à medida que há desenvolvimento econômico. No norte da Itália começou a surgir os primeiros sistemas de escrituração por partidas dobradas; a primeira obra foi publicada em 1494, em Veneza, Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá, pelo Frei franciscano Luca Pacioli, que era matemático. Logo após, ocorreu a invenção da imprensa, sendo que um dos primeiros impressos do mundo descrevia o método de contabilidade de Paciolo, o que proporcionou uma enorme expansão da essência contábil e foi um importante instrumento no desenvolvimento do capitalismo, sendo conhecido como o pai da contabilidade moderna.

Segundo Iudícibus (2009, p.30):

A Contabilidade seja talvez tão antiga quanto a origem do homo sapiens. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas aproximadamente a 4.000 a.C. Entretanto, antes disso, o homem primitivo, ao inventar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas da bebida, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade.

Ao contrário de antigamente, onde o patrimônio dos sócios não era distinto claramente do patrimônio da empresa, atualmente há o Princípio Fundamental de Contabilidade – PC – da Entidade (fundamentado na Resolução CFC nº 774/94), onde o patrimônio dos sócios não se confunde com o patrimônio da empresa, nem os patrimônios da empresa se confundem com os dos sócios. Em paralelo a isso, a Resolução nº 1.121/08 do CFC, estabelece os pressupostos básicos à contabilidade, reforçando a fundamentação para as técnicas contábeis. Outra mudança foi no chamado exercício contábil, o qual encerrava as demonstrações e apurava o lucro de uma empresa somente quando a empresa fosse encerrada, sendo assim, não existia o princípio da ideia atual de continuidade das empresas, onde rege que a empresa funcionará por prazo indeterminado. Apesar de a contabilidade ter sido espalhada por meio de registros históricos na Itália, outras civilizações da antiguidade contribuíram para a existência dessa ciência.

A contabilidade pode ser feita para pessoa física ou pessoa jurídica, tem como característica sempre se adaptar às novas realidades da época, na atualidade com o mundo globalizado, das importações e produção diversas, a contabilidade tornou-se uma ferramenta de competição e sobrevivência, e, como historicamente essas adaptações ocorreram, tendo alguma de suas técnicas utilizadas até hoje, em futuro bem próximo há de ocorrer maiores mudanças, já que usuários de diferentes perfis a utilizam; aparentemente, há uma peculiaridade em relação às demais ciências: tem a característica de adaptar-se de acordo com seu usuário.

O tipo de informação contábil utilizada difere de usuário para usuário, ou seja, cada usuário vai necessitar de uma informação específica

para seu uso. Esses usuários irão influenciar a contabilidade para gerar informações cada vez mais exclusivas, forçando, assim, a diversificação da contabilidade. Com as constantes mudanças e os aumentos na competitividade entre as empresas brasileiras, torna-se cada vez mais importante adotar técnicas de gestão especializadas. Na realidade brasileira, entretanto, muitas das micro e pequenas empresas não estão estruturadas para enfrentar tal desafio. Além disso, as dificuldades são aumentadas, na medida em que o fluxo de informações necessárias para uma boa gestão empresarial fica maior e mais complexo.

O planejamento é um dos principais pontos de partida para o desenvolvimento das funções gerenciais, sendo um importante processo de reflexão que precede a ação de tomada de decisão. A habilidade do gestor em utilizar-se da contabilidade gerencial como ferramenta de gestão e suporte ao planejamento contribui fortemente para o sucesso da empresa.

Conceito da Contabilidade

Contabilidade é uma ciência social, que visa controlar o patrimônio de uma empresa. Apresentam-se diferentes visões sobre o conceito de contabilidade:

Entendemos que contabilidade, como um conjunto ordenado de conhecimentos, leis, princípios e método de evidenciação próprios, é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativo (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de normas, preceitos e regras gerais, se constituí na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômico-financeira (BASSO, 2005, p. 22).

Contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente

da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO apud BASSO, 2005, p. 22).

A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utiliza-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas (MARION, 2007, p. 26).

Por outro lado, Sá (2002, p. 46), define como contabilidade "a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais". Assim, a contabilidade é uma ciência que fornece informações do patrimônio da empresa para os administradores visualizarem a situação real da empresa, com ênfase para o controle e planejamento. Contudo, a contabilidade é ferramenta fundamental para tomada de decisão, tanto aos usuários internos quanto externos da entidade.

Conceito de Empresa

Segundo Henrique (2008, p. 79), a empresa reconhecida como uma unidade econômica cujo intuito é o lucro, é imperativo a utilização de instrumentos que complementem as chances de sucesso da organização e, assim, obtenha o lucro esperado, ou o retorno do que foi investido, ou que pelo menos reduza as possibilidades de fracasso, ou que uma decisão equivocada possa prejudicar sua continuidade. Torna-se, então, necessária a adoção de estratégias, ou seja, um conjunto de ações articuladas para que as decisões sejam seguras e levem o gestor a alcançar os objetivos previamente estabelecidos. Desse modo:

Empresa é a unidade econômica organizada, que combinando capital e trabalho, produz ou faz circular bens ou presta serviços com finalidade de lucro. Adquire personalidade jurídica pela inscrição de seus atos constitutivos nos órgãos de registro próprio, adquirindo dessa forma capacidade jurídica para assumir direitos e obrigações. A empresa deve

ter sua sede, ou seja, deve ter um domicílio, local onde exercerá seus direitos e responderá por suas obrigações (FABRETTI, 2003, p. 36 apud HENRI-QUE, 2008, p. 20).

Para que os objetivos sejam alcançados, as empresas contam com alguns recursos, de acordo com Fabretti (2003, p. 36) apud Henrique (2008, p. 21):

A empresa contrata força de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, combinando capital e trabalho e adotando tecnologia e métodos de administração eficientes, organiza sua atividade econômica, objetivando a produção ou circulação de bens ou a prestação de serviços, visando obter lucro que lhe permita desenvolver-se e remunerar adequadamente o capital nela investido.

Nesse contexto, a empresa aparece de forma estruturada, organizada e gerida, a fim de atingir um determinado resultado; isso ocorre por meio da combinação dos diferentes fatores que integram o processo. Para Padoveze (2005, p. 3), "as empresas nascem a partir de investimentos nas operações necessárias para vender os produtos e serviços escolhidos". Nesse processo, para que haja recursos necessários e a empresa alcance o sucesso, é de suma importância garantir investimentos que servirão como parâmetros iniciais da etapa financeira da empresa. Ainda segundo o autor, a "finalidade da empresa é criar valor para seu proprietário". Esse valor é o lucro que o empresário espera.

Definições de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

De acordo com a Lei Geral nº 123/2006 e alterações, consideram-se como microempresa e empresa de pequeno porte a sociedade empresária ou simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrado no registro de empresas mercantis ou no registro civil, aquelas com receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 ou entre R\$ 360.000,01 e R\$ 3.600.000,00. O SEBRAE utiliza o conceito de microempresa e empresa de pequeno porte de acordo com o número de funcionários das empresas, principalmente nos estudos e levantamentos sobre a presença de micro e pequena na economia brasileira, conforme os seguintes dados:

Microempresa

- I) Na indústria e construção: até 19 funcionários;
- II) No comércio e serviços: até 9 funcionários.

Pequena empresa:

- I) Na indústria e construção: de 20 a 99 funcionários;
- II) No comércio e serviços: de 10 a 49 funcionários.

Portanto, percebe-se que boa parte das empresas existentes no Brasil se enquadram como micro e pequenas empresas. Deste modo, são responsáveis pela geração de várias oportunidades de emprego no país, sendo de grande importância o estímulo e incentivos a esses micro e pequenos empresários. As micro e pequenas empresas, geralmente são familiares, nelas trabalham membros de uma mesma família, em seus primeiros anos de abertura, geralmente são inseguras em relação à movimentação do mercado, aos clientes e à localização. Muitos dos motivos que não permitem que tais empresas sobrevivam, tem a ver com o mau planejamento e a competência do empresário, que, na maioria das vezes, não é capacitado, não tem formação profissional contábil, nem conhece gestão de negócios, dificultando, assim, o sucesso, e levando a maior parte ao fracasso.

Como prevenção da falência prematura das empresas, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) – no caput do art. 179, elucida que:

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributáveis, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Mesmo com tratamento diferenciado, percebe-se que como já citado anteriormente, que essas empresas têm alta taxa de mortalidade e o principal motivo são a falta de planejamento e a capacitação.

A Contabilidade Voltada Para Micro e Pequenas Empresas

De acordo com Silva (2002, p. 23), "uma empresa sem contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento". Com isso, surge a contabilidade gerencial como ferramenta indispensável a qualquer tipo de negócio, um suporte sobre o qual se apoiará o micro e pequeno empresário em suas decisões gerenciais. As micro e pequenas empresas, muitas vezes, não têm o apoio contábil em sua administração, mas pouco ou nada fazem para auxiliar a administração dessas empresas com informações úteis ao seu planejamento. Os pequenos empresários frequentemente não enxergam a contabilidade como instrumento de apoio, pois vê o contador como a pessoa que cuida de tudo isso apenas para cumprir o excesso de burocracia e obrigações estabelecidas em lei. Segundo Longenecker e Petty (1997, p. 515):

[...] os administradores precisam ter informações precisas, significativas e oportunas, se quiserem tomar boas decisões. Isso é particularmente verdadeiro quando se refere à necessidade de informações financeiras sobre as operações da empresa. A experiência sugere que a falta de aptidão em sistemas contábeis é um fator básico de insucesso entre pequenas empresas.

A contabilidade surge para ajudar o empresário, como instrumento principal para as tomadas de decisões, mas com maior segurança. Um dos instrumentos eficazes na administração de recursos é o planejamento financeiro, que segundo Santiago (2006, p. 49), "deve ter por base registros contábeis que se constituem em ferramentas de fundamental importância na medida em que trazem informações gerais para a tomada de decisão". Os empresários, assumindo o papel de administradores financeiros, podem desenvolver análises financeiras para identificar o desempenho de sua empresa em relação ao passado, em relação à concorrência, tomando as decisões adequadas, desde que detenham informações sobre o estado de seu patrimônio, emitidas pelos contadores.

Por meio das demonstrações contábeis, o administrador poderá tomar decisões baseadas em informações coerentes e seguras, o que aumentará de maneira significativa as possibilidades de sucesso. Além disso, as demonstrações financeiras possibilitam um acompanhamento real da dinâmica do negócio, tornando possível traçar novas metas e diretrizes em tempo hábil e seguro. Como exemplo de demonstrações contábeis que podem ser aplicados na pequena empresa, pode-se citar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, entre outros, que fornecem dados importantes para a tomada de decisões.

Contabilidade Gerencial

Para que o empresário trace os objetivos e metas, a contabilidade gerencial, sem dúvidas, surge como ferramenta de apoio indispensável e insubstituível para ajudá-lo a tomar decisões com maior segurança. A contabilidade gerencial, na atualidade, tem sido a ferramenta de informações para o andamento e a continuidade das empresas, pois enfoca planejamento, controle e tomada de decisão, e é aplicada em todos os setores de uma empresa. Tem por objetivo auxiliar os sócios na tomada de decisões, sendo esse um dos objetivos maiores da ciência contábil, e é o contador quem fornece essas informações, que faz toda a diferença em uma decisão. Conforme Iudícibus (2009, p. 21):

A Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido as várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na Contabilidade Financeira, na Contabilidade de Custos, na Análise Financeira de Balanços etc. Colocados numa perspectiva [...] e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

Portanto, a contabilidade gerencial é indispensável para a gestão de negócios. Os sistemas de contabilidade gerencial das empresas são inadequados para a realidade atual, desencadeando um desequilíbrio no desempenho das empresas, os sistemas de contabilidade gerencial estão deixando de fornecer informações úteis, oportunas para as atividades de controle, avaliação do custo dos produtos e dos desempenhos dos gerentes. A contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliam em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, por meio de um adequado controle dos insumos efetuados por um sistema de informação gerencial.

Há uma ligação entre a contabilidade e o processo de informação nas empresas, tendo o compromisso de transformar os fatos, em informações úteis para o planejamento, auxiliando os gestores na tomada de decisão. Um exemplo de informações para as empresas são as demonstrações contábeis, onde podemos utilizar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, essas demonstrações fornecem grandes informações para a tomada de decisão.

A contabilidade é uma ferramenta de suma importância para formular o planejamento, e essa contabilidade é chamada de gerencial, pois utiliza dados financeiros e operacionais para gerar os relatórios aos administradores; assim, o planejamento surge como suporte para as micro e pequenas empresas. As micro e pequenas empresas, segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE (Brasília, 2007), representam 99% da rede empresarial nacional, porém, sete em cada dez empresas brasileiras encerram suas atividades antes dos cinco anos de vida. O principal motivo do fechamento das empresas está centrado nas falhas gerenciais; os aumentos na concorrência entre essas empresas, mostra uma maior necessidade de política especializada de gestão, mostrando que os empresários não estão preparados para essa mudança. É importante que os pequenos empresários utilizem as demonstrações contábeis não apenas para prestação de contas ao Fisco, mais junto com o contador, usando essas informações coerentes e seguras como suporte para a tomada de decisão; essas informações assumem papel decisório para que a empresa não se torne mais um caso nas estatísticas de mortalidade. As micro e pequenas empresas, que utilizam a contabilidade gerencial, tomam decisões com segurança e alcançam metas e objetivos, podendo ampliar as oportunidades no mercado. Segundo Crepaldi (2011, p.15):

Uma das técnicas utilizadas para auxiliar no avanço competitivo é o uso do sistema de informações, oferecendo as empresas relatórios gerenciais com informações que auxilie no processo de gestão, criando vantagens competitivas no mercado concorrente.

A contabilidade gerencial é uma ferramenta para qualquer empresa, pois transmite os dados de acordo com a sua realidade, ela é indispensáveis nas pequenas e grandes empresas. Um dos fatores importantes no caso das empresas é que, na maioria das vezes, quem administra é

o próprio dono, que não tem formação específica e tem dificuldades na administração. Sem um planejamento, é impossível o retorno do negócio e, a maioria das pequenas e médias empresas não conseguem sobreviver no mercado. Um fato que tem grande contribuição no nosso país é o excesso de impostos e obrigações que todas as empresas estão obrigadas a recolher ao governo. Pensando nisso, o governo federal criou a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a finalidade de simplificar os processos tributários das micro e pequenas empresas. Essa lei tem definição própria para essas empresas, estabelecendo, entre outros, a redução da carga tributária e a dispensa de algumas obrigações acessórias.

Considerações

A presente pesquisa expôs a importância da contabilidade gerencial como instrumento de apoio aos micros e pequenos empresários na gestão dos negócios, pois em um mercado altamente competitivo, tornase imprescindível ter conhecimento da empresa para administrá-la de maneira eficiente e eficaz. Ao descrever a importância da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas no século XXI, no Brasil, podemos observar que se faz necessário que o pequeno empresário tenha conhecimento da importância da realização de uma contabilidade completa e eficiente, que reflita a realidade da empresa, possibilitando, assim, elaborar demonstrações contábeis que sirvam de base para gerar informações úteis para a gestão dos negócios.

Foi possível observarmos que a contabilidade gerencial destaca-se dentre as demais, pois como visto no decorrer desta pesquisa, fornece subsídios de grande valia para a administração da empresa, fazendo com que o gestor consiga analisar, mensurar e interpretar as informações para melhor tomada de decisão. Ao conceituar micro e pequena empresa e demonstrar benefícios legais existentes, percebemos que a legislação brasileira dispõe de elementos que auxiliam no desenvolvimento dessa classe empresarial. Para tanto, promove menor carga tributária e auxilia no amadurecimento de tais gestores, instituindo fóruns para troca de experiências, de informações e de novas tecnologias, assim como tratamento diferenciado para tais empresas, visto a necessidade de fortalecê-las. A utilização da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas auxilia no desenvolvimento das estratégias de futuras

decisões, com informações mais claras, precisas e úteis sobre a atual realidade da empresa, que, se bem interpretadas, facilitam o ponderamento dos administradores sobre ações a serem tomadas, tornando mais fácil o planejamento e o controle das operações.

Portanto, o contador gerencial deve ser uma pessoa altamente qualificada, com profundo conhecimento dos princípios de contabilidade, pois ele pode ajudar a definir e controlar todo o fluxo de informações da empresa, utilizando conhecimento de tecnologia sofisticada, ser adepto a operações virtuais, ser empreendedor, estar sempre motivado e altamente produtivo, enfim, ser comprometido com o sucesso da empresa, bem como é absolutamente necessário que o contador esteja sempre presente nesse cenário, tendo em vista a grande importância de seus trabalhos para a continuidade dos negócios em todas as empresas.

REFERÊNCIAS

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial**: teoria e pratica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 1996.

HENRIQUE, M. A. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa**. 2008. 79f. Monografia. Especialização em Gestão Contábil. Universidade de Taubaté, 2008. Disponível em: http://www.scribd.com/doc/43345 845/Contabilidade-Gerencial-Micro-Pequena-Empresa> Acesso em: 20 ago. 2016.

IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da contabilidade. 9 ed. São Paulo: Atlas,

_____. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 1998
_____. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. Administração de pequenas empresas. São Paulo: Makron Books, 1997.

MARION, J. C. Contabilidade básica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Contabilidade gerencial. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

____. Controladoria estratégica e operacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RECEITA FEDERAL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Legisla-cao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm/12/09/13 Acesso em: 20 ago. 2016.

SANTIAGO, M. F. **O** efeito da tributação no planejamento financeiro das empresas prestadoras de serviços: um estudo de caso de desenvolvimento regional. 2006. 139f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Taubaté, 2006.

SILVA, D. S. Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas. 5 ed. Brasília: SEBRAE, 2002.

SEBRAE. Pesquisa dos fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005. Brasília, 2007.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas**. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/14/08/13> Acesso em: 20 ago. 2016.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Art. 179. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408./12/09/13 Acesso em: 20 ago. 2016.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO MEIO COMPLEXO E LEGAL NA ÁREA CONTÁBIL

Ângela Maria dos Santos

Especialista *Lato Sensu* em Educação a Distância. E-mail: angela65_26@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho procurou mostrar as vantagens que uma gestão tributária, de forma lícita e com planejamento, pode levar para as empresas maior economia e a possibilidade de obter lucro diminuindo a carga tributária. A gestão tributária é uma excelente ferramenta, mas pouco usada pelas empresas, pois requer muito conhecimento e análise das normas legais. Com o intuito de projetar a economia das instituições, o planejamento tributário é a saúde para o bolso de alguns, pois representa a possibilidade de economia e maior geração de negócios, podendo haver maior geração de novos empregos e, com receitas economizadas, possibilitar novos investimentos. O trabalho foi efetuado a partir de pesquisa bibliográfica, e estudos das normas e legislação pertinentes.

Palavras Chaves: Planejamento Tributário. Receitas. Economia.

Abstract

This study sought to show the advantages of a tax management, so bidding planning can leading to the company's largest economy and the possibility of profit decreasing the tax burden. This is an excellent tool, but little used by businesses because it requires a lot of knowledge and analysis of legal norms. In order to project the economy of entrepreneurs institutions the tax planning is health to pocket some, it represents the possibility of economy and generate more business, and there may be greater generation of new jobs, because with savings revenue

will enable new investments. The work was done from literature and studies relevant standards and legislation.

Keywords: Tax Planning. DealBook. Revenue.

Introdução

Mudanças econômicas que vem acontecendo todos os dias em nosso país, obriga as empresas ou instituições a tomarem novos rumos, sendo assim, os empresários estão voltados mais para o lado gerencial. O lema é planejamento, diminuir a carga tributária com a intenção de obter lucros. O planejamento tributário é um meio de racionalizar as rotinas empresariais para diminuir o valor a pagar.

Tributo é uma obrigação de pagar, foi criado por lei, impondo aos indivíduos o dever de entregar parte de suas rendas e de seu patrimônio para a manutenção e desenvolvimento do Estado. Esta é uma obrigação imposta a pessoas físicas e <u>pessoas jurídicas, que devem</u> recolher valores ao Estado ou entidades equivalentes. É vulgarmente chamado de <u>imposto</u>, embora tecnicamente este seja mera espécie dentre as modalidades de tributos.

A tributação no Brasil é muito complicada, pois são muitos tributos entre impostos, taxas e contribuições, o que dificulta, e muito, as diversas operações mercantis. Cabe ao administrador fazer com que seja possível, em termos de custos, dar continuidade a determinados produtos e serviços, com preço compatível com o que o mercado consumidor possa pagar. As diversas normas reguladoras encontram-se divididas entre a União, os Estados e os Municípios, o que traz para o país mais complexidade.

O profissional de contabilidade, para acompanhar essas mudanças, precisa estar atento às diversas normas (leis, decretos, instruções normativas, atos etc.) todos os anos. Sem contar as diversas obrigações acessórias que uma empresa deve cumprir para tentar estar em dia com o fisco: arquivos digitais, declarações, formulários, livros, guias etc.

Desenvolvimento

Para as empresas, a redução de custos e despesas é muito importante para as tomadas de decisões, pois o mercado de trabalho é bastante competitivo e o gestor proprietário deve estar bastante preparado para adequar-se às constantes mudanças. A contabilidade tributária estuda e controla as obrigações tributárias da empresa em conformidade com a Legislação Tributária, de forma a proporcionar ao empresário condições

para analisar a carga de tributos a ser recolhido pela empresa, possibilitando a execução de um planejamento tributário e evitando possíveis punições fiscais. Láudio Camargo Fabretti (1997), define contabilidade tributária como: "o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada".

E o objetivo da contabilidade tributária como:

(...) o objetivo da contabilidade tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extra contábil as exigências, como por exemplo, das legislações do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o lucro (CSL) determinando a base de cálculo fiscal para formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (Contábil), para determinação do lucro líquido à disposição dos acionistas, sócios ou titular de firma individual.

Todo contador deve se apropriar dos objetivos da contabilidade tributária que são essenciais, pois por meio deles poderá tomar as devidas decisões para atingir os objetivos e as metas traçadas.

O planejamento tributário tem como objetivo a economia legal dos pagamentos dos tributos, que podem ser impostos, taxas e contribuições, e representam importante parcela dos custos das instituições, senão a maior. Com a multinacionalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário.

Em média, 33% do faturamento empresarial é dirigido ao pagamento de tributos. Do lucro, cerca de mais ou menos 34% é destinado aos cofres público. Da somatória de custos e despesas, mais da metade do valor é representada pelos tributos. Assim, faz-se imprescindível a adoção de um sistema de economia legal.

O contador é o único profissional habilitado para proceder, analisar e verificar se os impostos estão ou não sendo excessivos. Por meio de uma análise tributária minuciosa, o contabilista terá condições para auxiliar a empresa a reduzir legalmente sua carga tributária; deverá analisar as diversas formas de tributação, dentro dos princípios contábeis e da legislação vigente.

O contador deve conhecer toda a legislação referente e certificar-se de que sua aplicabilidade não poderá ser considerada ilícita e, simultaneamente, procurar maneiras para que, dentro da legalidade e com segurança, a empresa obtenha economias no pagamento de tributos. Ainda falando em planejamento tributário, Latorraca (2000), orienta que:

Costuma-se denominar de Planejamento Tributário a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis.

O objeto do planejamento tributário é, em última análise a economia tributária cotejando as várias opções legais, onde o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal (LATORRACA, 2000).

Borges (2000), por sua vez, menciona que:

A natureza ou essência do Planejamento Fiscal – ou Tributário – consiste em organizar os empreendimentos econômico-mercantis da empresa, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas capazes de bloquear a concretização da hipótese de incidência tributária ou, então, de fazer com que sua materialidade ocorra na medida ou no tempo que lhe sejam mais propícios. Trata-se, assim, de um comportamento técnico-funcional, adotado no universo dos negócios, que visa excluir, reduzir ou adiar os respectivos encargos tributários.

O planejamento tributário é o estudo de formas lícitas de formalização jurídica de determinada operação, antes da ocorrência do fato gerador, assim, o contribuinte pode escolher a opção que mostra o menor custo tributário possível.

Sobre esse ensinamento, Fabretti (2005), afirma que:

O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas denomina-se Planejamento Tributário.

Planejamento tributário não é sonegação fiscal. Planejar é selecionar, entre as opções lícitas, a que mostra um menor imposto a pagar ou que possa adiar o pagamento. Sonegar é se usar de meios ilegais, como fraude, simulação e dissimulação, para não pagar o tributo devido.

Diante disso, este artigo destaca a relevância para instituições, pois o objetivo é levar o conhecimento sobre as formas lícitas de planejar e escolher o melhor caminho para economizar nos impostos e, com isso, abrir possibilidade de crescimento. Pagando menos impostos, as empresas têm mais possibilidades de crescimento.

Considerações

Diante deste estudo verificamos que o alto nível de tributação sobre as pessoas jurídicas e físicas no Brasil é muito alta, chegando a tornar impossível ou mesmo inviabilizar certos negócios. Com isso, a consequência é a quebra das empresas devido às elevadas dívidas fiscais, até mesmo as constantes "renegociações", como REFIS, PAES e PAEX, (Programas de parcelamentos da Receita Federal), que possibilitaram quietação nos contribuintes.

O planejamento tributário é um meio complexo e legal de conhecimento prático e teórico de poucos profissionais da área contábil, que visa, por meio de muitos estudos e análise, trazer aos contribuintes opções para diminuir sua carga tributária. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Se a forma celebrada é jurídica e lícita, a Fazenda Pública deve respeitá-la.

É notório que esses tributos (impostos, taxas e contribuições) refletem relevante parcela das despesas tributárias das empresas, senão a maior. Com a multinacionalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário.

Segundo o IBPT, no Brasil, em média, 33% do faturamento empresarial é referente a despesas com tributos. Somente os encargos com IR e com a CSLL sobre o Lucro das empresas pode corresponder a 51,51% do lucro líquido apurado. Do total de custos e despesas, a maior parte é representada pelos tributos. Assim, é relevante a implantação de um processo de economia legal. O princípio constitucional não deixa dúvidas que, dentro da lei, o contribuinte pode agir de acordo com seu interesse. Planejar tributos é um direito tão essencial quanto planejar o fluxo de caixa, fazer investimentos etc.

Diante do exposto, torna-se necessário realizar uma reforma no sistema tributário nacional, visto que a carga tributária é altíssima e prejudicial aos empresários, principalmente aos que estão iniciando um novo empreendimento. Assim sendo, o grande volume de informações e sua contínua complexidade acabam por dificultar a aplicação de rotinas e o planejamento. O profissional responsável por essa área deve estar atento e se dedicar e apropriar-se do estudo e análise das legislações pertinentes, resignando-se ao cumprimento das rotinas e recolhimento dos tributos.

Dessa forma, o presente estudo pretende mostrar que muitas empresas podem diminuir as despesas com impostos, aumentando suas receitas e gerando renda por meio de novos empregos, baseado em um bom planejamento tributário e a adoção de uma forma tributação mais adequada para aquela empresa em estudo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, G. L. **Riscos e implicações da sonegação fiscal**. Estudos do IBPT. Curitiba, out. 2001. Acesso em: 30 set. 2016.

A nova ótica do planejamento tributário. Disponível em: http://www.ibpt.com.br/content/estudos/impacto2.html>. BRASIL.

Instrução normativa SRF nº 104, de 24 de agosto de 1998. Dispõe sobre normas para apuração do lucro presumido com base no regime de caixa. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Lei Complementar nº 123, de dezembro de 2006. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte Simples e de outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br Acesso em: 30 set. 2016.

BORGES, H. B. **Gerência de impostos**: IPI, ICMS e ISS. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Artigo publicado na Revista CEPPG – ISSN 1517-8471, p. 184-196. **Revista CEPPG – CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão**, ano XIV, n 25, 2º semestre, 2011.

Planejamento tributário: IPI, ICMS e ISS. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CASSONE, V. Direito tributário. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Código Tributário Nacional Comentado. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GOMES, C. S. de. **Retrato tributário brasileiro**. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br> Acesso em: 25 set. 2016.

CAMARGO, F. L. **Contabilidade tributária**. 3 ed. São Paulo: Atlas,1997. p. 25.

HARADA, K. **Direito financeiro e tributário**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HEIN, A. F.; PAETZOLD, M. D. H. Planejamento tributário com ênfase em tributos federais. São Paulo: Marechal Cândido Rondon, 2003.

ICHIHARA, Y. Direito Tributário. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LATORRACA, N. **Direito tributário**: imposto de renda das empresas. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NASCIMENTO, C. V. et. al. (coord.) Comentários ao Código Tributário Nacional. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

OLIVEIRA, J. Constituição da República Federativa do Brasil. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

OLIVEIRA, L. M. *et. al.* **Manual de contabilidade tributária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SARANDY, W. W. S. A importância do planejamento fiscal para a micro e a pequena empresa 2004. Disponível em: Acesso em: 01 out. 2016.

NOVA CONCEPÇÃO JURÍDICA DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

Carla Holtz Vieira

Advogada e especialista em Direito e Processo Civil. E-mail: carlaholtz@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar, pesquisar e descrever a nova concepção jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. Busca-se aplicar da melhor forma o conceito de criança e adolescente, para contextualizar o tratamento dispensado a eles ao longo da história. Nesse contexto, vale destacar a convenção internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) como ação fundamental na evolução jurídica infantojuvenil. Ressalvam-se ainda a influência da Carta Magna e da Lei nº 8.069/90, como doutrinas fundamentais do direito da criança e do adolescente no Brasil. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma ampla pesquisa documental, realizado em fontes primárias das legislações nacionais e, quanto às fontes secundárias, estas foram identificadas por meio de pesquisas bibliográficas. Ao final do trabalho, pode-se concluir que, embora tenha ocorrido um grande avanço na doutrina de proteção total à criança e ao adolescente, se faz necessário atualizar as medidas, objetivando obter uma maior eficácia na proteção integral da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Sistema de Justiça Infantojuvenil. Organização das Nações Unidas. Lei nº 8.069/90. Esfera Constitucional. Proteção à Criança e ao Adolescente.

Abstract

This article aims to research, analyze and describe the legal development of child and adolescent legal rights in Brazil. At first it analyzes the concept of child and adolescent to contextualize this treatment throughout the history. In this sense highlighting the International Convention of the United Nations as the key action in the children and youth legal development. Moreover it also emphasized the influence of the Constitutional sphere and the law 8.069/90 as fundamental doctrines of the child and adolescent rights in Brazil. The data collection was made through documents research, performed on primary sources of national laws and the secondary sources were identified through literature researches. Regarding the considerations it presents that in spite of having a big advance in the doctrine of full protection to child and adolescent it's preeminently necessary to update the law to promote a greater efficiency in the full protection of children and adolescents.

Keywords: Children and Youth Justice System. United Nations. Law 8.069/90. Constitutional Sphere. Child and Adolescente Protection

Introdução

Ao longo dos anos, temos constatado que os direitos da criança e do adolescente conquistaram mais espaço na sociedade. É crescente a ideia de que é possível buscar uma sociedade justa e solidária, em detrimento da sociedade individualista e voltada ao capital existente nos dias de hoje. Nesse aspecto, várias constituições têm dedicado capítulos especiais aos direitos da criança e do adolescente. Por meio de legislações e convenções, tem-se procurado fazer que os direitos infantojuvenis tenham sua efetividade. Além disso, políticas que visam trazer proteção à criança e ao adolescente na sociedade, tem sido, constantemente, implementadas pelo governo. Nesse prisma, o presente trabalho busca discorrer sobre a nova concepção jurídica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. Inicialmente, conceitua-se os termos criança e adolescente, discorrendo sobre o tratamento dado à criança ao longo da história.

Nesse contexto, importante destacar a Convenção Internacional, onde surgiu a doutrina da proteção integral, e de que maneira ocorreu a evolução desses direitos elencados no nosso ordenamento jurídico, abordando-se dentro deste o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, percebe-se a abordagem da doutrina da proteção integral, mencionando os princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Da mesma forma, como os direitos e as garantias fundamentais foram instituídos para com a criança e o adolescente frente à legislação atual. Conclui-se, realizando uma análise sobre a relevância da evolução jurídica e sua importância para a sociedade.

No conceito de criança e adolescente, a fim de melhor demonstrar a nova concepção jurídica dos direitos adquiridos pela criança e pelo adolescente, cabe identificar quem são esses sujeitos. Esses sujeitos são figuras novas, que foram surgindo com a evolução histórica e social, conforme a época e a sociedade. Em seguida, apontam-se os conceitos conforme o que a legislação incita.

De início, para a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, criança é todo ser humano menor de dezoito anos. Contudo, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que traz o conceito insculpido no art. 2° , considera que criança é a pessoa que possui idade inferior a 12 anos completos e os adolescentes se enquadram na faixa etária entre 12 e 18 anos de idade.

Ressalvando que no parágrafo único do mesmo dispositivo, afirma-se que em casos expressos em lei o adolescente pode ser considerado como a pessoa que compreende a idade entre 18 e 21 anos. Nesse sentido, importante frisar que é a idade que define a condição conceitual infantojuvenil. Contudo, tanto criança quanto adolescente são pessoas que se encontram em desenvolvimento físico e mental, assim, conforme Bitencourt (2009), ambos são indivíduos com condições de receber cuidados pessoais. Vale ressaltar que nem sempre essa conceituação foi vigente. Ao contrário, ao longo da nossa história os direitos da crianças e do adolescente foram ganhando maior dimensão e amplitude.

O Tratamento Dispensado à Criança ao Longo da História

Desde os tempos remotos, tanto crianças como adolescentes não eram considerados como merecedores de proteção especial. Segundo Day *et al.*, (2003, apud BARROS, 2005, p. 70-71):

No Oriente Antigo, o Código de Hamurábi (1728/1686 a.C.) estabelecia uma punição muito severa, com o corte da língua do filho, a quem ousasse dizer aos pais adotivos que eles não eram seus pais, assim como a extração dos olhos do filho adotivo que aspirasse voltar à casa dos pais biológicos (art. 193). Se por um acaso, um filho batesse ou levantasse a voz para seu pai, sua mão era decepada (art. 195).

De acordo com o exposto, percebe-se que a desproteção jurídica à criança é encontrada desde a antiguidade, configurando um problema histórico e social. A mesma característica é encontrada no Direito Romano, conforme Azambuja (2004, p.181):

A Lei das XII Tábuas, em Roma (449 a.C.), possibilitava ao pai matar o filho que nascesse disforme mediante o julgamento de cinco vizinhos (Tábua Quarta, nº 1), o pai possuía sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte,

além do poder de negociação, podendo vendê-los (Tábua Quarta, nº 2).

De acordo com Tavares (2001), em Esparta, diante da necessidade de obter guerreiros, as crianças eram escolhidas após a avaliação do porte e do físico, sendo objeto de Direito Estatal, servindo aos interesses da política preparatória na formação de seus contingentes guerreiros. Portanto, havia legitimidade no sacrifício do infante caso este fosse portador de malformações congênitas ou nascesse doente.

Vannuchi (2010) e Oliveira (2003) alegaram que as crianças que nascessem com algum tipo de deformidade, na Grécia Antiga, eram sacrificadas. Baseando-se nessa afirmativa, importante ressaltar que o rei da Judeia determinou que fossem executadas todas as crianças menores de dois anos, na tentativa de atingir Jesus Cristo, conhecido como o rei dos Judeus. Observa-se que, nesse período, o paganismo reinava.

No mesmo sentido, ensina Tavares (2001, p. 46) que, "entre praticamente todos os povos antigos (Ocidente e Oriente), os filhos, enquanto menores, não eram considerados sujeitos de direito, porém servos da autoridade paterna". Já na Idade Média, conforme Alberton (2005), a partir do momento que uma criança tivesse condições de sobreviver sozinha, ela passava a ser integrada ao mundo adulto.

Os primeiros vestígios a respeito do sentimento da infância ocorreram no final do século XVI e, sobretudo, no século XVII, de forma tênue e desastrosa. A criança pequena era tratada como o centro de todas as atenções e tudo lhe era permitido. Contudo, já por volta dos sete anos de idade, ela passava a ser cobrada por meio de uma postura diferenciada e mais adulta, com as responsabilidades e deveres de uma pessoa adulta (ALBERTON, 2005).

Os castigos, a punição física, as surras com chicotes, ferros e paus, com o pretexto de que as crianças precisavam ser afastadas de más influências, bem como deveriam ser moldadas conforme o desejo dos adultos, surgiram no século XVII.

Para Brugner (1996 apud BITENCOURT, 2009, p. 37), "a importância dada à infância surgiu na Europa com as grandes Ordens Religiosas, que pregavam a educação separada, preparando a criança para a vida adulta".

Nesse diapasão, nessa época, surge a primeira concepção de criança como pessoa. Mas há de se observar que o avanço foi incipiente, visto que ainda havia resquício de coisificação do infante.

Alberton (2005), acrescenta que as condições dentro dessas embarcações eram trágicas. Além de as crianças serem abusadas sexualmente com a desculpa de que não havia mulheres a bordo, existia ainda a situação das órfãs, que viajavam trancafiadas, a fim de que não fossem violentadas.

Nesse contexto, a autora supracitada comenta que em meados do século XVI, mais precisamente em 1549, chegou ao Brasil a Companhia de Jesus, formada por um grupo de religiosos, cuja tarefa consistia especialmente na evangelização dos habitantes da nova terra, bem como o exercício do papel de defensores da moral e dos bons costumes. Nesse argumento, Day *et al.* (2003) afirmam que os religiosos passaram a desempenhar a função de defesa dos direitos infantojuvenis, pois até o início do século XX, todo amparo à infância brasileira, basicamente foi exercido pela Igreja Católica.

Já na Idade Contemporânea, houve um avanço na consolidação das políticas e práticas de proteção social para a criança e o adolescente.

Importante ressaltar que o primeiro grande marco concernente à proteção social da criança e do adolescente foi na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, documento que ditou as bases para o estabelecimento da doutrina da proteção integral. No ano seguinte, em 1990, ficou estabelecido pela Cúpula Mundial de Presidentes o plano de ação de 10 anos em favor da infância. Foi nesse ano que também foi instituído, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069.

No ano seguinte, o Brasil veio a adotar oficialmente o Pacto de São Juan da Costa Rica e, em 1996, foram instituídas as Regras Mínimas das Nações Unidas, visando à proteção dos Jovens Privados de Liberdade. Com isso, ficou constituído que as regras deveriam ser impostas de forma imparcial, sem qualquer tipo de distinção.

Observa-se que as questões pertinentes à proteção e à garantia dos direitos infantojuvenis é assunto de discussões há longo tempo. É preci-

so perceber que até a consolidação dos direitos fundamentais, as crianças e os adolescentes passaram por diversos sacrifícios, pagando, inclusive, com sua vida. Em síntese, eles eram criados para servir ao poder soberano do Estado.

Importante ressaltar a evolução jurídica do direito infantojuvenil no Brasil. Apesar de a Constituição de 1824 não fazer referência à criança e ao adolescente, é preciso salientar que "a doutrina penal do menor surgiu primeiro no Código Criminal de 1830, mantendo-se no Código Penal de 1890, ambos na vigência da CF de 1824." (BITENCOURT, 2009, p. 38). Portanto, diante disso se observa que até o ano de 1830, no Brasil, não havia nenhuma lei ou decreto que fizesse menção à criança ou ao adolescente.

Em 1891 passou a vigorar a Constituição Republicana e o 1º Código de Menores do Brasil, pioneiro na América Latina, instituído pelo Decreto nº 17.943-A, de 12/10/1927, que pretendeu sistematizar a ação de tutela e da coerção (para reeducação).

De acordo com Alberton (2005), o Código tratou de duas categorias de sujeitos menores de 18 anos: o abandonado e o delinquente, em que o avanço se deu no fato de que a punição pela infração cometida deixa de ser vista como sanção-castigo, para assumir um caráter de sanção-educação, por meio da assistência e reeducação de comportamento, sendo dever do Estado assistir os menores desvalidos. Esse código veio a ser revogado no ano de 1979, por meio da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

O Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.697/79) era voltado para a assistência, proteção e vigilância, e vigorou, no Brasil, fundamentado na doutrina da situação irregular do menor. Segundo Azambuja (2004), da preocupação restrita ao menor delinquente e desassistido, a lei passou a abarcar os menores que se encontravam em situação irregular. Ressalta-se que o código foi alvo de críticas, uma vez que não dava o devido amparo aos menores de idade, além do fato de que era o Juiz de Menores que decidia as penas e os encaminhamentos, vindo a perspectiva de tutela ser assumida em caráter de controle social.

Nesse prisma, ressalta-se que a legislação aplicada, à época, no Brasil, era extremamente discriminatória, pois a legislação se referia a uma

parcela considerada como "menores em situações desfavoráveis" e não havia políticas de proteção aos direitos dos menores.

A Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas e os Direitos da Criança e do Adolescente

Com o passar dos anos, as crianças e os adolescentes tornaram-se destinatários de direitos. Membros de vários países, preocupados com a situação de crianças e adolescentes, elaboraram um documento buscando efetivar esses direitos preconizados.

De acordo com Pereira (2008), a Convenção Internacional foi o resultado de um esforço conjunto entre vários países. A convenção foi solidificada ao longo de dez anos, com grande evolução e reconhecimento quanto à proteção e as garantias das crianças e dos adolescentes, visto que introduziu no mesmo ordenamento legal regras de procedimentos flexíveis, adaptáveis às mais diversas realidades, delineando as futuras políticas legislativas dos Estados-Partes.

Todavia, conforme a autora, "o grande desafio consistiu em definir direitos universais para as crianças, considerando a diversidade de percepções religiosas, socioeconômicas e culturais da infância nas diversas nações". (PEREIRA, 2008, p. 592).

Albernaz Júnior e Ferreira (2011) informam que a Convenção tinha como objetivo incentivar os países membros a implantarem o desenvolvimento pleno e harmônico da personalidade de suas crianças, favorecendo seu crescimento em um ambiente familiar sadio, a fim de que se tornassem aptos para viver em sociedade e ser educados nos princípios instituídos na Carta das Nações Unidas, com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade.

O principal objetivo era o de orientar os membros da convenção para a modificação de suas legislações internas. É importante salientar que na época da promulgação dessa Convenção, o Brasil como membro signatário, já havia introduzido na Constituição Federal dispositivos visando proteções efetivas das crianças (VIANNA, 2004). Assim, compreende-se que o grande avanço em relação aos direitos da criança e do adolescente ocorreu com o advento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente no ano de 1989.

A Influência da Esfera Constitucional Sobre a Proteção e Assistência à Criança e ao Adolescente

No que tange aos direitos e e/ou garantias outorgadas pela Carta Magna às crianças e aos adolescentes, faz-se uma breve análise de como esse assunto foi abordado na Constituição Brasileira, outorgada em 25 de março de 1824, que tinha como principal objetivo a centralização administrativa. Dessa forma, a Constituição não mencionou em seus institutos, qualquer referência à proteção ou garantia à criança e ao adolescente, melhor, em nenhum momento mencionou a existência de crianças e adolescentes, apesar de haver ensejo aos direitos sociais.

Não foi diferente com a promulgação da Carta Magna em 24 de fevereiro de 1891, uma vez que não fazia menção quanto às garantias de proteção à criança e ao adolescente.

Promulgada em 16 de julho de 1934, a Constituição dos Estados Unidos, no Título IV, que se refere "Da Ordem Econômica e Social", no art. 1.386, pela primeira vez fez alguma referência quanto aos direitos da criança e do adolescente: "[...] foi o primeiro documento a referir-se, mesmo que de uma forma muito tímida, à defesa e à proteção dos direitos de todas as crianças e adolescentes" (ALBERTON, 2005, p. 58).

Em 10 de novembro de 1937, foi promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, por Getúlio Vargas, inserindo dispositivos que buscassem o dever do Estado na garantia do direito da criança e do adolescente. Assim, no art. 16, inc. XXVII, refere-se de competência da União o poder de legislar sobre as normas concernentes da defesa e proteção da saúde e da criança. Já no seu art. 127, menciona que a infância e a juventude são objetos de cuidado e de garantias especiais por parte do Estado. Além disso, nos artigos 129 e 130 institui que é dever concorrente da Nação, dos Estados e dos Municípios a garantia de acesso ao ensino público e gratuito.

Segundo Bitencourt (2009), isso representou um grande avanço na efetivação de uma maior atenção e proteção das crianças, uma vez que na Constituição de 18 de setembro de 1946, ficou instituída a obrigatoriedade à assistência na maternidade, bem como o legal amparo à família de prole numerosa, conforme disposto no art. 1.647. Nessa Carta, o

legislador reafirma o direito à educação e o dever do Estado em proporcionar o ensino gratuito aos destituídos de recursos.

Com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, determinou-se que fosse instituída por lei a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, segundo o que preconiza o art. 167, § 4º8 no Título IV, que trata "Da Família, da Educação e da Cultura".

Buscando dar mais amplitude à matéria, a Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969, dispôs em seu art. 175, § 4° , que a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, além da educação dos excepcionais, seria regida por lei especial.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, que está atualmente em vigor, incumbiu uma maior ênfase no que concerne à proteção e às garantias à criança e ao adolescente. Ampliando essa responsabilidade à família, à sociedade e ao Estado, declarando a proteção integral a toda a população infantojuvenil, conforme se encontra preconizado no caput do art. 2.279. Além disso, no § 4º10 do mesmo dispositivo, estabeleceu-se normas punitivas na forma da Lei sobre o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Segundo o entendimento de Bitencourt (2009, p. 39), por meio dessa Carta "a população infantojuvenil deixa de ser tutela tutoria/discriminatória para tornar-se sujeito de direitos". Assim, fica explícito que a questão das garantias e proteção à criança e ao adolescente percorreu um longo caminho, até que, efetivamente, fosse considerado como assunto fundamental perante a Lei.

Finalmente, em 13 de julho de 1990, proclamou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído por meio da Lei nº 8.069, que regulamenta o dispositivo constitucional. Elevando as crianças e os adolescentes à condição de sujeitos de direitos, tudo isso abalizado na Doutrina da proteção integral.

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90

Frisa-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente surgiu de uma grande indignação e do apelo de normativas internacionais em prol de crianças e adolescentes. Teve como objetivo principal evitar a construção social que separa os "menores" das crianças e se dirige às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direitos.

O Estatuto trouxe grandes mudanças na política de atendimento às crianças e aos adolescentes por meio da criação de instrumentos jurídicos que viabilizam, ou pretendem viabilizar, além do atendimento, a garantia dos direitos que são assegurados às crianças e aos adolescentes.

Conforme Alberton (2005), no ECA as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos como "Sujeito de Direitos" de "Prioridade Absoluta". Frente a esse Estatuto, observa-se o direito da criança e do adolescente perante um sistema de direitos fundamentais, conforme se encontra preconizado no art. 3º11 do referido documento legal. A respeito desses direitos fundamentais, o ECA traz consubstanciado no art. 4º12, 7º13 e no caput do art. 1.914 o direito à vida, saúde e convivência familiar e comunitária.

Ainda no art. 5º, fica estabelecido que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

E sobre o direito o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, estes estão previstos no art. 15 do ECA, consoante de que as crianças e os adolescentes são pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, que são garantidos na Constituição Federal, bem como em outras leis.

Conforme Freire Neto (2011), por meio desse dispositivo, o legislador buscou pôr a salvo as crianças e os adolescentes perante qualquer arbitrariedade por parte do Estado, da família ou da sociedade.

O artigo 88, inc. I a VII, dispõe que as diretrizes da política de atendimento às crianças e aos adolescentes do Estatuto, visam conclamar a participação da sociedade civil para atuar de forma participativa e paritária perante os organismos governamentais, para elaborar as políticas

de atendimento na área da infância. Fazendo surgir os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, nos três níveis de poder.

Assim, em cumprimento ao que se encontra disposto no art. 13.115 do ECA, os Conselhos Tutelares são órgãos que visam à proteção e à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, preconizando, ainda no art. 132, que em todo o município brasileiro deverá haver, pelo menos, um Conselho Tutelar.

Nesse sentido, o ECA, no caput do art. 13, dispõe que em casos que haja suspeita ou confirmação de maus-tratos, estes devem ser obrigatoriamente "[...] comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providencias" (TRINDADE; SILVA, 2005, p. 246).

Nesse sentido, os relatos deixam claro o que dispõe o art. 1.816 do Estatuto da Criança e do Adolescente, concernente de que a proteção e as garantias das crianças e dos adolescentes é dever de todos (família, sociedade e estado).

Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente

Com o passar dos anos, crianças e o adolescentes passaram a ser considerados como sujeito de direitos, conforme estabeleceu a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e da Adolescência, que os assegurou em sua proteção integral. Esta deveria estar consoante aos direitos humanos de qualquer cidadão, levando-se em conta as peculiaridades do desenvolvimento da criança e do adolescente.

Por meio de campanhas com setores governamentais e diversos segmentos da sociedade civil, buscou-se debater sobre os mecanismos e as políticas voltadas à proteção e ao atendimento da criança e do adolescente. Nasceu, a partir disso, o Fórum Nacional Permanente de Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, que teve uma considerável importância no contexto de incluir na Constituição a emenda pelos direitos da criança e do adolescente.

Cury, Garrido e Marçura (2002, p. 21), sobre os fundamentos da proteção integral afirmam:

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, o ECA revolucionou o Direito Infantojuvenil, por meio da adoção da doutrina da proteção integral. Sendo essa visão, conforme Liberati (2010, p. 15) "[...] baseada nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes, que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral (TJSP, AC 19.688-0, Rel. Lair Loureiro)".

Amaral e Silva (1989 apud PEREIRA, 2008, p. 24) pontuam com exatidão que:

[...] a Doutrina Jurídica da Proteção Integral preconiza que o direito do menor não deve se dirigir apenas a um tipo de menor, mas sim a toda a juventude e a toda a infância, e suas medidas de caráter geral devem ser aplicáveis a todos os jovens e a todas as crianças. Como medida de proteção deve abranger todos os direitos essenciais que fundamentam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos emanados das Nações Unidas.

Trindade e Silva (2005), concernente à proteção integral, consideram que de maneira geral é possível estimar que a maioria das crianças e dos adolescentes está distante de seu direito em sua forma plena, uma vez que se encontram em situação de carência econômica, social e familiar, o que reflete no fato de se tornarem adultos de alguma forma já violentados.

Importante ressaltar que esse pensamento precisa ser revisto e revertido, pois vai de encontro ao direito da proteção integral, que se entende ser abrangido não por um único direito específico, mas sim por todos aqueles concernentes ao plano civil, político, social e cultural,

considerando-se que por estarem em fase de desenvolvimento físico e psíquico as crianças e os adolescentes necessitam de cuidados especiais. É de suma relevância que a eles sejam instituídos direitos e garantias, para que tenham um pleno desenvolvimento, a fim de tornarem-se cidadãos adultos integrais na sociedade.

O Problema Investigado

É sabido que as crianças e os adolescentes não tinham muitos direitos e garantias consagrados no nosso ordenamento jurídico pátrio. Constata-se que os direitos da criança e do adolescente ganham cada vez mais destaque na sociedade, o que significa dizer que obtivemos uma evolução jurídica nesse campo.

A partir da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente surgiu a doutrina de proteção integral, onde temos como destaque o princípio constitucional da dignidade humana.

Com a promulgação da Carta Maior de 1988, em que se proclamou a "Doutrina de Proteção Integral" à infância e à juventude, a qual regeria a lei promulgada em 1990.

Metodologia da Pesquisa

A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória, feita por meio de levantamentos bibliográficos, bem como uma pesquisa descritiva e explicativa, onde se pretendeu identificar a importância da evolução jurídica dos direitos das crianças.

No método bibliográfico foram utilizados livros e artigos científicos, para fundamentar a pesquisa (livros, revistas, códigos, jurisprudências, Constituição, entre outros).

A pesquisa científica se desenvolveu por meio de métodos adequados à obtenção de resultados e ao acréscimo de conhecimento.

Análise dos Resultados

Podemos verificar que a responsabilização de toda a sociedade civil pela violação de direitos de crianças e jovens superou os conceitos abrangidos nos Códigos de Menores anteriores; houve a substituição pelo conceito de cidadania, cujo pressuposto não é apenas de que o ci-

dadão tem direitos e privilégios, mas que também que é responsável por atitudes, possuindo, dessa forma, deveres que refletem em um todo, principalmente no que diz respeito à defesa de direitos da população infantil e juvenil.

Ao longo dos estudos realizados, identificou-se dois fatores que concorrem para as dificuldades de se obter a eficácia plena do ECA e, especificamente, a eficácia social da Política de Atendimento nele prevista: a ausência de políticas sociais básicas por parte do Estado e o engessamento da mentalidade dos agentes envolvidos na dinâmica do ECA, moldada nos superados padrões do Código de Menores.

O ponto fundamental para a eficácia do ECA são os esforços de integração de políticas, aliados ao atrelamento de um paradigma obsoleto de política social, que não comprometa a estrutura econômica. A política de atendimento é impraticável com a permanência de meras políticas sociais de caráter assistencialista.

Considerações

Este trabalho teve por objetivo pesquisar, analisar e descrever a evolução histórica acerca do direito da criança e do adolescente. Verifica-se que a evolução jurídica do direito da criança e do adolescente por muito tempo ficou incipiente frente aos ordenamentos jurídicos, dando origem às primeiras medidas no Código Criminal de 1830, com a doutrina penal do menor, mas, mesmo assim, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, o tratamento dispensado à criança e ao adolescente era negligente e discriminatório.

De todo o contexto exposto, podemos entender que as crianças e os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direito, tornando-se titulares de direitos como os adultos.

Mesmo com todo amparo constitucional que a criança e o adolescente possuem nos dias atuais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente instituído pela Lei nº 8.069/90, assim como os dispositivos na Carta Magna, o que se verifica é que os casos de violência praticada contra eles são, infelizmente, em grande escala subnotificados.

E, levando-se em conta a ausência de plena maturidade física e psíquica, necessitam de proteção especial integral para que seus direitos

sejam resguardados, haja vista que as experiências durante o período infantojuvenil refletem em sua constituição enquanto indivíduo e, consequentemente, em nossa sociedade.

Nesse prisma, diante dos direitos da criança e do adolescente, é importante que sejam adotadas medidas eficazes e que se atualizem constantemente os dispositivos presentes, para promover maior eficiência com relação à política de proteção integral à criança e ao adolescente.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, J. H. V.; FERREIRA, P. R. V. Convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: . Acesso em: 17 set. 2011.

ALBERTON, M. S. **Violação da infância**: crimes abomináveis: humilham, machucam, torturam e matam! Porto Alegre/RS: AGE, 2005.

ALMEIDA, R. E. F de. **Considerações acerca da violência sexual intrafamiliar**. 2009. 29 f. Artigo Científico Jurídico apresentado como exigência final da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Disponível em: . Acesso em: 02 out. 2011.

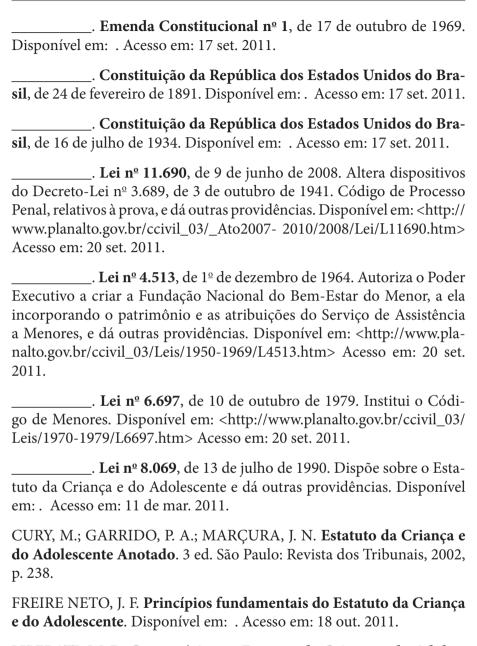
AZAMBUJA, M. R. F. de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? Revista **Virtual Textos & Contextos**, n 5, nov. 2006. Disponível em: . Acesso em: 17 set. 2011.

_____. **Violência sexual intrafamiliar**: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BARROS, N. V. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. Rio de Janeiro, 2005. 248f. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: . Acesso em: 02 out. 2011.

BITENCOURT, L. P. Vitimização secundária infanto-juvenil e violência sexual intrafamiliar: por uma política pública de redução de danos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nºs 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.



LIBERATI, W. D. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 11 ed. rev. e ampl. de acordo com a Lei nº 12.010, de 3/8/2009. São Paulo: Malheiros, 2010.

LIMA, F. R.; SANTOS, C. **Violência doméstica**: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, T. S. da. **Direito da criança e do adolescente**: uma proposta interdisciplinar. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TAVARES, J. F. de. **Direito da infância e da juventude**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

TRINDADE, J.; SILVA, M. L. Crianças e adolescentes vítimas de violência: envolvimento legal e fatores psicológicos estressores. In. TRINDADE, J. Direito da criança e do adolescente: uma abordagem multidisciplinar. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, n 54, out./2004 a abr./2005. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 243-264.

TOMÁS, C. A. **Dia mundial da criança**: um percurso difícil. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2011.

VANNUCHI, P. T. de; OLIVEIRA, C. S. de. (Apresentação). **Direitos humanos de crianças e adolescentes** – 20 anos do Estatuto. Brasília, D.F.: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

VIANNA, G. C. de. **Direito infanto-juvenil**: teoria, prática e aspectos multidisciplinares. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Tadeu Galvão Maesse

Especialista *Lato Sensu* em Direito Penal Email: tadeumaesse@gmail.com

Resumo

A questão dos direitos fundamentais enseja sempre inúmeras reflexões. Pode-se indagar se eles sempre existiram ou se são construções históricas, além disso, é necessário saber a expressão correta para designá-los, se são mutáveis acompanhando a evolução humana, ou ao contrário se são imutáveis. Tais temas serão averiguados no presente artigo sem a pretensão de esgotar o tema.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direitos do Homem. Direitos Fundamentais.

Abstract

The question of the basic rights always tries innumerable reflections. It can be inquired if they had always existed or if they are historical constructions, moreover, it is necessary to know the correct expression to assign them, if they are changeable following the evolution human being, or in contrast they are invariant. Such subjects will be inquired in the present article without the pretension to deplete the subject.

Keywords: Human Rights. Right of the Man. Right Basic.

Introdução

Os direitos humanos são fundamentados no resguardo da vida humana e na garantia da tutela de sua dignidade. Devido a essa amplitude, a matéria abarca discussões de grande envergadura, frequentemente travadas entre os juristas que se dedicam a estudar o assunto. Muitas das dúvidas existentes podem ser esclarecidas por meio da observação histórica do processo de construção e evolução dos direitos humanos.

A pretensão deste tópico é expor a composição elaborativa dos elementos que caracterizaram os direitos humanos ao longo de seu trajeto cronológico, enfatizando-se que a identificação dos marcos históricos que trouxeram efetiva inspiração aos legisladores para a internalização do espírito das premissas evidenciadas nos princípios dos direitos humanos, permite que se construa o conhecimento necessário à percepção de que o direito contemporâneo, embora alicerçado no passado, fundamenta-se em princípios e regras totalmente diferentes.

A visualização transparente dos tempos de outrora permite recobrar o vigor das experiências exitosas, substituir as fracassadas e compor novos modelos, minimizando a reiteração de equívocos. Os registros históricos podem e devem ser utilizados pelas gerações contemporâneas de operadores jurídicos como instrumentos de análise crítica da forma como o direito foi realizado, para revigorar as atitudes positivas, aperfeiçoar aquelas imperfeitas e substituir as ações que não conseguiram produzir justiça. Tudo isso, inexoravelmente, volta-se em benefício da coletividade.

Contudo, não se pode perder de vista que o conhecimento construído com a investigação histórica somente terá valor científico comprobatório se na interpretação dos dados coletados forem utilizados os critérios inspirados na cultura do momento examinado. De fato, o significado de cada informação histórica somente se manifesta de forma adequada e em plenitude se for verificado no cenário real do qual o objeto sob investigação fez parte. Por exemplo, o historiador, para pesquisar, estudar e avaliar com propriedade determinado objeto, precisa conhecer previamente os valores culturais e sociais das pessoas que o criaram ou dele fizeram uso.

É nesse pensar que se justifica a aplicação do método da historicidade na produção cognitiva acerca dos direitos humanos, que são "históricos como qualquer direito". De faro, surgem com as revoluções burguesas do século XVIII e evoluem, ampliando-se com o decorrer dos tempos.

O estudo parte da perspectiva de que as formas de relacionamentos sociais e as normas que os regram deitam suas origens no passado, tornando-se imperioso investigar acerca das suas raízes, para apreender a função que desencadeiam na atualidade e, a partir daí, identificar a natureza jurídica do instituto sob investigação. De igual modo, a abordagem histórica dos direitos humanos permite revelar as razões que levaram ao seu reconhecimento e positivação jurídica, bem como a forma procedimental da sua construção ao longo do tempo.

A apresentação do tema segue o critério cronológico da tradicional história universal que desenvolveu os grandes ciclos das evoluções humanas e que foi dividida em quatro períodos, delimitados a partir de eventos políticos de destaque: Idade Antiga (até 476 d.C.); Idade Média (476-1453), Idade Moderna (1453-1789) e Idade Contemporânea (1789 até a atualidade), porque esta é a história percorrida pelo sistema jurídico greco-romano adotado no Brasil. Informe-se que nos quadros iniciais as datas são aproximadas, sendo que à medida que os acontecimentos se tornam menos remotos adquirem maior exatidão.

Desenvolvimento

Os direitos fundamentais são fruto de grande evolução histórica e social, que levou a sua consagração ao que se apresenta hoje; logo, pensarmos em direitos fundamentais, como "simples direitos", não reflete a realidade, sendo que, até os dias atuais, inúmeras foram as mobilizações sociais e as mutações sofridas; a sociedade sofreu mutações assim como suas necessidades e, por certo, os direitos fundamentais a acompanharam.

Ao longo do tempo, a sociedade deparou com a necessidade de proteção de alguns direitos inerentes ao ser humano, compreendendo que sem a proteção destes direitos, jamais haveria uma sociedade justa que pudesse perdurar ao longo dos anos, logo, compreendeu-se, acima de tudo, que dever-se-ia proteger um bem que deveria estar acima de todos os outros e, ainda mais, que tal bem jurídico protegido deveria

servir de norte a todos os demais direitos constantes do ordenamento jurídico, sendo este bem tão precioso, denominado bem da vida, e vida com dignidade, e com isso a dignidade da pessoa humana ganha relevo, por certo fundada nas transformações sociais e nas exigências de uma sociedade que clamou tal proteção.

Assim, temos que o reconhecimento de direitos humanos, assim como a positivação dos direitos fundamentais, apenas foi possível por meio da evolução histórica, ou seja, tais direitos não surgiram todos de uma vez, mas foram sendo descobertos, declarados conforme as próprias transformações da civilização humana, sendo a luta pela limitação do poder político um dos principais fatores para o acolhimento destes direitos (COMPARATO, 2003, p. 40).

A primeira manifestação de limitação do poder político deu-se no século X a.C., quando se instituiu o reino de Israel, tendo por Rei Davi, que se proclamava um delegado de Deus, responsável pela aplicação da lei divina e não como faziam os monarcas de sua época, proclamando-se ora como o próprio deus, ora como um legislador que poderia dizer o que é justo e o que é injusto (COMPARATO, 2003, p. 40).

A Grécia Antiga também lançou bases para o reconhecimento dos direitos humanos, sendo que sua primeira colaboração foi no sentido de colocar a pessoa humana como centro da questão filosófica, ou seja, passou-se de uma explicação mitológica da realidade para uma explicação antropocentrista (MARTINS, 2003, p. 21), possibilitando, então, refletir sobre a vida humana.

Aristóteles afirma ser o homem um animal político (ARISTÓTE-LES, 2004, p. 146), ou seja, que se relaciona com os demais, que está integrado a uma comunidade, podendo alguns, inclusive, participar do governo da cidade, sendo esta uma outra contribuição dos povos gregos, a possibilidade de limitação do poder por meio da democracia que se funda na participação do cidadão nas funções do governo e na superioridade da lei (COMPARATO, 2003, p. 41).

Ainda na Grécia, surgiu a ideia de um direito natural superior ao direito positivo, pela distinção entre lei particular, sendo aquela que cada povo dá a si mesmo, e lei comum, que consiste na possibilidade de distinguir entre o que é justo e o que é injusto pela própria natureza

humana; essa distinção feita por Aristóteles tem como exemplo a peça Antígona, em que se invoca leis imutáveis contra a lei particular que impedia o enterro de seu irmão (LAFER, 1998, p. 35).

Os estoicos colaboraram com o reconhecimento de direitos inerentes à própria condição humana ao defenderem uma liberdade interior inalienável (ISRAEL, 2005, p. 53) a do pensamento que se encontra em todas as pessoas, ideia depois continuada por meio de Cícero (ANDRADE, 1998, p. 12).

Na Roma clássica também existiu o *ius gentium*, que atribuía alguns direitos aos estrangeiros, embora em quantidade inferior aos dos romanos (MIRANDA, 2000, p. 16), e a própria possibilidade de participação do povo nos assuntos da cidade serviram de limitação para o exercício do poder político (COMPARATO, 2003, p. 43).

O surgimento do cristianismo também lançou bases para os reconhecimentos dos direitos humanos ao limitar o poder político por meio da distinção entre o que é de "César" e o que é de "Deus", e do fato da salvação por intermédio de Jesus Cristo ser possível a todas as pessoas de todos os povos.

Entretanto, embora a antiguidade tenha prestado inúmeras contribuições ao reconhecimento de direitos relativos à pessoa humana, durante esse período, práticas como a escravidão, diferenciação por sexo ou classe social era comum, o que não acabava com seus méritos, pois, como já afirmado, tais direitos não nascem como uma revelação, mas vão, poupo a pouco, acompanhando o próprio caminhar da civilização humana.

A sociedade medieval foi caracterizada pela descentralização política, ou seja, a existência de vários centros de poder, pela influência do cristianismo e pelo feudalismo, decorrente da dificuldade de praticar a atividade comercial. Estava dividida em três estamentos (clero e nobreza), o clero, com a função de oração e pregação; os nobres, com o objetivo de vigiar e proteger; e o povo, com a obrigação de trabalhar para o sustento de todos.

A partir da segunda metade da Idade Média começou-se a difundir documentos escritos que reconheciam direitos a determinados estamentos, a determinadas comunidades, nunca a todas as pessoas, principalmente por meio de forais ou cartas de franquia (FERREIRA F., 1998, p. 11).

No campo teórico foi de fundamental importância os escritos de São Tomás de Aquino ressaltando a dignidade e a igualdade do ser humano por ter sido criado à imagem e semelhança de Deus e distinguindo quatro classes de lei: a lei eterna, a lei natural, a lei divina e a lei humana, esta última, fruto da vontade do soberano, entretanto, devendo estar de acordo com a razão e limitada pela vontade de Deus (MAGALHÃES, 2000, p. 18-19).

A prática jurídica, entretanto, demonstrou uma prevalência do grupo sobre o indivíduo, não existindo direitos humanos universais, ou seja, reconhecidos para toda e qualquer pessoa, mas sim direitos dirigidos a determinados estamentos aliados a uma limitação territorial (RU-BIO, 1998, p. 72).

A descentralização política, o predomínio do magistério da Igreja Católica, o estilo de vida feudal, que caracterizaram a idade média, deixam progressivamente de existir, dando azo para a criação de uma nova sociedade: a moderna.

Essa mudança comportamental é decorrente de vários fatores, como o desenvolvimento do comércio, que criou uma nova classe, a burguesia, que não participava da sociedade feudal; a aparição do Estado Moderno, ocorrendo a centralização do poder político, ou seja, o direito passou a ser o mesmo para todos dentro do reino, sem as inúmeras fontes de comando que caracterizavam o medievo; uma mudança de mentalidade, os fenômenos passaram a ser explicados cientificamente, por meio da razão e não apenas pela visão religiosa, ocorrendo, portanto, uma mundialização da cultura (MARTINÉZ, 1999, p. 115-127).

Assim, o Estado Moderno nasceu aliado à nova classe burguesa, que necessitava, em sua origem, de um poder absoluto, único, para desenvolver sua atividade com segurança, eliminando, pouco a pouco, a sociedade estamental, para uma nova sociedade em que o indivíduo começava a ter preferência sobre o grupo.

Embora tenha existido grande avanço nesse período, não se pode falar ainda em direitos considerados universais, ou seja, comuns a toda e qualquer pessoa apenas por pertencer à raça humana, pois os direitos eram meras concessões reais, podendo ser revogadas, ou seja, não constituíam um limite permanente na atuação do poder político.

Quando há mudanças históricas, há mudança de interpretação dos textos legais e da própria Constituição, desenhando-se novos paradigmas constitucionais. A assimilação das mudanças históricas, de fatores políticos e sociais, influenciam na alteração de paradigmas. O direito foi e é marcado por grandes transformações de cunho social, político, jurídico e econômico, isso em razão da constante mutação da sociedade, em alguns casos evoluindo, em outros, retrocedendo.

Há basicamente três grandes paradigmas constitucionais: do Estado de Direito, do Estado Social ou do Bem-Estar Social, e do Estado Democrático de Direito. Os paradigmas jurídico-constitucionais influenciam na interpretação e aplicação do direito, porquanto os Estados contemporâneos organizam-se sob a forma constitucional. Assim, o acúmulo de conhecimentos, os entendimentos, influenciam a concepção que as pessoas têm da Constituição e dos textos jurídicos a serem interpretados. Nesse contexto, os paradigmas jurídico-constitucionais de determinada época acabam por delimitar o alcance da interpretação constitucional.

Deve-se sempre considerar que o direito é um produto social. Como tal, sua interpretação está intimamente ligada aos paradigmas insculpidos em determinada época e local. Os paradigmas assim, também se modificam, e, com eles, modificam-se as interpretações dos textos jurídicos, moldadas pelas convicções e pelos anseios de uma sociedade em um determinado momento histórico.

O constitucionalismo, que se traduz na permanente tentativa de se instaurar e de se efetivar concretamente o ideal que inaugura a modernidade no nível da organização de sua sociedade complexa, acaba por gerar a crença de que constituímos uma comunidade de homens livres e iguais, coautores das leis que regem a vida em sociedade.

No contexto liberal, o Estado possuía um papel mínimo, o poder político era limitado, com a finalidade de garantir a liberdade individual dos cidadãos. A Administração Pública, a função estatal, ficava limi-

tada às funções clássicas de garantia da ordem social, defesa externa e administração da justiça, deixando à livre organização da sociedade e do mercado a regulação e a ordenação de todos os demais campos. As constituições, nessa fase, garantiam basicamente a limitação do poder político e a liberdade individual de cada cidadão em face do Estado. Nessa época, consagravam-se os princípios da legalidade e igualdade formal, pela proteção da propriedade privada e pela separação de poderes. A modalidade típica de texto constitucional limita o poder político na sociedade e enuncia os direitos individuais.

O Direito Administrativo era visto como excepcional, ou seja, cabia a ele apenas a função de regulação de situações *sui generis*, procurandose critérios que permitissem a segurança na aplicação do Direito Administrativo, identificando em quais situações específicas haveria lastro para a sua incidência.

O Estado Social passou a intervir ativamente na sociedade civil, atuando na produção econômica, controlando o sistema de trabalho e das relações de emprego, a promoção e a garantia de direitos fundamentais sociais, ou seja, aproximando-se da sociedade civil. Nesse contexto, a Administração Pública passou por grandes mudanças, tornando-se agente promotor da justiça social, incorporando várias atribuições materiais, que passaram a fazer parte do rol de competências administrativas, com a prestação de grande número de serviços públicos e explorando diretamente a atividade econômica. O Estado Social passou a tutelar a Sociedade. Era um estado paternalista, retirando do cidadão a participação e criando uma cultura de aceitação.

O Estado Democrático de Direito nasceu como uma resposta concomitante à frieza liberal em relação ao indivíduo e ao déficit democrático do Estado Social. Buscava, de um lado, o afastamento da construção de uma esfera de relações de igualdade meramente formal, desatenta das condições materiais da vida do indivíduo; de outro, enfrentava uma Administração Pública, que retirava dos cidadãos a capacidade de decisão autônoma e que a prove de bens e serviços . Por meio do respeito à esfera de liberdade individual, propunha-se habilitar os cidadãos a exercitarem seus direitos de participação na comunidade jurídica, como coautores que interferiam no processo de produção do direito.

O direito concebido no Estado Democrático é um direito constitucionalizado, um ordenamento complexo, marcado pela presença de regras e princípios como duas espécies normativas aplicáveis à vida do cidadão. É o período da consagração dos direitos fundamentais de terceira geração, direitos difusos, individuais homogêneos.

O Estado Democrático de Direito, sob o foco da Constituição Federal de 1988, é a organização política na qual o poder emana do povo. Este, por sua vez, o exerce diretamente ou por meio de representantes, escolhidos em eleições livres e periódicas, mediante sufrágio universal e voto direito e secreto, para o exercício de mandatos periódicos. No plano das relações com o indivíduo, pretende assegurar aos cidadãos o exercício efetivo não somente dos direitos civis e políticos, mas também e, sobretudo, dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Pode-se verificar que, no Estado Democrático de Direito, a legitimação da atuação estatal se dá com a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões pela interveniência em audiências públicas, direito de petição, acesso à informação, documentos, certidões, plebiscito, referendo etc. Assim, o cidadão tem realçada a participação democrática nos processos decisórios do Estado, já não mais conformados aos direitos políticos e individuais de formação liberal. A sociedade possui relevante contribuição para a determinação das decisões fundamentais.

Os direitos fundamentais de terceira geração se caracterizam pela titularidade difusa ou coletiva, são concebidos para a proteção não do homem isoladamente, mas de coletividades, de grupos. Como exemplo, podemos citar o direito ao meio ambiente equilibrado, à conservação do patrimônio histórico e cultural.

Nesse contexto, o princípio da legalidade passa a ter uma nova conotação, ou seja, não basta a lei prever pura e simplesmente, demanda-se uma atuação constitucional, não apenas lícita, pois o centro do ordenamento jurídico não é mais a lei, como entendiam os positivistas, mas a Constituição. A Administração Pública deixa de estar submetida apenas aos comandos legais, mas deve obediência à Constituição e aos princípios encartados.

A doutrina apresenta a classificação de direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações, com base na ordem histórica e cronológica que foram delineados.

Os direitos de primeira geração, trazido pelo Estado Liberal, são os direitos civis e políticos, os quais compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais, realçando o princípio da liberdade. Os direitos de segunda geração, que acompanharam o advento do Estado Social, ou seja, direitos econômicos, sociais e culturais, identificam-se com as liberdades positivas, reais ou concretas e acentuam o princípio da igualdade. Como enfatiza a doutrina, "Os direitos de segunda geração são chamados de direitos sociais, não porque sejam direitos de coletividade, mas por se ligarem a reivindicações de justiça social - na maior parte dos casos, esses direitos têm por titulares indivíduos singularizados". Os direitos de terceira geração, frutos da concretização do Estado Democrático de Direito, materializam os direitos de titularidade coletiva, atribuídos a todas as formações sociais, consagrando os princípios da solidariedade, constituindo um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos. Não são concebidos para a proteção do homem isoladamente, mas de coletividade, de grupos.

Essa distinção entre gerações dos direitos fundamentais é estabelecida apenas com o propósito de situar os diferentes momentos em que esses grupos de direitos surgem como reinvindicações acolhidas pela ordem jurídica. Deve-se ter presente, entretanto, que falar em sucessão de gerações não significa dizer que os direitos previstos em um momento tenham sido suplantados por aqueles surgidos em instantes seguintes. Os direitos de cada geração persistem válidos juntamente com os direitos da nova geração, ainda que o significado de cada um sofra o influxo das concepções jurídicas e sociais prevalentes nos novos momentos.

Assim, um antigo direito pode ter o seu sentido adaptado às novidades constitucionais. Entende-se, pois, que tantos direitos à liberdade não guardam, hoje, o mesmo conteúdo que apresentavam antes de surgirem os direitos de segunda geração, com as suas reivindicações de justiça social, e antes que fossem acolhidos os direitos de terceira geração, como o da proteção ao meio ambiente. Basta que se pense em como evoluiu a compreensão do direito à propriedade, desde a Revolução Francesa até a incorporação às preocupações constitucionais de temas sociais e de proteção do meio ambiente. Os novos direitos não podem ser desprezados quando se trata de definir aqueles direitos tradicionais.

Pode ocorrer, ainda, que alguns chamados novos direitos sejam apenas os antigos adaptados às novas exigências do momento. Assim, por exemplo, a garantia contra certas manipulações genéticas, muitas vezes, traz à baila o clássico direito à vida, confrontando, porém, com os avanços da ciência e da técnica.

As novas gerações de direito não afastam as anteriores. A visão em gerações apenas indica o caráter cumulativo da evolução desses direitos no tempo. Pode-se dizer que cada direito de cada geração interage com os das outras e, nesse processo, dá-se a comunicação entre eles.

Considerações

Ao longo do tempo, os Direitos Humanos foram modernizando-se e chegaram a ser uma ferramenta muito útil para que a humanidade pudesse conhecer seus limites e direitos para avançar rumo a um futuro melhor.

Muitos conflitos puderam ser solucionados nos artigos da Carta das Nações Unidas, as quais invocam a uma solução pacífica dos conflitos. Em muitas partes não se conseguiu ainda, mas os Direitos Humanos serviram para que muitas pessoas se dessem conta de que existe igualdade entre os seres humanos, sem importância de sexo, cor, raça, etnia, religião etc. Todas as pessoas têm os mesmos direitos e nenhum ser humano é superior ao outro por suas caraterísticas.

Os Direitos Humanos serviram-nos para criar uma sociedade mais digna, na qual não existam diferenças entre os homens. A raiz da Declaração dos Direitos do Homem tem-se visto que os problemas entre pessoas foram resolvidos de maneira mais justa e dentro do permitido nos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro, 1979.

BÍBLIA. A. C. **Bíblia sagrada**. Tradução do Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Barsa, 1969.

_____. Marcos. Capítulo 12, versículo 17.

CASTILHO, R. Direitos Humanos. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERREIRA F.; GONÇALVES M. Curso de direito constitucional. 34 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

PORTELA, P. H. G. **Direito internacional público e privado**. 6 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodym, 2014.

ROCHA, C. L. A. **Direito de para todos**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

DOMICÍLIO ELEITORAL: ASPECTOS CRÍTICOS

Juvenal Bacellar Neto

Especialista *Lato Sensu* em Direto Civil e Processo Civil. E-mail: Juvenal.bacelar@signorelli.edu.br

Resumo

A transferência ilegal de eleitores entre municípios limítrofes é uma realidade. Estas transferências, quando efetivadas, são financiadas por pessoas que têm objetivos políticos naqueles municípios e que usam estes eleitores de aluguel para elegê-los a cargo eletivo ou para mantê-los neles, causando danos irreparáveis ao sistema eleitoral e a população. Essas práticas ilegais, viciam o pleito eleitoral, elegendo representantes não escolhidos pelo povo, tirando da população local o direito de escolherem livremente seus representantes. Os conceitos subjetivos adotados pela Justiça Eleitoral para deferir a transferência de domicílio eleitoral, baseado no conceito de vínculos, que tanto podem ser familiar, trabalhista, patrimonial, social, afetivo e comunitários, acabam, em última instância, por validar essas transferências ilegais, tornando o corpo de eleitores ilegítimos, que, de forma alguma representam a vontade popular. Urge a adoção de um sistema que iniba ou acabe com este tipo de fraude, para que a comunidade possa exercer o seu sagrado direito de escolha, direito que, inclusive, é protegido constitucionalmente, sob pena de tanto a Justiça Eleitoral continuar legalizando a fraude quanto a população continuar refém da ditadura financeira e da falta de escrúpulos.

Palavras-chave: Políticos. Eleitores. Povo; Direito.

Abstract

The illegal transfer of voters between neighboring municipalities is a reality. Effective when these transfers are financed by people who have political objectives in those municipalities, which use these voters' rent, to elect them to elective office or to keep them on them, causing irreparable damage to the electoral system and the population. This illegal practice, the election viciam election, not elected representatives chosen by the people, making local people the right to choose freelytheir representatives. The concepts adopted by subjective Electoral Justice to grantthe transfer of domicile election, based on the concept of links, which can either befamily, labor, property, social, emotional and community, they ultimately validated by these illegal transfers, making the body of illegal voters, which in any way represent the popular will. Urge the adoption of a system that inhibit or stop this type of fraud, so that the community can, exercise your sacred right to choose, that right, even, isconstitutionally protected, under penalty of both the Electoral Justice continuelegalized fraud continue as the population hostage to the financial dictatorship and lack of scruples.

Keywords: Political. Voters. People. Right.

Introdução

O presente artigo tem por finalidade demonstrar os aspectos críticos do atual conceito de domicílio eleitoral, o qual, por ser elástico, facilita a ação criminosa de transferência ilegal de títulos de eleitor entre comarcas limítrofes, possibilitando a criação de corpo eleitoral ilegítimo, cuja finalidade é levar ao poder determinados candidatos que, não tendo trabalho político reconhecido na comunidade, valem-se deste expediente para garantir votos suficientes para levá-los ou mantê-los no poder, exercendo mandato eletivo, porém, sem o compromisso de realizar uma administração voltada para o bem-estar da população, e sim voltada para interesses próprios.

Comprar votos para manter-se no poder virou uma lucrativa indústria, lucrativa para quem compra, pois acaba realizando seu intento de comprar uma vaga para o Executivo ou para o Legislativo, mesmo sem ter votos naquele lugar e sem maiores compromissos com a cidade que vai administrar ou com o povo que vai governar, e para quem vende, pois na cultura de quem vende o voto, os políticos, em geral, não administram para melhorar a cidade ou a vida do povo, mas sim para beneficiar a si próprios, "político não faz nada mesmo, serão quatro anos perdidos, e já que eu vou perder meu voto, é melhor vender, pelo menos vou lucrar alguma coisa". E vendem o voto por pouco ou quase nada. Os votos negociados transformam o resultado do pleito eleitoral tornando-o artificial, viciado, sem representar a efetiva vontade da população.

Observa-se que, na maioria dos casos, os interesses daqueles que tomam de assalto o poder usando essa estratégia, são interesses que não são direcionados para o bem-estar da coletividade, e sim a interesses próprios, não totalmente transparentes e, frequentemente, meio nebulosos, ocultos.

Essa prática, que é lastreada no poder econômico, acaba por fraudar o sistema eleitoral, elegendo candidatos que não espelham a real vontade popular, impondo à população, eleição após eleição, não o governante que gostariam de ver administrando a cidade que escolheram para viver, mas aquele que melhor conseguiu desincumbir-se da missão de comprar votos sem ser apanhado pela Justiça Eleitoral.

Há de se reformular o conceito de domicílio eleitoral, para que haja não apenas a ocorrência menor de fraudes ao sistema eleitoral, mas, principalmente, para possibilitar que a disputa se realize dentro dos parâmetros em que foi idealizada, com oportunidade real e igualitária entre os concorrentes e não baseada em lastro financeiro, onde vence quem tem mais dinheiro para comprar mais votos e mais habilidade para negociar esses votos sem ser apanhado, seja direta ou indiretamente pela Justiça Eleitoral.

Domicílio Eleitoral e Domicílio Civil

O conceito de domicílio eleitoral adotado pelo Direito Eleitoral, insculpido no art. 42 do Código Eleitoral, na forma em que, originariamente foi idealizado, abrangendo em parte a ideia de domicílio civil, por si só já comportava uma grande amplitude no sentido de que, tendo o indivíduo mais de uma residência ou moradia, poderia escolher qualquer delas como domicílio eleitoral. O conceito de domicílio civil, que não comporta maiores interpretações, elege o animus definitivo como característica fixadora do domicílio civil do cidadão, exigindo para sua caracterização a ocorrência do liame psicológico existente entre o homem e o lugar que ele elegeu para seu domicílio, exige que haja a intenção do indivíduo em fixar-se naquele lugar com animus definitivo.

A seguir, a diferença entre domicílio eleitoral e domicílio civil.

O conceito de domicílio civil abrange, além da ideia de residência e domicílio, o animus de permanência, o liame psicológico de ali se instalar se não de forma definitiva, pelo menos por um bom período de tempo, tanto que fazem prova do domicílio civil, as taxas cobradas pela municipalidade no nome do indivíduo, o endereço fornecido junto a instituições financeiras ou em casas comerciais, o que difere do domicílio eleitoral, pois neste não há necessidade do animus definitivo.

O conceito de domicílio eleitoral, insculpido no art. 42 da Lei Eleitoral, fala de residência e moradia sem se importar com o elemento psicológico, que caracteriza o domicílio civil. Para o Direito Eleitoral, basta que haja comprovado um vínculo ainda que superficial do indivíduo com o lugar que ele elegeu para exercer seus direitos políticos. Basta que haja uma residência ou moradia, para que o direito do cidadão de se filiar àquela circunscrição eleitoral esteja garantido.

Domicílio Eleitoral

Art. 42 . O alistamento se faz mediante qualificação e inscrição do eleitor.

Parágrafo único – Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas.

Como se percebe, não há maiores considerações a serem avaliadas quando do pedido de alistamento ou transferência de domicílio eleitoral, a não ser um pequeno lapso de tempo que precisa ser comprovado. Esse conceito, que já tem mais de 63 anos, foi formulado pela primeira vez no Decreto-Lei nº 7.750 de 1945, repetido no Código de 1950, reeditado pela Lei nº 4.737 de 1965, permanecendo até a data de hoje, com pequenas variações temporais. Consideram atualmente para o deferimento do pedido de inscrição ou transferência, outros vínculos, não especificados no artigo 42, vínculos que são considerados à luz da subjetividade do eleitor, que na falta de um conceito mais restrito, taxativo, elege, segundo sua conveniência, determinado motivo e o coloca como elemento viabilizador do deferimento de seu pedido.

A fiscalização é elemento essencial para o sucesso do pleito eleitoral. Sua finalidade é assegurar que o candidato a eleitor daquela zona eleitoral tenha o vínculo que diz existir entre ele e aquela comunidade. A fiscalização antecipa-se aos pleitos, e começa quando o pretenso eleitor solicita sua inscrição ou a transferência de seu domicílio eleitoral para aquela zona.

O promotor eleitoral, de posse do pedido de inscrição, converte o pedido em diligência, determinando uma visita na residência informada pelo requerente para checar as informações que podem ser confirmadas a partir de pessoas que o conheçam. Podem fazer prova do tempo de domicílio eleitoral, a família, o próprio requerente ou os vizinhos que o conhecem. Confirmada as informações declaradas nas RAEs (Requerimento de Alistamento Eleitoral), e comprovadas que o tempo mínimo legal exigido pelo Código Eleitoral está cumprido, é emitido um parecer favorável às pretensões do requerente.

Esse procedimento minucioso é extremamente necessário, a fim de evitar as transferências ilegais, que incham algumas zonas eleitorais, principalmente as zonas eleitorais limítrofes com as grandes cidades. Essas transferências, quando efetivadas com sucesso, transformam a zona eleitoral em curral eleitoral, tirando a legalidade do pleito, pois oportunizam a concorrência de alguns candidatos endinheirados ou filiados a grandes esquemas políticos, que concorrem em condições desiguais. Alguns apoiados pelo poder financeiro e outros sem dinheiro para custear sequer as despesas de campanha, quanto mais patrocinar a transferência de eleitores.

Fiscalização

O conceito de fiscalização, ainda que embrionário, também estava presente, naquela época, a cargo do pároco da vila que conhecia todos os moradores e os identificava como eleitores; o parecer paroquial determinava quem podia e quem não podia votar. O equivalente ao agora atualizado atestado de residência, que faz prova de que o requerente é morador daquela circunscrição eleitoral, ou de seu vínculo com aquela cidade. Somente votavam os identificados pelo pároco local que conhecia toda a população, como moradores daquela vila.

Hoje, modernamente, fazem-se diligências locais a fim de verificar se o eleitor reside realmente onde informa residir.

A noção de tempo de residência na circunscrição eleitoral, requisito essencial para o deferimento do pedido hoje, também estava presente nas Ordenações do Reino. A Decisão $n^{\rm o}$ 57 do Reino, datada de 19 de junho de1822, determinava que o candidato a eleitor tivesse, pelo menos, um ano de residência na freguesia em que iria votar.

"Tem direito a votar nas eleições paroquiais todo o cidadão casado e todo aquele que tiver de 20 anos para cima sendo solteiro, e não for filho-família. Devem, porém, todos os votantes ter pelo menos um ano de residência na freguesia onde deram o seu voto."

A evolução foi lenta, desde as Ordenações do Reino até hoje, porém, em1828, foi instituído o voto direto, a inscrição prévia de eleitores, prazo mínimo de residência dentro do termo das vilas e cidades, entendimento este que perdura até hoje, com variações decorrentes da evolução social.

O domicílio eleitoral na circunscrição, foi eleito como uma das condições de elegibilidade, sem a qual torna-se impossível alistar-se ou transferir-se para nova zona eleitoral.

E aqui recomeçam os problemas, uma vez que comportando interpretações extensivas do conceito de domicílio eleitoral, pode o candidato a candidato usar todos os elementos subjetivos já elencados nos tópicos descritos, para conseguir transferir seu domicílio eleitoral para uma localidade onde não tenha maiores vínculos, mas que pretenda concorrer a cargo eletivo.

Como vemos, para ter direito a candidatar-se, o eleitor deve primeiro ter domicílio naquela circunscrição. Na prática, vemos que ocorre efetivamente uma série de decisões que são, inclusive, contraditórias entre si. Se há a exigência de o candidato a eleitor residir pelo menos por três meses naquele local, há de se considerar que há, além da exigência material, a edificação, a casa, a moradia, também o animus de lá permanecer ainda que por tempo determinado – na prática, a maioria apresenta um contrato de aluguel e funda seu direito na afirmativa de que tem residência naquele local, embora apenas tenha aparecido uma única vez por lá, para fazer o contrato de aluguel.

Em contrapartida, os tribunais têm interpretado de forma tão ampliada, que já decidiram até pela legalidade da transferência de eleitor, ainda que não mantenha residência civil na circunscrição.

Enfim, se se pode admitir inscrever eleitores que nunca moraram na circunscrição eleitoral, para que a exigência de morar há pelo menos três meses naquele lugar?

Efetivamente, porque o eleitor deve se incomodar em residir pelo menos há três meses naquele lugar se pode obter legalmente a transferência de seus direitos políticos para qualquer lugar por meio da comprovação de outros vínculos que não a moradia ou a residência?

Como forma de controle das zonas eleitorais, é costume indeferir os pedidos daqueles que não mantêm residência no local do pedido, ou que não comprovem efetivamente o vínculo empregatício ou patrimonial na circunscrição eleitoral. Contudo, diante das decisões dos tribunais eleitorais, os aplicadores do direito ficam sem chão para calçar suas decisões de indeferimento.

É exigência constitucional para aqueles que querem exercer seus direitos políticos, o domicílio eleitoral na circunscrição, segundo o art. 14 parágrafo 3º da Constituição Federal.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 3º – São condições de elegibilidade, na forma da lei

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição.

Sem domicílio eleitoral na circunscrição, em tese não poderia haver alistamento ou transferência, e, sem estes, o indivíduo não poderia votar ou ser votado. Contudo, várias decisões de Tribunais Regionais Eleitorais e do Superior Tribunal Eleitoral já decidiram por reconhecer o direito de votar e ser votado a pessoas que sequer tinham domicílio na circunscrição e, por extensão, inscrição naquela zona eleitoral.

Na verdade, esse reconhecimento é absolutamente contra *legem*, segundo o texto legal descrito, porém, várias dessas decisões já foram impostas aos operadores do direito eleitoral, decisões que, de imediato, não comportam questionamento devem ser cumpridas *incontinenti* e não questionadas de pronto.

Novamente estamos diante dos termos do atualíssimo Decreto nº 21.076 de1932, ainda que por via transversal. Melhor seria a adoção integral desse Decreto que, pelo menor, extinguiria uma das fases mais complicadas do processo eleitoral que são as diligências.

Os modernos conceitos de vínculos atualmente utilizados deferem pedidos de alistamento e transferências.

Atualmente, vários conceitos são admitidos pela Justiça Eleitoral como causa de pedir alistamentos ou transferências. A grande maioria dos pedidos apruma-se na afirmação de que o requerente mantém vínculos com aquela circunscrição eleitoral. São muitos os vínculos apontados como causa de pedir.

São vínculos apontados como causa de pedir a transferência, os vínculos:

Patrimoniais – qualquer pessoa que tenha patrimônio na circunscrição eleitoral pode invocar esse vínculo.

Familiares – O interessado tendo familiares na circunscrição pode invocar esse vínculo.

Afetivos – O interessado, tendo um relacionamento afetivo na cidade, pode invocar esse vínculo.

Políticos – Se o interessado tiver vínculo de amizade com muitas pessoas, pode alegar ter vínculos políticos naquela localidade.

Social – Patrocinar ou fazer parte de alguma sociedade no local, já é motivo de requerer transferência de domicílio eleitoral.

Trabalhista – Trabalhar eventualmente, ou em regime de plantão em uma cidade, pode ser invocado como causa de pedir transferência de domicílio eleitoral.

Comunitário – Ser integrado com uma determinada comunidade torna-se vínculo comunitário e pode ser invocado quando do pedido de transferência de domicílio eleitoral.

Como se pode notar, as causas de indeferimento de pedido de alistamento são quase que absolutamente inexistentes. Não há muita coisa a fazer.

Desde que o requerente se qualifique diante da zona eleitoral onde pretende exercer seu direito político de votar e ser votado, e apresente os documentos elencados no art. 44 da Lei Eleitoral e faça prova, mesmo que frágil do lapso temporal, está praticamente inserido no sistema eleitoral daquela circunscrição.

Alguma irregularidade ou omissão que eventualmente apareça nessa fase, o Juiz eleitoral fixará prazo razoável para ser sanada.

As causas de indeferimento de pedido de transferências dá-se basicamente pela fragilidade da prova temporal ou a questões relacionadas com os prazos.

Temos, nessa oportunidade, três prazos a serem observados:

- Entrada do requerimento no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição;
- Transcorrência de pelo menos 1 (um) ano da inscrição primitiva;
- Residência mínima de três meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial ou provada por outros meios convincentes.

Com relação aos aspectos críticos a serem considerados quando do deferimento dos pedidos de transferências por qualquer motivo

Como já dito anteriormente, a pluralidade de escolhas com relação ao domicílio eleitoral e sua transferência entre zonas eleitorais sem maiores impedimentos, principalmente nas zonas eleitorais limítrofes a grandes centros populacionais, torna crítica a situação das transferências de eleitores para zonas eleitorais menores, pois não havendo praticamente nenhuma restrição a essas transferências, grandes cadastros de eleitores são transferidos sem que a Justiça Eleitoral sequer se aperceba desse fato. E se o município tiver uma arrecadação expressiva, pior ainda, pois os interessados em administrar essas incríveis somas ao mês, não se sentem intimidados com a atuação da Justiça. Muito pelo contrário, esquemas são continuamente planejados para implantar novos eleitores dentro da zona eleitoral, a fim de assegurar que determinados candidatos tenham sua eleição garantida.

Também quem possui domicílio eleitoral naquela circunscrição deve ter seu pedido concedido.

Domicílio Eleitoral: Noção

A definição de domicílio eleitoral há de ser implementada com flexibilidade. Constatado que o endereço fornecido corresponde à residência do declarante, isso é impossível de concluir pelo tipo do art. 350 do Código Penal.

O animus definitivo não a compõe. Enfim, essa é a visão do TRE e os resultados desastrosos para as circunscrições eleitorais limítrofes com grandes municípios.

Na atual visão do TSE, com relação ao conceito de domicílio eleitoral, qualquer pedido que contenha por base elemento fundado em vín**C**ulos patrimoniais, afetivos, políticos, sociais ou comunitários, legitimam o pedido e garantem o alistamento ou a transferência.

Menciona-se a questão do alistamento porque, em tese, os promotores eleitorais e os cartórios eleitorais não têm condições de fiscalizar as informações contidas nas RAEs, sobre o tempo de residência informado. É comum o requerente informar que reside há mais de três meses naquele local, e como as promotorias eleitorais e os cartórios eleitorais não têm como efetivar a fiscalização, acabam deferindo o título de eleitor a pessoas que nunca moraram naquela circunscrição eleitoral, embora afirmem e até façam prova de que lá residem sem que jamais tenham posto sequer os pés naquele local.

Que interesse tem alguém em tornar-se eleitor ou candidatar-se a cargo eletivo em uma cidade na qual sequer mora, e, portanto, nada sabe dos problemas estruturais da cidade como processamento de lixo, problemas com o hospital, policiamento deficiente etc., ou alguém que tem apenas um terreno improdutivo, que visita uma vez por ano quando muito, para certificar-se de que ainda não invadiram o seu terreno?

E os tais vínculos afetivos, quais são, além daqueles que englobam a família? Será que apenas achar uma cidade bonita e visitá-la em um domingo é vínculo afetivo suficiente que justifique alistar uma pessoa naquela circunscrição eleitoral, outorgando-lhe poderes para decidir o destino daquele município por meio do voto? E conceder transferência de domicílio eleitoral a quem mora em outra cidade e mantém eventual vínculo comercial no município?

E o que dizer dos vínculos comunitários, que sequer sabemos exatamente em que se fundam. Considerando a fragilidade do vínculo e os resultados que resultam desastrosos para as zonas eleitorais, considerando que a escolha dos administradores é um interesse público da mais alta relevância, melhor seria que o conceito de domicílio eleitoral fosse taxativo sem comportar decisões tão elásticas, a fim de evitar a fraude, as transferências fraudulentas de eleitores para outras circunscrição eleitoral e preservar a lisura do pleito.

Embora o art. 42 do Código Eleitoral se refira à residência ou moradia, sem comportar o animus de ali se estabelecer de modo definitivo, pelo menos por uma temporada, cabe ressaltar que a jurisprudência

vem desfigurando o sentido das palavras quando adota critérios subjetivos como os conceitos de vínculo – que podem ser patrimoniais, comunitários, afetivos etc.

Contudo, essa é a atual visão dos Tribunais Eleitorais, visão que, em sentido macro, pode até ser entendida como uma legislação de grande avanço social, pois contempla a liberdade de escolha do cidadão, e liberdade de escolha está politicamente correta, alinhada com os conceitos de liberdade social, direitos fundamentais etc., porém, em uma visão mais restritiva, podemos notar o poder destruidor dessa prática. O poder político é tomado de assalto por aqueles que têm poder econômico e meta preestabelecida, e a população, que depende da administração pública para ter uma qualidade de vida melhor, muitas vezes tem de engolir um administrador que não trabalha, é relapso, não tem projetos para a cidade, dilapida os recursos do município, infelicita a vida dos munícipes, desviando as verbas dos convênios, que acabam aplicadas em outras atividades que não aquelas para as quais foi destinada no convênio e que, em geral, tem de repor o dinheiro gasto na compra de votos - transporte de eleitor de uma cidade para a outra, alimentação dos eleitores, dinheiro que, provavelmente, vai acabar saindo dos cofres públicos; dinheiro do povo que vai parar em mãos erradas. E o povo sofre injustamente por longos quatro anos, pois tem de submeter-se a uma administração que não escolheu, descompromissada com a realidade e com o futuro, e, por isso, pede insistentemente a intervenção da Justiça para restaurar seu direito de escolher livremente seus administradores. E quando a situação perdura, a Justiça Eleitoral torna-se desacreditada e a população, revoltada, protesta de forma acintosa, inclusive queimando o título de eleitor em praça pública, em uma busca desesperada por justiça ou por alguém que lute por sua causa.

Considerações

O objetivo do presente artigo é mostrar a transferência de eleitores entre municípios limítrofes, que é uma realidade. Essas transferências, quando efetivadas, são financiadas por pessoas que têm objetivos políticos naqueles municípios, objetivos que nem sempre são os mais favoráveis para a comunidade. Os resultados de tal prática são desastrosos para a comunidade, viciam o pleito eleitoral, tirando da população local o direito de escolherem livremente seus representantes.

A elasticidade do conceito de domicílio eleitoral permite que essas operações se processem quase que sem nenhuma restrição ou maiores dificuldades.

Os promotores eleitorais, a quem cabe a função fiscalizadora, em geral não têm a menor condição de fiscalizar as informações declaradas nas RAEs, por falta de pessoal e logística necessárias para deslocar-se até os endereços declarados, passando a fazer a fiscalização por amostragem e, em geral, somente na sede do município.

É imprescindível uma mudança no conceito de domicílio eleitoral a fim de evitar que pessoas inescrupulosas, mas com bom suporte financeiro, possam utilizar-se de meios fraudulentos para transferir eleitores de um município para outro a fim de eleger-se para cargo eletivo ou manterem-se neles comprando votos.

Necessitamos encontrar uma fórmula adequada para o conceito de domicílio eleitoral, que possa conter a migração de eleitores para qualquer outra zona eleitoral diversa do local de seu domicílio civil ou disciplinar, taxativamente os casos em que o domicílio eleitoral deva ser deferido.

É bem verdade que para se transferir domicílio eleitoral há de se comprovar um tempo mínimo de residência naquele lugar, porém, as condições de trabalho dos promotores eleitorais, como dito anteriormente, responsáveis por essa diligência, em geral não permitem que a diligência seja realizada, o que inviabiliza um controle mais rigoroso por parte do Estado.

O fato dos TRE e TSE não considerarem delito tipificado no art. 289 do Código Eleitoral, ou ainda do art. 350, a declaração de domicílio eleitoral diverso daquele em que reside, isso tem se mostrado perverso para as zonas eleitorais limítrofes.

Muitos eleitores têm interesse de defender e preservar, por meio do voto, os locais onde ele tem mais ligações, seja na modalidade que for, onde habita por 26 dias no mês, onde tem residência, paga contas, tem filhos estudando, faz faculdade, mantém outro emprego ou dá plantão uma vez por semana, vai pescar em um fim de semana, visita um parente uma vez ao ano.

Qual a justificativa do eleitor para que tenha de sair de sua cidade para votar em outra a mais de 100 quilômetros de distância de onde exerce suas atividades principais e tem maior interesse a preservar?

Há de se fazer um esforço para garantir um dos direitos mais fundamentais do homem moderno, que é o da livre escolha, direito garantido pela Constituição.

Hoje, vivemos em um país livre, sob a égide da democracia, em pleno século XXI, onde os direitos mais fundamentais, entre eles a liberdade – inclusive a liberdade de escolhas – são defendidos pela Constituição; onde é reconhecido o direito das minorias, dos velhos, os direitos étnicos, e é inconcebível que se possa aceitar, ou sequer tolerar a ditadura civil, transmutada na ferrenha determinação de um grupo de pessoas que impõe normas a toda uma comunidade.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. A era dos direitos. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. In: **Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar**. 8 ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2008.

BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. In: **Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar**. Porto Alegre, 1997.

CHACON, V. História dos partidos políticos brasileiros. Brasília: UnB, 2002.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

FERNANDES, F. **Que tipo de República?** Desafio Constituinte. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico. Elaboração e Formatação. Explicitação das Normas da ABNT. 14 ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

PÁDUA, C.; LUZ, T.T. P. de; LUZ, C. M. A. P. de. **Tratado de Direito Eleitoral**. São Paulo: Premier, 2008.

PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, J. H. Conciliação e reforma no Brasil, um desafio histórico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

TSE. **2008 Código eleitoral anotado e legislação complementar**. 8 ed. rev. e atual. Brasília .

A AUDITORIA E A SUA PERSPECTIVA NA ÁREA DA SAÚDE

César Carriço da Silva Doutor em Ciências (UFRRJ). E-mail: carrico82@hotmail.com

Resumo

As instituições privadas e estatais se ressentem da falta de especialistas em função de complexidade do atendimento das instituições na área da saúde. A auditoria dos serviços de saúde objetiva, prioritariamente, a formação de capital humano com sólidos conhecimentos de princípios, técnicas e ferramentas da auditoria, capazes de avaliar a qualidade da assistência em saúde e os custos decorrentes da prestação dessa atividade, bem como proporcionar aos alunos um excelente desempenho nas instituições em que atuam, tanto na área de auditoria de contas como na de auditoria de qualidade.

Palavras-chave: Atenção Primária. Auditória em Saúde. Saúde.

Resumen

Las instituciones privadas y estatales resienten de la falta de expertos en complejidad debido a la atención de las instituciones en el campo de la salud. La auditoría de los servicios de salud objetivas formación de capital humano principalmente con sólidos conocimientos de los principios, técnicas y herramientas de auditoría, capaz de evaluar la calidad de la atención de salud y los costos de proporcionar essa actividad, así como proporcionar al estudiantes un excelente rendimiento en las instituciones en las que operan tanto en la auditoría de cuentas como en el control de calidad.

Palabras-clave: Atención Primaria. Auditoría de la Salud. Salud.

Introdução

A área da auditoria tem apresentado uma diversidade de conceitos e modalidades, variando com os autores e as instituições. Sua disponibilidade é como um dispositivo de controle está consolidado na área da economia, geralmente utilizada em sua vertente contábil financeira, aferindo valores de maneira a conferir a existência de fraude ou roubo. Pode, ainda, vincular-se aos processos gerenciais, assumindo, além da função de controle, por meio de análises, avaliações e comprovações, a de reorientação das ações, funções e/ou serviços (ATTIE, 1984; ZUCCHI, 1992; PINA; TORRES, 2001; MARQUES; ALMEIDA, 2004).

Barzelay (2002) afirma que a auditoria consiste em uma forma de investigação que tem o intuito de verificar o cumprimento de critérios e ações. O autor sinaliza que um dos pressupostos que distingue a auditoria clássica de avaliação de programas é que esta tem como principal modelo a máquina burocrática, reproduzindo, de forma fiel, a estrutura burocrática, ao privilegiar a adoção de normas e padrões estabelecidos de forma hierarquizada. O interesse, nesse tipo de auditoria, relaciona-se apenas ao produto, sem considerar o impacto das transformações ou mudanças provocadas por determinada ação. De acordo com Pina e Torres (2001), o mérito em auditoria também se sustenta nos três E's da gestão pública, que têm papel relevante no contexto da nova gestão pública.

Os autores Reis (1993), Pina e Torres (2001) advertem que é eficaz a adequação desses indicadores aos da realidade da instituição a ser auditada, desde que sejam respeitadas as expectativas de solução para os problemas.

Eles acrescentam que a priorização dos indicadores de processos e de resultados amplia a abrangência da auditoria. Note-se que a resolução nº 781/95, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1995), estabelece que esses indicadores devem considerar certos critérios, como: a observância de políticas, planos, procedimentos e leis; a garantia dos objetivos e metas para operações ou programas; a proteção do ativo; o uso econômico e eficiente dos recursos; e a fidedignidade e integridade da informação.

O autor lbañez *et al.* (2001) argumenta que tais indicadores possibilitam um melhor conhecimento das atividades administrativas, dos re-

cursos humanos, cargos e salários, recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento e, ainda, dos sistemas de informação. A limitação a um indicador isolado deve-se à pluralidade de necessidades que envolvem a diversidade do processo de trabalho em saúde, o que demanda a utilização de uma série de fatores, entre eles os que agregam sujeitos, especialidades e procedimentos diversos. Na visão de Pina e Torres (2001), as modalidades de auditoria podem ser caracterizadas a partir do órgão auditor, do objetivo, do alcance, da periodicidade e do momento. Dependendo do órgão auditor, ela pode ser dividida em auditoria interna e externa (MAUTZ, 1985; ATTIE, 1984; CFC, 1995; PINA; TORRES, 2001; PERES JÚNIOR, 2004).

Revisão Bibliográfica

A auditoria na área da saúde, na perspectiva do SNA, segundo o regulamento do Sistema Estadual de Auditoria Assistencial (MINAS GERAIS, 1997), é classificada por: tipo, causa desencadeante, consequência da ação, nível realizador e objeto da ação.

Com relação ao tipo, ela se divide em analítica ou operativa. A auditoria analítica constitui-se de um conjunto de atividades que procuram analisar a formulação, a implementação e os resultados de uma política, visando reorientá-la ou reformulá-la. Baseia-se na análise de dados estatísticos, documentos, laudos, processos, relatórios, taxas etc., no sentido de verificar o atendimento às normas e aos padrões preestabelecidos e redirecionar o modelo de atenção à saúde.

Ela é realizada como componente básico para preparação das auditorias operativas ou, ainda, na análise das situações observadas na auditoria operacional (MINAS GERAIS, 1997; JUHÁS, 2002). A auditoria de natureza operacional é a verificação *in loco* das atividades, procedimentos e condições estruturais.

Consistindo nas atividades de controle das ações, com exame direto dos fatos e situações, por meio de ensaios, medição, observação e outras técnicas, com o objetivo de sistematizar procedimentos. Esse exame busca confirmar ou não o atendimento às normas e às leis, bem como adequação, conformidade, eficiência e eficácia do processo de trabalho em saúde, além dos seus outros dispositivos de controle existentes

– avaliação, controle interno e externo e regulação –, sugerindo soluções alternativas para a melhoria do desempenho operacional.

Na sua vertente clássica se atém à fiscalização dos resultados (MI-NAS GERAIS, 1997; CALEMAN et al., 1998; BRASIL, 1998; JUHÁS, 2002). Quanto à causa desencadeante, uma auditoria pode ser programada ou especial. A auditoria programada é um procedimento de rotina, tem uma programação estabelecida e aprovada. A especial, geralmente, acontece de forma súbita, a partir de denúncias por parte da imprensa, de outros órgãos ou de pessoas (MINAS GERAIS, 1997).

Com relação ao nível realizador, uma auditoria pode se constituir a partir do nível central de gestão ou do regional; pode originar-se, ainda, de uma auditoria analítica especial ou programada, no âmbito central, ou de uma operativa especial ou programada, na esfera regional. Nos serviços, busca analisar os procedimentos das unidades prestadoras de serviços assistenciais. Nos sistemas de saúde, tem a finalidade de verificar seus aspectos assistenciais e gerenciais (MINAS GERAIS, 1997). Separado de suas diversas modalidades, a auditoria envolve um processo sistemático, crítico e contínuo, que analisa as ações e decisões de pessoas e instituições que prestam serviços na área de saúde, visando a otimização da gestão administrativa, por meio da verificação e do controle dos processos e resultados. Tem por objetivo assegurar maior benefício, menor risco e maior eficiência possível. Visa, ainda, verificar se os benefícios estão de acordo com as disposições planejadas, normas e legislações vigentes. A auditoria deve basear-se em princípios éticos básicos, como autonomia, beneficência e justiça, sendo necessário, para isso, maior proximidade quanto à realidade a ser auditada.

Respeitar essa realidade é fundamental para que se possa ampliar o grau de adequação do programa proposto e reverter a verticalidade do modelo clínico-assistencial prevalecente, favorecendo a adoção de ações coletivas e preventivas, além de contribuir na divulgação e legitimação das atividades, eventos e serviços desenvolvidos no campo da saúde e servir de fator agregador à autonomia local (RODRIGUES *et al.*, 1988; MEJÍA, 2001; GUIDO OSÓRIO *et al.*, 2002; SILVA; FISCHER, 2004).

No processo de auditoria, no campo da saúde, tem cinco etapas básicas: planificação dos objetivos – depende do alcance que se pretende, delineando-se as atividades, os recursos necessários e áreas críticas; exa-

me e avaliação da informação; apresentação dos resultados; divulgação desses resultados; e adoção de ações para a melhoria do serviço. O conjunto dessas etapas baseia-se em processos já efetivados e reconhecidos; em dados epidemiológicos que orientem o planejamento específico de cada serviço; e em um processo de avaliação estruturado para atingir as dimensões social e técnica, de modo que a transformação da gestão pública aconteça a serviço do cidadão. A dimensão social de uma auditoria é atravessada tanto por valores construídos socialmente, quanto pela subjetividade, não só de quem avalia, mas também de quem é avaliado. Essa peculiaridade demanda a incorporação das perspectivas dos atores sociais envolvidos e um método de análise qualitativa. A importância dessa abordagem liga-se diretamente ao objetivo da auditoria que é a qualidade (GUIDO OSÓRIO et al., 2002). A adoção de algumas prerrogativas se faz necessária para o norteamento da auditoria, nas suas diversas etapas, como a revisão por pares e a melhoria dos seus instrumentos, a estruturação e operacionalização de protocolos que orientem as práticas e o enfoque na "triangulação", com a inserção e integração das diversas teorias, métodos, procedimentos de coleta e análise dos dados (CAMACHO; RUBIN, 1996; HARTZ; CAMACHO, 1996).

Fundamentação Teórica

A avaliação e a auditoria, ferramentas presentes na estrutura regimental do Sistema Único de Saúde (SUS), utilizadas para melhoria da qualidade da gestão e accountability da política, ainda apresentam, no campo da saúde, mesmo entre os integrantes da força de trabalho do Ministério da Saúde (MS), uma noção pouco clara dos significados de uma e de outra. Associam-se a essas situações o número limitado de pesquisas e o uso não muito adequado de termos e instrumentos de avaliação e auditoria, muitas vezes utilizados de maneira equivocada. No âmbito do SUS, a avaliação já apresenta um referencial teórico e uma prática mais consolidada; o Sistema Nacional de Auditoria (SNA) ainda está tentando demarcar esses parâmetros também para a auditoria. Diante desse cenário, fazem-se necessários estudos que possibilitem entender a dinâmica dessas práticas, incluindo o modelo político e organizacional vigente. Este artigo se propõe a esclarecer esses conceitos, entendendo a centralidade que essas ferramentas vêm assumindo na administração pública.

Considerações

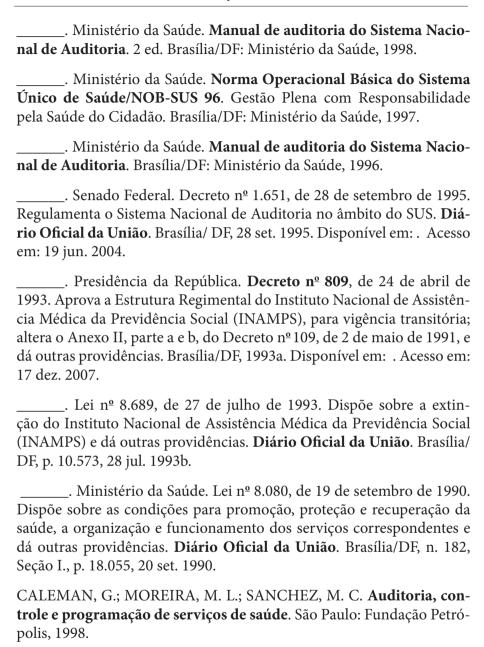
Em síntese, uma avaliação tem como objetivo compreender e descrever o programa ou o serviço de saúde, estabelecendo uma concepção valorativa, enquanto a auditoria tem como objetivo inspecionar a conformidade desse programa ou o serviço de saúde às normas vigentes, buscando melhorar a qualidade de suas ações e adequá-las às demandas e necessidades da coletividade. Tanto a auditoria como a avaliação, no campo da saúde, podem ser entendidas como ações sociais, sendo que seus relatórios ou pareceres advêm da interpretação que se dá aos objetos auditados e avaliados; são ferramentas que buscam fornecer subsídios para a gestão no campo da saúde, objetivando sua melhoria.

A forma e a extensão de um processo de auditoria relacionam-se à efetividade e à resolubilidade dos outros dispositivos de controle existentes em determinada instituição. Dessa maneira, entende-se que as atividades de auditoria, além de controlar, fiscalizar, verificar e orientar as atividades operacionais, podem incluir ações de outras ferramentas que buscam dar suporte para as necessárias melhorias políticas e institucionais. No âmbito das práticas sustentadas em princípios burocráticos e da nova gestão pública, a auditoria é produto das ações do SNA e, ao mesmo tempo, repercute nessas ações.

Assim, esse dispositivo tem como suporte uma rede composta por decisões regulamentares, instituições, leis, medidas administrativas e organizações arquitetônicas. Há, também o compromisso social de garantir o interesse da coletividade e não somente o cumprimento formal do aparato estatal e a reafirmação do poder do Estado. Antes de controlar o SUS, o SNA deve governar a si mesmo, por meio de instrumentos que proporcionam subsídios para uma permanente construção/reconstrução dessas instituições. Para transformar as práticas de saúde, o campo da auditoria deve construir e demarcar a sua identidade nos vários espaços – da área de saúde e acadêmicos –, tornando-os locais privilegiados para essa construção. Essa identidade facilitará seu reconhecimento pelo Estado e pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BARZELAY, M. Instituições centrais de auditoria e auditoria de desempenho: uma análise comparativa das estratégias organizacionais na OCDE. Revista do Serviço Público, ano 53, n. 2, p. 5-35, abr./jun. 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Mais Saúde – Direito de To**dos. Brasília/DF, 2008. Disponível em: . Acesso em: 22 fev. 2008. _. Presidência da República. Decreto nº 5.974, de 29 de novembro de 2006. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Saúde e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em: . Acesso em: 20 dez. 2006a. Ministério da Saúde. Portaria nº 399 de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido Pacto. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2006b. _____. Tribunal de Contas da União. **Boletim Interno Especial**: regimento interno do Tribunal de Contas da União. Brasília/DF, 2003. Disponível em: . Acesso em: 2 fev. 2005. _. Ministério da Saúde. Norma Operacional da Assistência à Saúde 01/2002 - NOAS-SUS 01/02. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2002. _____. Ministério da Saúde. Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000. Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e dá outras providências. Brasília/DF, 2000a. Disponível em: . Acesso em: 19 jun. 2004. _. Ministério da Saúde. Decreto nº 3.496, de 1 de junho de 2000. Dispõe sobre a competência do Denasus. Brasília/DF. Auditoria e avaliação no Sistema Único de Saúde 163. São Paulo em Perspectiva, v. 22, n. 1, p. 152-164, jan./jun. 2008 2000b. Disponível em: . Acesso em: 19 jun. 2004.



CENTRO DE GESTIÓN HOSPITALARIA. Consideraciones y definiciones para um sistema de garantia de la calidad em Colômbia. **Revista Via Salud**. Colômbia: Centro de Gestión Hospitalaria, n. 12, p. 12-16, abr./jun. 2000.

DIAS DA COSTA, J. S. *et al.* Auditoria médica: programa de pré-natal em posto de saúde na região Sul do Brasil. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo: USP, v. 34, n.4, p. 329-336, ago. 2000.

DONABEDIAN, A. Enfoques básicos para la evaluación. In: **La qualidad de la atencion médica**: definición e métodos de evaluación. Cidade do México: La prensa Médica Mexicana, 1984. p. 97-157.

GOMES, M. B. Auditoria de desempenho governamental e o papel de Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS). **Revista do Serviço Público.** Brasília: UnB/Enap, ano 53, n. 2, p. 36-78, abr./jun. 2002.

GUIDO O. S. *et al.* Auditoria médica: herramienta de gestión moderna subvalorada. **Rev. Méd. Chile**. Santiago: Sociedad Médica de Santiago v. 130, n. 2, p. 1-7, fev. 2002.

ILBAÑEZ *et al.* Organizações sociais de saúde: o modelo do Estado de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, p. 391- 404, jul./dez. 2001.

JUHÁS, R. Utilização de indicadores para avaliação da estrutura, dos processos internos e dos resultados em assistência à saúde bucal. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Odontologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

MARQUES, M. C. C.; ALMEIDA, J. J. M. Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, v. 94, n. 35, p. 84-95, maio/ago. 2004.

MAUTZ, R. K. **Princípios de auditoria**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

MEJÍA, J. M. M. Es antiética la auditoria de la calidad em salud? **ME-DUNAB**, v. 4, n. 11, p. 107-10, maio/ago. 2001.

ORONHA, M. P. O papel do Tribunal de Contas da União na avaliação de programas de governo: diferentes estágios e abordagens. 164. Marilene Barros de Melo/Jeni Vaitsman. **São Paulo em Perspectiva**, v. 22, n. 1, p. 152-164, jan./jun. 2008 2004. 52 f. Monografia. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, 2004.

PERES JR., J. H. **Auditoria de demonstrações contábeis**: normas e procedimentos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SESSIONS, G. Avaliação em HIV/AIDS: uma perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Abia, 2001. Coleção Abia – Fundamentos da avaliação. Marilene Barros de Melo, cirurgiã-dentista. Mestre em saúde coletiva pela UFMG e doutora em saúde pública pela ENSP/Fiocruz. Jeni Vaitsman, socióloga, mestre em antropologia social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Doutora em sociologia pelo Iuperj, Brasil. Artigo recebido em 2 de julho de 2007. Aprovado em 21 de julho de 2008. Como citar o artigo: Melo, M.B.;

SILVA, R. G.; FISCHER, F. M. Auditorias internas do sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho. **Cadernos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: USP. v. 11, n. 4, p. 1-12, out./dez. 2004.

VAITSMAN, J. Auditoria e avaliação no Sistema Único de Saúde. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v. 22, n. 1, p. 152-164, jan./jun. 2008. Disponível em:

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S.; SOUSA, R. P. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais**: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Brasília: Unesco, 2006.

FISIOTERAPIA GERONTOLÓGICA E SUA IMPORTÂNCIA NO CUIDADO AO IDOSO

Aline Peixoto Saraiva Especialista Lato Sensu. E-mail: lineps80@gmail.com

Resumo

As transformações sociodemográficas dos últimos anos foram responsáveis pelo aumento da parcela de idosos em todo o mundo. Em 2020, estima-se que o Brasil deverá ser o sexto país em número de idosos. A longevidade trará um aumento de doenças crônicas que, como consequência, poderão acarretar maior dependência dos idosos. Nesse contexto, as mudanças biopsicossociais inerentes ao envelhecimento necessitam de um entendimento holístico. Considerando que a gerontologia é uma ciência interdisciplinar, que estuda o envelhecimento em todos os seus aspectos, a fisioterapia gerontológica torna-se importante, pois aborda o idoso no contexto global visando à qualidade de vida desse público.

Palavras-chave: Fisioterapia. Gerontologia. Idoso.

Abstract

Demographic transformations of recent years were responsible for the increase of the share of old people around the world. In 2020, it is estimated that Brazil will be the sixth country in number of elderly. The greater longevity will bring a significant increase of chronic diseases which, as a consequence, can lead to greater dependency of the elderly. In this context, the biopsychosocial changes inherent to aging require a holistic understanding. Whereas the gerontology is an interdisciplinary science, who studies aging in all its aspects, physical therapy Rehabilitation, becomes important because it deals with the elderly in the global context for the quality of life of the public.

Keywords: Physical Therapy. Gerontology. Elderly.

Introdução

Com o passar dos anos, a expectativa de vida tem aumentado, repercutindo em um número maior de pessoas pertencentes à terceira idade. A senescência é o somatório de alterações orgânicas, funcionais e psicológicas do envelhecimento normal, enquanto a senilidade é caracterizada por afecções que acometem os indivíduos idosos (MACE-DO, 2006). Segundo Vandervoort (2000, p. 67) "[...] o aspecto biológico normal leva à diminuição das reservas funcionais do organismo. Essas alterações, que podem ser vistas no organismo do idoso, são: muscular, ósseo, nervoso, circulatório, pulmonar, endócrino e imunológico". Essas possíveis alterações levam a um declínio que varia entre os diversos tecidos e funções, como também de um indivíduo para outro (ANDRA-DE et al., 2004, p. 57). Reforça que as modificações do corpo ocorridas durante o envelhecimento humano são consequências do processo evolutivo: alterações cardiovasculares, metabólicas, respiratórias, na pele, no sistema digestivo, ósseo, neurológico, genital, urinário e muscular, no entanto, o poder de percepção destas alterações não se altera fundamentalmente com a idade. Segundo Gonong (2000), o envelhecimento é uma etapa normal do desenvolvimento e continuidade da vida de um indivíduo, fazendo com que o ser humano aceite com tranquilidade a sua velhice e procure alguma maneira para continuar a ser útil à sociedade, aos familiares e amigos.

Os idosos que viverem mais podem tornar-se mais vulneráveis a desenvolver alterações funcionais, como o acometimento dos padrões de postura e de equilíbrio e, consequentemente, exposição a quedas. Essas tendem a gerar dependência funcional, bem como econômica (PEREIRA; MAGALHÃES; LOPES, 1999). Por envolver modificações tanto psíquicas, física e social, usualmente inter-relacionadas, enfatiza-se a relevância da promoção da saúde do idoso e, assim, a importante atuação do fisioterapeuta no processo de senescência, procurando proporcionar um envelhecimento saudável e digno, interagindo com demais profissionais que atuam nesse processo, enfatizando a qualidade de vida do idoso. (PAIM; ALMEIDA F., 1998; MOURA *et al.*, 1999; JACOB F; SITA, 2002).

No Brasil, as projeções indicam que o número de idosos passará de 8,6% em 2000 para quase 15% em 2020. Em termos absolutos seremos,

em 2025, a sexta população de idosos no mundo, isto é, com mais de 32 milhões de pessoas acima de 60 anos. Além disso, a proporção de pessoas com mais de 80 anos também apresenta aumento significativo.

O crescimento populacional se deve ao aumento considerável na expectativa de vida, ampliando a proporção relativa de idosos na população.

Como o envelhecimento da população vem ocorrendo em diversos países, fazendo com que cresça a demanda de profissionais especializados na atenção ao idoso, como o desenvolvimento de serviços e programas de inserção do idoso e da necessidade crescente de atenção à saúde e dos meios educacionais e ambientais adaptados a essa população.

A gerontologia é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões, e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos provenientes de diferentes disciplinas, em torno do seu objeto de estudo. É interdisciplinar em razão da complexidade do fenômeno da velhice, que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática. Assim, podemos dizer que a gerontologia é uma disciplina transversal, porque ela não pode ser explicada sob a ótica de um ramo específico da ciência.

Compreendendo a gerontologia como uma ciência interdisciplinar, trazemos para reflexão alguns elementos já apontados por outros autores. Na perspectiva interdisciplinar, a gerontologia como ciência é multidimensional, pois aborda o processo de envelhecimento humano em todos os seus aspectos: físico, biológico, psíquico, emocional, social, cultural, ambiental, político, econômico, entre outros. Nesse sentido, a origem da gerontologia como ciência, é, por excelência interdisciplinar, onde o objeto a ser estudado não pode ser fragmentado.

Consequentemente, com o crescimento de fisioterapeutas no mercado de trabalho, as exigências de uma formação complementar e específica também têm aumentado, a fim de oferecer mão de obra capacitada e adaptada às necessidades dessa população que tem buscado melhores

condições de envelhecimento, principalmente almejando a manutenção da independência funcional e da qualidade de vida.

Diante desse cenário nacional, se faz necessário a urgência de soluções para os problemas no campo da gerontologia. Se o número de idosos cresce a cada dia, teremos em um futuro bem próximo a necessidade de cuidados com essa população a ser suprida pelos profissionais atualmente disponíveis. A arte de cuidar do idoso trará novas demandas.

As universidades brasileiras terão que propor alternativas na formação de profissionais habilitados a lidar com os problemas sociais e de saúde dos idosos, não apenas os presentes hoje, mas os que surgirão em razão da interdisciplinaridade que esse cuidado exige.

Fisioterapia Gerontológica

A fisioterapia nasceu no contexto da Segunda Guerra Mundial com o advento das deficiências e dos comprometimentos surgidos dos campos de batalha. No ano passado, em 13 de outubro de 2009 ela completou 40 anos no Brasil.

A fisioterapia tem por definição ser uma ciência da saúde, tendo por objeto de estudo o movimento humano em todas as suas formas de expressão e potencialidades, tanto nas alterações patológicas quanto nas repercussões psíquicas e orgânicas. Tem por objetivo preservar, manter, desenvolver ou restaurar a integridade de órgãos, sistema ou função, podendo atuar na prevenção e/ou reabilitação, para promover a melhor qualidade de vida.

Envelhecer com qualidade de vida é o grande dilema do novo século. O fato natural da vida de todo indivíduo é ser levado para o envelhecimento, sendo capaz de permitir ao ser humano passar por sensações e momentos, divididos entre bons e ruins. O envelhecimento traz conquistas afetivas, emocionais e materiais, além de consequências como a perda da sensibilidade, do controle sobre os movimentos e suas aplicações em atividades diárias básicas como alimentar-se e vestir-se. É assim que se destaca a aplicação da fisioterapia geriátrica, um campo de atuação que busca a reabilitação dos pacientes.

O presente estudo teve como objetivo conhecer a eficácia da fisioterapia gerontológica no idoso em relação à possibilidade de dependência física, identificando as atividades realizadas para evitá-la ou retardá-la. Esse objetivo faz com que por meio da fisioterapia, o paciente consiga realizar suas atividades diárias, da melhor forma possível, seja com auxílio de algum dispositivo ou não. O importante é a realização da atividade, o importante é ela ser independente para realização de tarefas. Essa é uma das vertentes do trabalho da fisioterapia no cuidado ao Idoso.

A vertente no caso da fisioterapia gerontológica, é a atuação fisioterapêutica preventiva, indicada para todas as pessoas interessadas em ter um envelhecimento saudável e ativo. Se desde jovem as pessoas se cuidassem, já estariam atuando de forma preventiva. A atenção preventiva compreende também orientações e adaptações em relação às alterações decorrentes do processo do envelhecimento.

Diante de tudo que foi mencionado, vale chamar a atenção para o fato de que a fisioterapia também deve ser vista como sinônimo de saúde, atenção preventiva, autocuidado e não apenas aplicada a algum tratamento, doença ou comprometimento físico.

A gerontologia tem por objetivo: tratar dos aspectos biológicos, sociais, psíquicos e legais do envelhecimento, entre outros e promover pesquisas que possam esclarecer os fatores envolvidos no envelhecimento.

A fisioterapia gerontológica consiste em:

- Abordagem integral e humanizada do idoso, enfocando as particularidades do processo do envelhecimento, mas valorizando a singularidade do idoso;
- Abordagem do paciente como sujeito de uma história de vida e não apenas como um "objeto" portador de doenças próprias do envelhecimento;
- A abordagem da fisioterapia gerontológica também tem o propósito de ver o idoso como protagonista de uma história e não vítima dela.
- O fisioterapeuta deve relacionar-se com o paciente, e não simplesmente ouvi-lo como um item que faz parte da avaliação inicial, mas escutá-lo com atenção, com o

objetivo de buscar informações para melhor entender o paciente de forma global.

Esse conjunto de atitudes assumidas pelo fisioterapeuta, faz com que o tratamento não se restrinja apenas nas questões físicas, mas também valoriza os aspectos psicossociais do idoso, sua interação com a família, seus papéis sociais, atividades de lazer e motivação no dia a dia. Se esses aspectos forem observados pelo fisioterapeuta, o andamento do tratamento poderá ter resultados muito satisfatórios.

Revisão Bibliográfica

Estudos demográficos mostram que entre os anos de 1950 e 2025, a população total brasileira crescerá cinco vezes, enquanto a população com idade igual ou superior a 65 anos aumentará 15 vezes. Diante da realidade mostrada epidemiologicamente e as transformações a níveis demográficos apresentados no início deste século, observamos uma população cada vez mais envelhecida. Assim, em 2025 o Brasil terá cerca de 32 milhões de pessoas com mais de 60 anos, sendo o sexto país quanto ao contingente de idosos, o que justifica a importância de estudar essa população (VECHIA *et al.*, 2005).

O termo envelhecimento é usado para classificar as mudanças morfofuncionais ao longo da vida, que surgem a partir da maturação sexual e que, progressivamente, prejudicam a capacidade de resposta dos indivíduos ao estresse ambiental e à manutenção da homeostasia (FREITAS, 2002). Um dos aspectos importantes que mais vem sendo discutido pelos estudiosos do meio acadêmico que pesquisam sobre este tema, é que essa fase de vida não é alcançada de forma satisfatória sem que se façam presentes o surgimento de problemas, quer de ordem orgânica ou psicológica (NETTO, 2004). Todo o organismo multicelular possui um tempo limitado de vida e sofre mudanças fisiológicas com o passar do tempo. A vida de um organismo multicelular costuma ser dividida em três fases: a fase de crescimento e desenvolvimento, a reprodutiva e a do envelhecimento.

Durante a primeira fase, ocorre o desenvolvimento e crescimento dos órgãos especializados, o organismo cresce e adquire habilidades funcionais que o tornam aptos a se reproduzir. A fase seguinte é caracterizada pela capacidade de reprodução do indivíduo, que garante

a sobrevivência, perpetuação e evolução da própria espécie. A terceira fase, conforme o Caderno de Ciências Biológicas e da Saúde, senescência é caracterizada pelo declínio da capacidade funcional do organismo (IDADE ATIVA, 2004). Um envelhecimento bem-sucedido pode estar ao alcance da grande maioria da população, mas necessita de um investimento na prevenção e na intervenção para a promoção de saúde, ou seja, evitar na população sequelas incapacitantes (MENDONÇA, 2007).

A temática promoção de saúde vem transpondo desafios para a ampliação das práticas buscando ressaltar os componentes socioeconômicos e culturais da saúde, como também a necessidade de políticas públicas e da participação social no processo de sua conquista (MENDONÇA, 2007).

No processo do envelhecimento é possível perceber como os acometimentos interferem na qualidade de vida do idoso, ressaltando assim o papel do fisioterapeuta como promotor de saúde nesse processo. Observa-se, no idoso, a redução no consumo de oxigênio, a perda gradual da elasticidade do tecido conjuntivo, a diminuição da quantidade de água, a concentração de gordura e fraqueza muscular (MANIDI; MICHEL, 2001; JACOB F.; SITA, 2002). As quedas entre pessoas idosas constituem um dos principais problemas clínicos e de saúde pública devido à alta incidência, às consequentes complicações para a saúde e aos custos assistenciais. Estas se devem à combinação e à interação de diferentes fatores, como a deterioração dos mecanismos de equilíbrio, a redução da função proprioceptiva e da força muscular, a função vestibular, da audição e da visão, a hipotensão postural, gerando lentidão dos mecanismos de integração e interação central no processamento cognitivo central e na resposta motora. Também são importantes os riscos ambientais físicos e o uso de medicamentos (CARREGARO; TOLEDO, 2008). Doenças associadas, como as cardiovasculares, neurológicas, endócrinas, osteomusculares, geniturinária, psiquiátricas e sensoriais podem, de diferentes maneiras, afetar os mecanismos de controle postural e ocasionar quedas (GUIMARÃES; FARINATTI, 2005).

A fisioterapia ajuda os idosos a conseguirem superar as constantes ameaças ao seu equilíbrio, não apenas melhorando suas capacidades funcionais como também lhes conscientizando de suas limitações, além de sugerir algumas alterações em seus lares para lhes conferir maior

segurança, a fim de que não sofram quedas. Assim, a fisioterapia busca ter como objetivo básico, que fundamenta a promoção de saúde, procurar manter esses anciãos com o máximo de capacidade funcional e independência física e mental na comunidade e no seio familiar. Logo, a promoção de saúde deve ter, conforme o Caderno de Ciências Biológicas e da Saúde, foco nas mudanças no estilo de vida dos indivíduos, o que acarreta diminuição dos riscos de adoecer e morrer (BRITO e RAMOS, 2007).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolve uma política que preconiza o chamado envelhecimento ativo. A fisioterapia, cujo objeto de estudo é principalmente o movimento humano, colabora lançando mão de seus conhecimentos e recursos, com o intuito de restaurar ou manter o mais alto nível de função motora e independência física possível (YUASCO e GOMES, 2007).

A fisioterapia procura restabelecer e melhorar a capacidade funcional dos idosos, prevenindo sua deterioração. Seu enfoque é avaliar o indivíduo como um todo, seu sistema musculoesquelético, neurológico, urológico, cardiovascular e respiratório, assim como o meio em que vive, e identificar as pessoas que acompanham esse idoso, bem como suas relações sociais. Além da identificação de tais alterações e comprometimentos, o fisioterapeuta deve atuar promovendo a saúde do idoso em seu contexto integral, respeitando e garantindo a sua dignidade. Deve haver por parte do fisioterapeuta uma ampla compreensão dos outros problemas relacionados com a idade e a importância da promoção de saúde para o idoso (PICKLES, 1998; GRAZIANO; PEREIRA, 1999). Se partirmos do princípio de que as interações harmônicas dependem das habilidades funcionais do sistema sensório-motor e que este pode encontrar-se alterado devido ao processo de envelhecimento, é claro percebermos que a independência funcional declina com o aumento da idade, e que esse declínio é influenciado por vários fatores biológicos, sociais e psicológicos (PEREIRA et al., 2006). A funcionalidade engloba todas as funções do corpo, participação social do indivíduo de maneira natural e atividades; diante disso, é meta do fisioterapeuta adiar a instalação das incapacidades ocasionadas com o processo do envelhecimento; tratar as alterações motoras e funcionais decorrentes de doenças e problemas associados e trabalhar a reabilitação do idoso dentro de suas especificidades e potencialidades. Assim sendo, atuar nos níveis

primário, secundário e terciário voltado para atenção à saúde do idoso (PEREIRA *et al.*, 2006). O fisioterapeuta está envolvido na avaliação, no exame, no tratamento e na prevenção de distúrbios cardiovasculares, pulmonares, neuromusculares e musculoesqueléticos provocando, assim, comprometimento de movimento, limitações e incapacidades funcionais.

A fisioterapia na saúde do idoso tem como objetivo avaliar os problemas clínicos e funcionais característicos dos idosos (COSTAL; SILVA). Na utilização da abordagem dos sistemas, o fisioterapeuta deverá determinar, sempre que possível, os problemas referentes à idade, qual alteração é patológica e qual é causado, conforme o Caderno de Ciências Biológicas e da Saúde, pelo desuso. Sendo assim, na geriatria raramente é possível uma abordagem de um único sistema. Devem ser realizadas avaliações de equilíbrio, postura, marcha, integridade articular, morbidade, amplitude de movimento, cognição, ambiente, cuidados consigo mesmo e até mesmo tratamentos domiciliares, onde podem incluir-se as atividades diárias e as atividades instrumentais, tudo deve ser avaliado nas primeiras consultas (JOHNSON, 2001).

A educação voltada à saúde, aos exercícios físicos globais e específicos, às orientações posturais, realizada tanto individualmente quanto em grupo, pode ser definida como medidas da fisioterapia para tratar o envelhecimento motor. Essa abordagem fisioterapêutica preventiva diminui o uso de medicamentos, melhora a capacidade funcional, estimulando, assim, a melhora da qualidade de vida do indivíduo idoso. As medidas preventivas podem ser realizadas na observação criteriosa do ambiente em que vive o idoso (COSTAL; SILVA, 2006). Na fisioterapia para o idoso, Johnson (2001), define que o terapeuta encontra um amplo número de indivíduos, onde existem aqueles que necessitam de assistência total até aqueles que são totalmente independentes, mas necessitando de tratamento ambulatorial ou em grupo. A fisioterapia deve modificar a visão, exclusivamente estabelecida à recuperação e à reabilitação dos indivíduos, e explorar, definitivamente, atividades voltadas à atenção primária à saúde. Fisioterapeutas conquistam espaço na saúde pública, promovendo, assim, atenção específica na sua área, mas também agem como promovedores de ideias e ações e educadores, que contribuem para o controle das enfermidades.

O envelhecimento saudável é resultado da integralidade multidimensional entre saúde física, mental, independência na vida diária, socialização, suporte familiar e independência econômica. Contudo, há fatores que causam o desequilíbrio dessa integralidade. O envelhecimento natural é um processo progressivo e contínuo, durante o qual ocorre um declínio das funções fisiológicas, morfológicas e bioquímicas, refletindo intensamente na capacidade funcional do idoso. A fisioterapia tem como objetivo principal, a independência do idoso para a execução das atividades da vida diária, na ânsia de minimizar as consequências fisiológicas e patológicas do envelhecimento, garantindo melhoria da mobilidade e contribuindo para uma qualidade de vida satisfatória.

A gerontologia, derivada do grego "gero" (velho), delimita o campo do estudo do envelhecimento, com enfoque multidisciplinar, visando à explicação das mudanças típicas do processo de envelhecimento humano e de seus determinantes genéticos-biológico, psicológicos, sociopolíticos-cultural e histórico.

No contexto, o envelhecimento também tem caráter multidimensional, compreendendo aspectos físicos, psicológicos e sociais, analisados a nível comportamental, pessoal, situacional ou interpessoal (MO-RAES; AZEVEDO, 2005).

Para Rosa *et al.* (2003), manter a capacidade funcional do idoso, ou seja, envelhecer sem incapacidade, é indispensável para uma boa qualidade de vida por esta estar relacionada com a possibilidade de o indivíduo exercer suas atividades sociais e desfrutar de sua independência até idades mais avançadas.

A diminuição da capacidade funcional pode levar à perda de autonomia e da independência, dificultando a realização do autocuidado, das tarefas do cotidiano e tornando o idoso dependente de outros para as atividades da vida diária (SILVA, 2007).

O Problema Investigado

Seria a fisioterapia gerontológica apenas uma ciência formal ou seria também uma ciência intervencionista? A gerontologia é apenas uma ciência que se "contenta em conhecer e prever" ou também interfere no processo de envelhecimento de forma a provocar mudanças?

Dentro desta problemática, buscamos evidenciar a importância da gerontologia no cuidado ao idoso.

A fisioterapia gerontológica proporciona ao paciente o envelhecimento com qualidade de vida, melhora sua capacidade de locomoção e equilíbrio, bem como a coordenação dessas funções, aumenta a força muscular e as funções da memória do idoso. Garante a independência e o conforto na realização de atividades no seu dia a dia.

Por conta desses benefícios, salientamos o fato de que a fisioterapia também deve ser vista como sinônimo de saúde, atenção preventiva, autocuidado e não apenas aplicada a algum tratamento, doença ou comprometimento físico.

A fisioterapia gerontológica engloba o tratamento e a prevenção das doenças do envelhecimento, envolvendo a utilização de uma abordagem em que o idoso é visto de forma integral, considerando seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Consiste na realização de um atendimento global ao paciente, iniciado com uma avaliação detalhada e evoluindo para um plano de tratamento, com treino de equilíbrio e marcha; ganho de força muscular, flexibilidade e propriocepção; prevenção de queda por meio de orientações e adaptação ambiental; e outras condutas de acordo com as necessidades de cada idoso.

Metodologia

O presente estudo é uma revisão bibliográfica, sendo utilizados como fontes de pesquisa periódicos científicos, revistas e livros. Depois da reunião das fontes de pesquisa, os materiais foram selecionados pelos seguintes critérios de inclusão: fontes referentes a alterações fisiológicas do envelhecimento, qualidade de vida na terceira idade, gerontologia e fisioterapia na saúde do idoso; as demais fontes não referentes ao escopo do estudo foram excluídas da análise bibliográfica.

Este estudo é do tipo revisão da literatura, cuja metodologia caracteriza-se pela busca do pesquisador em sumarizar os resultados de uma pesquisa sobre o mesmo tema, a partir da síntese e análise dos dados encontrados nos estudos já publicados.

Os periódicos enquadrados nos critérios de inclusão foram revisados para a utilização do contexto neles contidos; em seguida, as partes selecionadas foram colocadas em uma ordem de coerência e coesão textual para uma clara compreensão do leitor, tendo restringido as fontes entre os anos 1996 a 2015.

Busca e Análise dos Resultados

Há de considerar, na nova realidade social comentada anteriormente, o novo perfil demográfico e epidemiológico do país – que indica um aumento da população idosa que, em síntese, advém das transformações ocorridas no século XX.

Dessa forma, ocorreram o aumento na urbanização, o decréscimo na fecundidade e na mortalidade infantil e alterações nos padrões de saúde e doença, refletindo no aumento da expectativa de vida (TAVA-RES, 2008).

Conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil terá 32 milhões de pessoas idosas em 2025 – fato que impõe a necessidade de atendimento qualificado a essa população, evidenciada por meio da Política Nacional do Idoso (PNI), da Lei de Diretrizes Básicas da Educação e da própria demanda nos serviços de saúde (BRASIL, 1999).

Por tudo isso, as questões ligadas à velhice e ao processo de envelhecimento, atualmente, representam um desafio para estudiosos e pesquisadores de diferentes áreas de atuação profissional.

Para o autor, os fisioterapeutas, geralmente, não visualizam o idoso como um indivíduo que apresenta necessidades diferentes dos demais adultos.

Pode-se considerar que a fisioterapia gerontológica usufrui de aplicação de exercícios físicos, gerando efeitos positivos na saúde do idoso e em sua qualidade de vida. O envelhecimento humano é um processo em que o declínio fisiológico é caracterizado por medidas dos parâmetros globais do organismo; diante disso, vários estudos mostram que o envelhecimento possui características próprias. Por outro lado, os autores relataram que o exercício físico pode produzir um profundo aumento de aptidão física de idosos e das funções essenciais. Isso é um aspecto que chama atenção no que se refere à utilização da prática do exercício físico dirigida para a qualidade de vida e saúde. A potencialização das capacidades físicas, como força, flexibilidade, potência aeróbica, equilí-

brio, entre outras, promovem uma melhora significativa nas atividades de vida diária, reduzindo a fadiga a pequenos esforços e minimizando o risco de quedas e acidentes. As intervenções de reabilitação devem ser programadas com o intuito de atender às necessidades individuais, sendo que deve ser mantido regularmente. Gonçalves e Vilarta (2004) destacam que os exercícios físicos sistematizados reduzem a vulnerabilidade e a fragilidade causadas pela inatividade, minimizam as mudanças biológicas trazidas pelo envelhecimento, ajudam no controle de doenças crônicas e potencializam a autonomia motora, favorecendo, assim, a qualidade de vida. Os protocolos de exercício para essa população estão centrados na prevenção, proteção e promoção osteo-articulares e cardiovasculares, sendo que a melhora funcional da saúde faz do exercício físico um tema de profundo interesse na comunidade científica.

Assim, torna-se importante a intervenção fisioterapêutica na saúde do idoso, já que sua capacidade funcional e o bem-estar são fundamentais no contexto do envelhecimento.

Discussão dos Resultados

O processo de envelhecimento determina um maior desequilíbrio entre as condições de saúde e doença, aumentando a vulnerabilidade físico-funcional e a fragilidade, isso é conhecido como "perdas em cascata", que agravam progressivamente o estado de saúde do idoso, levando a um colapso de funções até a morte.

A promoção da saúde no envelhecimento representa um desafio para o fisioterapeuta, pois o idoso precisa ser lembrado em todos os atos, atividades e intervenções que ele pratica. Promover a saúde com os idosos deve tornar-se um hábito constante. Isso significa que o fisioterapeuta promove a saúde ao se relacionar com o idoso de forma individual, organizar ou colaborar na organização das atividades destinadas à promoção da saúde.

Percebe-se, então, que os benefícios obtidos com esse recurso (fisioterapia) são inúmeros, pois ele é capaz de promover uma melhor performance física, motora e respiratória, as quais se refletem em maior bem-estar físico, social e emocional, elevando, assim, a qualidade de vida dos idosos. Dessa forma, uma intervenção eficaz como a fisioterapia é

de grande valia, já que um sistema eficiente pode prevenir ou otimizar a recuperação frente a patologias comuns na população idosa.

A fisioterapia é uma área da saúde indispensável à atenção primária do idoso, tendo como objetivo preservar suas funções motoras, visando adiar a instalação de possíveis incapacidades, próprias do processo de envelhecimento, e tratar as alterações e os sintomas já surgidos.

O processo de envelhecimento é marcado por alterações fisiológicas que acometem órgãos e sistemas, com prejuízo de suas funções. A partir dessas ideias, é notória a importância dos exercícios programados pelo fisioterapeuta, no adiamento da inexorável redução das funções do organismo.

Considerações

O processo de envelhecimento determina um maior desequilíbrio entre as condições de saúde e doença, aumentando a vulnerabilidade físico-funcional e a fragilidade, isso é conhecido como "perdas em cascata", que agravam progressivamente o estado de saúde do idoso, levando a um colapso de funções até a morte.

A promoção da saúde no envelhecimento representa um desafio para o fisioterapeuta, pois o idoso precisa ser lembrado em todos os atos, atividades e intervenções que ele pratica. Promover a saúde com os idosos deve tornar-se um hábito constante. Isso significa que o fisioterapeuta promove a saúde ao se relacionar com o idoso de forma individual, organizar ou colaborar na organização das atividades destinadas à promoção da saúde.

Percebe-se, então, que os benefícios obtidos com esse recurso (fisioterapia) são inúmeros, pois ele é capaz de promover uma melhor performance física, motora e respiratória, as quais se refletem em maior bem-estar físico, social e emocional, elevando, assim, a qualidade de vida dos idosos. Dessa forma, uma intervenção eficaz como a fisioterapia é de grande valia, já que um sistema eficiente pode prevenir ou otimizar a recuperação frente a patologias comuns na população idosa.

A fisioterapia é uma área da saúde indispensável à atenção primária do idoso, tendo como objetivo preservar suas funções motoras, visando

adiar a instalação de possíveis incapacidades, próprias do processo de envelhecimento, e tratar as alterações e os sintomas já surgidos.

O processo de envelhecimento é marcado por alterações fisiológicas que acometem órgãos e sistemas, com prejuízo de suas funções. A partir dessas ideias, é notória a importância dos exercícios programados pelo fisioterapeuta, no adiamento da inexorável redução das funções do organismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA F. N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

ALVES, L. C. *et al.* A influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1024-1930, ago. 2007.

ALVES, L. C.; LEITE; COSTA, I. da; MACHADO, C. J. Conceituando e mensurando a incapacidade funcional: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1100-1207, jul.-ago. 2008.

ANDRADE, M. A. de; SILVA, M. V. S. da; MANIDI, M.; MICHEL, J. **Atividade física para adultos com mais de 55 anos**. Barueri: Manole, 2001.

BANDEIRA, K. M. Discutindo a qualidade de vida do idoso. **Revista A Terceira Idade**. São Paulo, v.16, n.14, p. 51-61, out. 2005.

BRASIL. Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996a. Regulamenta a lei, sancionada em 4 de janeiro de 1994, a qual "dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências". **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 3 de julho de 1996. Seção 1, v. 134, n.128, p. 12277-12279.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos**. Resolução 196/1996b.

BRITO, F. C.; RAMOS, L. R. Fisioterapia motora no idoso. In: PAPALÉO, N. M. **Tratado de Gerontologia**. São Paulo: Atheneu. 2007. p.458-550.

Caderno de Ciências Biológicas e da Saúde. Disponível em: <www.ca-thedral.edu.br> Boa Vista, n. 01, 2013 .

CAMARANO, A. A. **O envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto de discussão, 858).

CARREGARO, L. R.; TOLEDO, A. M. Efeitos fisiológicos e evidencias científicas da eficácia da fisioterapia aquática. **Revista Movimenta**. v. 1, n 1. 2008. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2008.

CARVALHO F. E. T. Fisiologia do envelhecimento. In: Papaléo Netto. **Gerontologia** – A velhice e o envelhecimento em visão globalizada. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2002. p. 60-70.

CORRENTE, J. E. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista brasileira de epidemiologia**. [Periódico na Internet]. São Paulo, v. 8, n. 3, p. 246-252.

COSTA, H.; SILVA, C. C. da. Estud. interdiscipl. envelhec. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 225-235, 2009. A fisioterapia na saúde do idoso: exercícios físicos na promoção da qualidade de vida. **Revista Hórus**, v. 4, n. 1.

DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 1999.

DIOGO, M. J. D'E. **Atendimento domiciliar**: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu, 2000, p. 7-10.

DUARTE, V. B. A perspectiva do envelhecer para o ser idoso e sua família. **Rev. Família, Saúde e Desenvolvimento**. Curitiba, v.7, n.1, p.42-50, jan.-abr. 2005.

DUARTE, A. L. N.; NASCIMENTO, M. L. de. Condutas dietéticas. In: PAPALÉO, N. M. **Gerontologia** – A velhice e o envelhecimento em visão globalizada. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2002. p. 262-272.

DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIOPOULOS, C. Enfermagem gerontológica. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 235. Aline

FREITAS, C. N. S. M.; SANTIAGO, M. S.; VIANA, A. T.; LEÃO, A. C.; FREYRE, C. Aspectos motivacionais que influenciam a adesão e manu-

tenção de idosos a programas de exercícios físicos. **Revista Brasileira de Cineantropomia & Desempenho Humano**. Recife, v. 9, v. 1, p. 92-100, Jan 2007.

GONONG, F. W. **Fisiologia médica**. 19 ed. Rio de Janeiro: Mc Gran-Hill, 2000.

GRAZIANO, K.; PEREIRA, V. Evolução do idoso vítima de acidentes de causa externa, no âmbito hospitalar. **Revista de Gerontologia**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 52-61, 1999.

GUIMARÃES, J.; FARINATTI, P. Análise descritiva de variáveis teoricamente associadas ao risco de quedas em mulheres idosas. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. São Paulo, v. 11, n. 5, p. 299-305, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2007. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2008.

JACOB F., W.; SITTA, M. C. Interprofissionalidade. In: PAPALÉO, N. M. **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2002. 524p.

_____. Interprofissionalidade. In: MENDONÇA, J. M. B. de; ABIGA-LIL A. P. C. Processo de Construção e Implementação da Política do Idoso no Brasil. In: PAPALÉO, N. M. **Tratado de Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 2007. p. 637-644.

JOHNSON, J. Fisioterapia para o idoso. In: KAUFFMAN, T. L. (org.). **Manual de reabilitação geriátrica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

LUFT, C. P. Minidicionário Luft. 20 ed. São Paulo: Ática, 2001.

MACEDO M.P. Envelhecimento e parâmetros hematológicos. In: FRE-ITAS, E. *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006. 1040-1048.

MIRANDA, R. S. Hipertensão arterial no idoso: peculiaridades na fisio-patologia, no diagnóstico e no tratamento. **Revista Brasileira de Hipertensão**, v. 9, n.3, jul.-set. 2002.

MORAES, J. F. D.; AZEVEDO e SOUZA, V. B. Factors associated with the successful aging of the socially-active elderly in the metropolitan region of Porto Alegre. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 27, n. 4, p. 302-308, dez. 2005.

MOURA, R. *et al.* Quedas em idosos: fatores de risco associados. **Revista de Gerontologia**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 15-21, 1999.

NETTO, F. L. M. de. Aspectos biológicos e fisiológicos do envelhecimento humano e suas implicações na saúde do idoso. **Pensar a Prática**, 7: 75-84, mar. 200

NÓBREGA, A. C. L. *et al.* Posicionamento oficial da sociedade brasileira de medicina do esporte e da sociedade brasileira de geriatria e gerontologia: atividade física e saúde no idoso. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. Curitiba-PR, v. 5, n. 6, p. 207-211, nov.-dez. 1999.

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). Promoção da Saúde-Temas-Estilos de Vida. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2008.

_____. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília: Ministério da Saúde, Unidade de envelhecimento e curso de vida da Organização Mundial de Saúde, p. 34-50, 2005.

PAIM, J.; NERI, A. L. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2001.

PAPALÉO N. M. **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2002. 524p.

PAPALÉO N. M.; PONTE, J. R. Envelhecimento: desafio na transição do século .

PAVARINI, S. C. I; NERI, A. L. Compreendendo dependência, independência e autonomia no contexto domiciliar: conceitos, atitudes, comporta mentos. In DUARTE, Y. A. O. de; PEREIRA, L. *et al.* Análise da marcha de uma população de idosos institucionalizados. **Revista de Gerontologia**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 40-47, 1999. IDADE ATIVA. As fases da vida, 2004. Disponível em: . Acesso em: 13 mai. 2005.

PEREIRA, L. S. M. et al. Fisioterapia em gerontologia. In: FREITAS, E. V.; PY, L.; CANÇADO, F. A. X.; DOLL, J.; GORZONI, M. L. (org.).

Tratado de geriatria e gerontologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PICKLES, B. *et al.* **Fisioterapia na terceira idade**. São Paulo: Santos; 1998.

ROSA, T. E. C. da *et al.* Fatores determinantes da capacidade funcional entre idosos. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo: USP, v. 37, n. 1, p. 40-48, 2.

TIGOS G. R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S de. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 67-79.

VANDERVOORT, A. A. Alterações biológicas e fisiológicas. In: PI-CKLES, *et al.* **Fisioterapia na terceira idade**. São Paulo: Santos, 2000.

VECCHIA, R. D.; RUIZ, T.; BOCCHI, S. C. M.; YUASO, D. R.; GOMES, G. C de. Fisioterapia motora em pacientes idosos. In: PAPALÉO, N. M. **Tratado de Gerontologia**. São Paulo: Atheneu. 2007. p. 557-572.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM HOME CARE

Elaine Ramos

Especialista *Lato Sensu*. E-mail: nanitt1@hotmail.com

Resumo

Home Care vem sendo muito falado no Brasil e em todo o mundo. Sua tradução mais próxima para o português é Assistência Domiciliar, que nada mais seriam do que cuidados em saúde realizados na residência. Podendo ser paliativos e preventivos, atendimentos pontuais, hospitalização domiciliar e atenção na fase pré e pós-óbito. O cuidado domiciliar é uma estratégia assistencial que enfatiza a autonomia do paciente, bem como o autocuidado no espaço domiciliar. A estratégia envolve planejamento, coordenação e atuação de vários serviços. O profissional de enfermagem, ao sistematizar, deve estabelecer vínculo e parceria com o paciente e a família.

Palavra Chave: Home Care. Assistência Domiciliar. Enfermagem.

Abstract

Home Care has been much talked about in Brazil and around the world. Its nearest translation for the Portuguese's home care, health care would be conducted at the residence. Which may be preventive and palliative, care, domiciliary hospitalization and attention on stage before and after death. Home care is a health care strategy that emphasizes the autonomy of the patient, as well as self-care in the home space. The strategy involves planning, coordination and performance of various services. The nursing professional to systematize must establish link and partnership with the patient and the family.

Keyword: Home Care. Home Care. Nursing.

Introdução

O Home Care surgiu nos EUA, em 1947, após o fim da Segunda Guerra Mundial, por meio da união de enfermeiras para tratar o paciente em casa. Apenas na década de 1960 o conceito passou a ser entendido e adotado por hospitais, que viram no Home Care uma solução para diminuir sua superlotação. Nesse período, surgiram as "Nursing Home", enfermeiras especializadas no atendimento domiciliar. Contrariando as opiniões médicas esperadas, o tratamento domiciliar funcionou e se tornou um importante avanço no quadro de recuperação dos pacientes.

No Brasil, o Home Care ganhou força a partir dos anos 1990, quando passou a atender os diferentes tipos de pacientes, desde aqueles que se recuperam de cirurgias até os que apresentam quadros terminais, deixando de ser um recurso utilizado em doenças contagiosas.

A enfermagem está presente em todas as modalidades da atenção domiciliar, seja nas visitas ou no gerenciamento de condições crônicas. É ela quem avalia o paciente e sua família, faz orientações educativas e oferece suporte à equipe interdisciplinar. No atendimento e na internação domiciliar, o enfermeiro é quem realiza o planejamento, a execução e a avaliação da assistência.

Com o aumento na expectativa de vida da população, o serviço de Home Care cresceu muito no Brasil. O envelhecimento e a qualidade de vida que se leva no país possibilitam uma abertura de mercado para esse segmento e um futuro promissor para a atividade.

Home Care

O Home Care deve ser entendido como uma modalidade contínua de serviços na área de saúde, cujas atividades são dedicadas aos pacientes/clientes e a seus familiares em um ambiente extra-hospitalar. Tem como propósito promover, manter e/ou restaurar a saúde, maximizando o nível de independência do paciente, enquanto diminui os efeitos debilitantes das patologias.

Esse serviço não é somente para os pacientes, mas também, de outra forma, para seus familiares em qualquer fase de sua vida; seja para aqueles que esperam seu restabelecimento e retorno às suas atividades diárias, ou para os que necessitam de ajuda constante em suas ativida-

des, como também para pacientes que necessitam de acompanhamento em sua fase terminal.

No serviço de Home Care devem ser usados critérios técnico-científicos e as decisões devem ser baseadas na melhor evidência clínica possível, para cada procedimento. Essa prática se faz necessária diante da complexidade do meio ambiente do paciente, dos tipos de cuidados exigidos, dos recursos, das condições psicológicas e físicas do paciente e das patologias a serem gerenciadas.

O Home Care existe no Brasil há aproximadamente 16 anos. O sistema de internamento domiciliar, um dos serviços do Home Care, ainda está adolescente, enfrentando muitas barreiras, originados pela falta de uma melhor compreensão sobre o uso desse serviço.

No Brasil, o termo Home Care foi, muitas vezes, usado erroneamente como sinônimo de serviços oferecidos por uma empresa de Home Care, por não terem certeza de qual é a terminologia que realmente descreve os serviços que estão usufruindo ou contratando. Home Care é uma denominação para a empresa que oferece todos os serviços citados e muitos outros.

O desenvolvimento do atendimento domiciliar, na área privada, no Brasil, iniciou-se, sem o suporte de um padrão que orientasse o crescimento da modalidade Home Care, de forma uniforme e eficaz. A própria definição desse tipo de serviço sofreu várias interpretações e sua natureza básica foi, muitas vezes, mal representada. Poucos eram os profissionais com experiência nessa área no Brasil. Contudo, a realidade vem se transformando, em 26 de janeiro de 2006, a ANVISA lançou a RDC 11, que fornece as primeiras diretivas para a prática da modalidade no Brasil.

A Internação Domiciliar de Saúde, porém, não pode ser vista apenas como um serviço de longa duração, assim como a hospitalização também não é. Quando o paciente estiver estabilizado em sua condição de saúde, os cuidados de longa duração podem ser feitos por meio de serviços especializados, pelos próprios familiares e amigos ou, ainda, por atendentes profissionais (área de enfermagem).

Quando o paciente hospitalizado se estabiliza, deve receber alta hospitalar com um plano direcionado de acompanhamento, que pode incluir uma recomendação para serviços de reabilitação, dentre outros. Contudo, quando o paciente hospitalizado fica estável e recebe alta, ele próprio, ou seu cuidador, assume a responsabilidade pelos cuidados. Na Internação Domiciliar de Saúde não é diferente, pois os critérios para alta são os mesmos.

Existem aqueles que prestam serviços de "saúde em casa" e, erroneamente, se apresentam como empresa de Home Care. Trabalham sem nenhuma preocupação, visando apenas explorar indevidamente as fontes pagadoras; muitas vezes, não possuem profissionais aptos para os serviços de Home Care, que tenham uma noção real de como o paciente deve ser tratado em um ambiente extra-institucional.

Se tais situações não forem revistas e se todos os pacientes resolverem recorrer ao que pensam ser o seu direito, o futuro do Home Care no Brasil está ameaçado. Isso porque algumas autoridades obrigam liminarmente a fonte pagadora a custear os cuidados de enfermagem particular para pacientes estáveis.

Contudo, o objetivo principal de uma hospitalização ou internação domiciliar é deixar o paciente estável, se possível, curado da condição patológica em que se apresenta. Sabemos que, na medicina, nem todas as enfermidades ou condições de saúde são passíveis de cura. Quando se alcança o objetivo, a meta do caso muda, passa a ter foco nos cuidados de manutenção, que visam à sustentação da melhor condição de vida possível.

Enfermagem no Home Care

A presença da equipe de enfermagem é obrigatória nas empresas de prestação de cuidados domiciliares segundo a RDC nº 11 e a Resolução do COFEN nº 270, de 2002, tanto nas empresas públicas como nas privadas; enfermeiro e técnico de enfermagem formam em conjunto com os demais profissionais a equipe multiprofissional de atendimento domiciliar.

Segundo Lacerda (2000) as principais atribuições do enfermeiro em Home Care é ensinar, cuidar ensinando e ensinar a cuidar. Cruz (2001) aponta as seguintes atribuições do enfermeiro em Home Care:

- Conhecer as condições do ambiente do paciente, de seu domicílio, durante todo o atendimento domiciliar;
- Fazer o planejamento do número de visitas que atenderão as necessidades do paciente;
- Informar aos familiares e pacientes sobre as condutas do atendimento domiciliar;
- Manter uma relação de ajuda mútua entre família e paciente;
- Capacitar o cuidador nas ações que condizem com suas habilidades, educar o cuidador para o atendimento ao paciente;
- Registrar a cada visita o histórico de enfermagem, revisando os dados para possíveis alterações de condutas;
- Modificar, revisar e acrescentar conforme a necessidade os diagnósticos de enfermagem a cada visita domiciliar;
- Encaminhar o paciente quando necessário a serviços especializados;
- Descrever o Plano de Cuidados e revisá-lo periodicamente, observando as respostas do paciente às intervenções e, conforme a reposta do cliente ao tratamento, prepará-lo para alta do atendimento domiciliar;
- Oferecer a assistência domiciliar que não pode ser realizada pelo cuidador;
- Analisar e direcionar as ações referentes a alta do serviço domiciliar;
- Mensurar os resultados do cuidado domiciliar junto ao cuidador;
- Informar o paciente e familiar sobre o diagnóstico, respostas e evolução do paciente sobre o tratamento domiciliar;

- Liderar da equipe de enfermagem e dar suporte à equipe de saúde;
- Elaborar os relatórios para fins de reembolso;
- Propiciar apoio logístico aos cuidados (materiais e recursos humanos).

A enfermagem domiciliar diferencia-se da enfermagem hospitalar quando assume um paciente em seu domicílio, sem todas as rotinas de horários, higiene de leito, e demais normas técnicas de funcionamento dos hospitais.

Segundo Brunner & Suddarth (1998) para a enfermagem ter sucesso com os pacientes domiciliares, é importante não expressar juízo de valor e respeitar as crenças, mesmo quando elas diferem das da enfermagem. Podendo se tornar difícil para a enfermagem, quando a vida do paciente envolve atividades inaceitáveis, como o hábito de consumir bebidas alcoólicas ou drogas.

Em domicílio, a equipe de enfermagem pode deparar com situações que fogem da organização de pessoal e estrutural das instituições, gerando desconforto, pois se encontra dentro do domicílio do paciente, em seu habitat, tendo o direito de intervir, aconselhando os pacientes e familiares, e justificando apenas fatores relacionados ao ato do cuidar.

Este estudo tem como objetivo descrever a importância da enfermagem no Home Care, descrevendo suas habilidades e competências.

Problema Investigado

A enfermagem domiciliar, para ter sucesso e conseguir atingir suas metas e resultados nos tratamentos traçados, deve ser expressada e tratada como um regime de aprendizado, em que o enfermeiro começa a observar, compreender e entender a necessidade de todos à sua volta para que, assim, possa ser inserido e inserir na vida de seus contratantes o essencial para a vida de seu paciente.

A problemática do estudo consiste em analisar a importância da atuação dos enfermeiros Home Care junto à assistência para com o paciente e até mesmo familiares.

A enfermagem hospitalar difere dessa modalidade – o Home Care –, pois assume uma característica mais aberta a alternativas, não possuindo rotinas tão pragmáticas, atendendo a diferentes normas técnicas e levando o profissional a se adaptar de acordo com o paciente que está cuidando.

Metodologia

O presente estudo é uma revisão bibliográfica, sendo utilizados como fontes de pesquisa periódicos científicos, revistas e livros; após a reunião das fontes de pesquisa, o estudo foi orientado por duas questões norteadoras:

- A importância da enfermagem no programa de cuidado domiciliar.
- A descrição das habilidades e competências do enfermeiro no atendimento domiciliar.

Busca e Análise dos Resultados

Interpretando os resultados, percebeu-se que existe uma nova perspectiva teórica ligada à temática investigada, o que futuramente poderá subsidiar a organização de programas de cuidados de enfermagem domiciliar.

Em relação às modalidades, a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN 267) coloca que o cuidado domiciliar ocorre em diversos níveis, ou seja, baixa, média ou alta complexidade. Tal atividade pode ser de menor complexidade quando requer ações de promoção e/ou manutenção do estilo de vida saudável; de média complexidade quando engloba ações e procedimentos de enfermagem que visam ao tratamento de uma doença em curso; e de alta complexidade quando envolve procedimentos de uma equipe multiprofissional e a internação do paciente no domicílio.

Ao analisar o domicílio como espaço de cuidado, duas modalidades de cuidado domiciliar surgem, ou seja: a assistência domiciliar, que engloba situações de cuidado intermitente por um dano agudo ou agravo de longa duração, que envolve ações educativas e/ou realização de procedimentos que visem à redução do dano e a prevenção de complicações deste; e a internação domiciliar, que ocorre quando o paciente necessita de forma contínua, diariamente, de cuidados de enfermagem e assistência da equipe multiprofissional de saúde, bem como de artefatos tecnológicos que auxiliam na manutenção de suas funções vitais.

Ao traçar um programa de cuidado domiciliar, os objetivos devem ter como finalidade concretizar mudanças e transformações desejadas. Devem estar relacionados ao paciente, à família e aos cuidadores do paciente, às instituições de saúde e à formação de profissionais da área da saúde

Para o paciente, a internação domiciliar é, na maioria das vezes, acompanhada a fim de restabelecer a qualidade de vida e o equilíbrio biopsicossocial à medida que o cuidado prestado encoraja a independência, o autocuidado e a esperança. Este cuidado, normalmente, diminui complicações, evita reinternações e, consequentemente, reduz o período de internação hospitalar.

O tratamento é planejado levando em consideração o processo de enfermagem, que compreende: avaliar o paciente, a família e o contexto domiciliar; conhecer as necessidades afetadas e estabelecer diagnóstico de enfermagem; definir o plano de cuidados com o paciente e a família; implementar o cuidado que pode compreender a execução de procedimentos; orientar e supervisionar os cuidados assumidos pela família; acompanhar a evolução do paciente e a adaptação da família à situação vivenciada, que constitui o ato de novamente avaliar e desencadear o ciclo de ações da sistematização do cuidar.

A conduta de enfermagem é dirigida por diagnósticos manifestados pelo paciente/família devido ao seu problema de saúde e/ou tratamento médico. A avaliação dos cuidados prestados é realizada pela integração entre a promoção da saúde e a abordagem dos fatores ambientais, psicossociais, econômicos, culturais e pessoais de saúde, que afetam o bemestar da pessoa e da família. É imprescindível registrar o atendimento domiciliar no prontuário do paciente, tanto para fins éticos quanto para contabilidade ou reembolso da assistência prestada.

O atendimento domiciliar deve seguir um planejamento durante a intervenção hospitalar por meio da revisão dos dados do paciente, possibilitando avaliar as necessidades e começar a desenvolver um plano

de cuidados, o qual, sistematicamente, sofre modificações e adaptações conforme a avaliação da evolução do paciente e da supervisão dos cuidados assumidos pela família.

Considerações

Diante do que foi abordado, a revisão bibliográfica realizada não exauriu, de forma alguma, a temática. Entretanto, a construção deste estudo contribui para a organização de futuros Programas de Cuidado Domiciliar, fornecendo, principalmente, subsídios para a área da enfermagem.

O Home Care é uma estratégia assistencial que vem se tornando imprescindível para reduzir custos hospitalares, diminuir o número de complicações e, consequentemente, o número de reinternações, bem como a participação da família no cuidado ao paciente, proporcionando melhor qualidade de vida frente à fragilidade de saúde do paciente.

Reconhece-se, cada vez mais, que o enfermeiro possui uma importante função, tanto assistencial quando administrativa e educativa nos diferentes espaços de promoção do cuidado. Em se tratando de cuidado domiciliar, este requer além de competência técnica científica, também competência humana para compreender e acolher as reais necessidades de cada paciente e sua família. Requer habilidades administrativas e de liderança para promover o cuidado, de forma proativa, dinâmica e integral, independente das condições em que o paciente ou família se encontram.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. N. do *et al.* Assistência domiciliar à saúde (Home Health Care): sua história e sua relevância para o sistema de saúde atual. Rev. Neurociências, 9: 111-117, 2001.

BERNARDI, D. F. **Fisioterapia preventiva em foco.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Conselho Regional de Enfermagem. Resolução COFEN nº 267. 2011. Disponível em: http://site.portalcofen.gov.br/ Acesso em: 03 fev. 2012. **Resolução da Diretoria Colegiada** (RDC) da Agência Nacional.

CREUTZBERG, M. Vivências de famílias de classe popular cuidadoras de pessoa idosa fragilizada: subsídios para o cuidado de enfermagem domiciliar. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Porto Alegre (RS): Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2000. 194p.

CRUZ, I. C. F.; BARROS, S. R. T. P.; Ferreira, H. C. Enfermagem em *home care*, sua inserção nos níveis de atenção à saúde: a experiência da Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense. **Revista da Enfermagem Atual**. Rio de Janeiro, 2001.

DUARTE, Y.; DIOGO M. J. E. Atendimento domiciliário: um enfoque gerontológico. In: DUARTE, Y.; DIOGO M. J. E. (orgs.) **Atendimento domiciliar**: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu; 2000. 630p. p. 3-17.

DUARTE, Y. Programa de visita domiciliar do idoso – PROVI-DI. In: DUARTE, Y.; DIOGO, M. J. E. (orgs.). **Atendimento domiciliar**: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu; 2000. 630 p. 545-56.

ELKAN, R.; KENDRICK, D.; DEWEY, M.; HEWITT, M.; Robinson, J.; BLAIR, M. *et al.* **Effectiveness of home based support for older people**: systematic review and meta-analysis. Stanford (CA): BMJ; 2001.

Disponível em: http://www.evidencebasednursing.com/k2searchall>. Acesso em: 03 fev. 2002.

FALCÃO, H. A. "Home Care": uma alternativa ao atendimento da saúde. São Paulo: **Revista Virtual de Medicina**; 1999. Disponível em: < http://www.meonline.com.br/med ed/med7/homecar.htm >

FONTINELE, J. K. **Programa de Saúde da Família (PSF) – Comenta-do.** 3 ed. rev. e atual. Goiânia: AB Editora, 2013.

FREITAS, M. C.; SANTANA, M. E. Implementação da estratégia de ensino aprendizagem à família de paciente crônico. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília/DF, 2002;55:146-50.

HIRSCHFELD, M. J.; OGUISSO, T. Visão panorâmica da saúde no mundo e a inserção do *home care*. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília/DF, 2002;55:452-59.

JACOB, F. W.; CHIBA, T.; ANDRADE, M. V. Assistência domiciliária interdisciplinar em uma instituição de ensino. In: Duarte, Y.; DIOGO, M. J. E. (orgs.). **Atendimento domiciliar**: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu; 2000. 630 p. p. 539-44.

LEME LEG. A interprofissionalidade e o contexto domiciliar. In: DU-ARTE, Y.; DIOGO M. J. E. (orgs.). **Atendimento domiciliar**: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu; 2000. 630 p. p. 117-43.

MALAGUTTI, W. **Assistência domiciliar:** atualidades da assistência de enfermagem. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.

Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 1.395, de 9 de dezembro de 1999. **Política Nacional do Idoso**: 1999. Brasília/DF, 1999. 25 p. Disponível em: http://www.saude.gov.br/saudedoidoso.html> Acesso em: 8 ago. 2001.

PASKULIN, L. M. G.; DIAS, V. R. F. G. Como é ser cuidado em casa: as percepções dos clientes. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília/DF, 2002 mar./abr.;55:119-25.

PETRI, F. C. História e interdisciplinaridade no processo de humanização da fisioterapia. Dissertação de Mestrado. Santa Maria/RS: 2006.

Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN nº 26712001, **Enfermagem em domicílio**: home care, 2001. Brasília/ DF, 2001. 5 p. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao.htm Acesso em: 10 out. 2001.

RIBEIRO, V. O domicílio como espaço de cuidado de enfermagem: a experiência da enfermagem canadense. In: Anais do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1998, 20-25 set. Salvador/BA: ABEn; 1998. 446 p. il. p.133-8.

SANTOS, B. R. L.; EIDT, O. R.; PASKULIN, L. M. G.; SAGEBIN, H. V.; WITT, R. R. Processo de construção de um programa de cuidado domiciliar. In: **Anais do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermagem**, 1999, out 2-7. Florianópolis/SC: ABEn; 2000. 571 p. p. 225-34.

SANTOS, B. R. L.; EIDT, O. R.; PASKULIN, L. M. G.; SAGEBIN, H. V.; WITT, R. R. O domicílio como espaço do cuidado. In: **Anais do 50º Congresso Brasileiro de Enfermagem**; 1998, 20-25 set. Salvador/BA: ABEn; 1999. 446 p. il. p.121-32.

SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico:** rotinas clínicas. Barueri/SP: Manole, 2005.

SILVA, S. R.; AGUILLAR, O. M. Assistência de enfermagem e acompanhamento domiciliar em quimioterapia antineoplásica. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília/DF, 2002 mar./abr.:123-7.

YUASO, D. R.; SGUIZZALTO, G. T. Serviço de Assistência Domiciliária ao Idoso (SADI) do Centro de Referência à Saúde do Idoso no município de Guarulhos. In: DUARTE, Y.; DIOGO, M. J. E. (orgs.) **Atendimento domiciliar**: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu; 2000. 630 p. p. 565-73.





acesse www.publit.com.br e descubra ou encomende novos títulos de seu interesse

QUER PUBLICAR O SEU?

Conheça nossas soluções editoriais de publicação. Qualidade, Rapidez e Baixo custo.

PUBL!T SOLUÇÕES EDITORIAIS

Prazer em Publicar

Rua Miguel Lemos, 41 - salas: 711 e 712 - Copacabana - Rio de Janeiro | RJ email: editor@publit.com | 21 2525 3936





FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI

Rua Araguaia, 3 - Freguesia - Jacarepaguá CEP: 22745-270 - Rio de Janeiro - RJ - Tels.: (21) 3312-3012 www.faculdadesignorelli.edu.br

